

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**DESASTRES RELACIONADOS A ALAGAMENTOS EM VILA VELHA
(ES, BRASIL): ANÁLISE DE CONTEÚDO DE DOIS JORNAIS
CAPIXABAS ENTRE 2009 E 2018**

FABIOLA FERREIRA SOARES

VILA VELHA
MAIO / 2020

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**DESASTRES RELACIONADOS A ALAGAMENTOS EM VILA VELHA
(ES, BRASIL): ANÁLISE DE CONTEÚDO DE DOIS JORNAIS
CAPIXABAS ENTRE 2009 E 2018**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestra em Sociologia Política.

FABIOLA FERREIRA SOARES

VILA VELHA
MAIO / 2020

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

S676d

Soares, Fabiola Ferreira.

Desastres relacionados a alagamentos em Vila Velha (ES, Brasil): análise de conteúdo de dois jornais capixabas entre 2009 e 2018 / Fabiola Ferreira Soares. – 2020.

159 f.; il.

Orientadora: Teresa Cristina da Silva Rosa.

Coorientador: Fabrício Cardoso de Mello.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Vila Velha, 2020.

Inclui bibliografias.

1. Alagamentos. 2. Desastres - Cobertura jornalística. 3. História ambiental. 4. Vila Velha (ES). I. Da Silva Rosa, Teresa Cristina. II. Mello, Fabrício Cardoso de. III. Universidade Vila Velha. IV. Título.

CDD 363.7

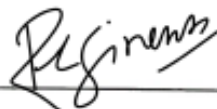
FABIOLA FERREIRA SOARES

**DESASTRES RELACIONADOS A ALAGAMENTOS EM VILA VELHA
(ES, BRASIL): ANÁLISE DE CONTEÚDO DE DOIS JORNAIS
CAPIXABAS ENTRE 2009 E 2018**

Dissertação apresentada à Universidade
Vila Velha, como pré-requisito do
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política, para a obtenção de
grau de Mestra em Sociologia Política.

Aprovada em 22 de maio de 2020,

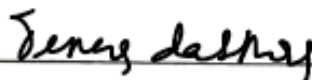
Banca Examinadora:



Dra. Odile Elise Augusta Reginensi (UENF)

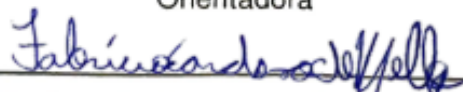


Dr. Vitor Amorim de Ângelo (UVV)



Dra. Teresa Cristina da Silva Rosa (UVV)

Orientadora



Dr. Fabrício Cardoso de Mello (UVV)

Coorientador

Dedico à minha orientadora e ao meu coorientador.

Gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus infinito e a minha amável família.

À minha orientadora Teresa, fonte de inspiração pela inteligência e perseverança, que desde o primeiro momento da pesquisa exigia muito de mim.

Ao meu coorientador Fabrício Cardoso de Mello, pela orientação competente, pelas sugestões e contribuições ao trabalho.

Às queridas professoras da UVV, Tânia Maria Bassetti de Abreu e Luciana Souza Borges Herkenhoff pelo carinho e palavras de incentivo.

Aos professores Anselmo Hudson Siqueira Nascimento e Rafael Claudio Simões pelos comentários valiosos quando apresentei meu projeto na Disciplina Seminário de Dissertação.

Aos professores doutores Catherine Reginensi e Vitor de Angelo, por terem feito parte da minha qualificação e pelo enriquecimento a esta dissertação que ambos proporcionaram.

Ao corpo técnico e docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UVV, pelo apoio e pela disponibilidade.

A todas as pessoas que ajudaram a minha trajetória de estudo, direta ou indiretamente.

Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.

Paulo Freire

RESUMO

SOARES, Fabíola Ferreira M. Sc., Universidade Vila Velha – ES, maio de 2020. **Desastres relacionados a alagamentos em Vila Velha (ES, Brasil): Análise de conteúdo de dois jornais capixabas entre 2009 e 2018.** Orientadora: Teresa Cristina da Silva Rosa. Coorientador: Fabrício Cardoso de Mello.

Esta pesquisa visou analisar a relação entre a mídia e os fenômenos dos alagamentos no município de Vila Velha por meio de uma discussão sobre o papel da primeira na construção histórica da ocupação urbana local. Levando em consideração que os episódios sobre alagamentos impactam diretamente na dinâmica urbana do município, é histórica sua apropriação midiática por parte dos veículos da imprensa periódica capixaba. O presente estudo se debruçou sobre as reportagens dos jornais impressos A Gazeta e A Tribuna, entre os anos 2009 e 2018, com objetivo de compreender o papel da mídia na produção da história ambiental vilavelhense através de suas formas de relatos sobre os fenômenos dos alagamentos. É dotada uma metodologia de análise de conteúdo, visando identificar a maneira como os jornais constroem suas próprias interpretações sobre os desastres, a partir dos eventos que noticiam. A pesquisa alcança um entendimento aprofundado sobre a influência dos jornais capixabas na formação da história e da consciência ambiental de Vila Velha, na forma que a mídia impressa oferece um espaço para a comunicação dos atores sociais e estatais frente aos fenômenos recorrentes na cidade. Nesse entender, a mídia, sendo um ator privilegiado, pode influenciar a compreensão desse tipo de desastre.

Palavras-chave: Alagamentos. Desastres. Cobertura jornalística. História ambiental. Vila Velha (ES).

ABSTRACT

SOARES, Fabíola Ferreira Soares M. Sc., Universidade Vila Velha – ES, may de 2020. **Flooding-related disasters in Vila Velha (ES, Brazil): Content analysis of two Espírito Santo newspapers between 2009 and 2018.** Advisor: Teresa Cristina da Silva Rosa. Coadvisor: Fabrício Cardoso de Mello.

This research aimed to analyze the relationship between the media and the flooding phenomena in the municipality of Vila Velha-ES through a discussion of the role of the media in the historical construction of the local urban occupation. Considering that flooding episodes have a direct impact on the urban dynamics of the municipality, its media appropriation by the vehicles of the Espírito Santo's periodic press is historic. The present study is focused on reports from the printed newspapers A Gazeta and A Tribuna between the years 2009 and 2018 with the aim of understanding the role of the media in the production of the environmental history of Vila Velha through its forms of reporting on the flooding phenomena. A content analysis methodology is used, aiming to identify the way newspapers build their own interpretations of disasters from the events they report. The research achieves an in-depth understanding of Espírito Santo's newspapers influence in the formation of the history and environmental awareness of Vila Velha, in the way that the print media offers a space for the communication of social and state actors in the face of this recurrent phenomenon in the city. In this understanding, the media, being a privileged actor, can influence the understanding of this type of disaster.

Keywords: Floods. Disasters. News coverage. Environmental history. Vila Velha (ES).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Conceitos enchente, inundação e alagamento	26
Figura 2 – Foz do Rio Marinho na década de 1930, com destaque para o manguezal (letra A)	44
Figura 3 – Vista do Rio Marinho na altura da Ponte do Camelo, em abril de 1956 ...	45
Figura 4 – Vista aérea dos canais Marinho e Aribiri, na altura do bairro Cobilândia .	46
Figura 5 – Bacia do Rio Jucu e demarcação de municípios.....	48
Figura 6 – Rio Jucu, área próxima à foz (A) e bairro Pontal das Garças (B).....	49
Figura 7 – Bairros próximos à foz do Rio Jucu.....	50
Figura 8 – Região da Grande Terra Vermelha (RGTV) com a divisão entre bairros .	51
Figura 9 – Rio da Costa, Vila Velha, 1950. Direção da foz (A) e meandro do Rio da Costa (B).	53
Figura 10 – Imagem aérea cedida pela prefeitura de Vila Velha mostra as regiões afetadas pelas chuvas na cidade do estado do Espírito Santo.	55
Figura 11 – Três fases da análise de conteúdo.....	100

.

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de palavras-chave apresentadas no título por jornal	77
Gráfico 2 – Amostra das palavras-chave noticiadas no título dos jornais estudados.	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conjunto de reportagens encontradas por jornal	73
Quadro 2 – Quantidade de reportagens encontradas por jornal	76
Quadro 3 – Palavras-chave apresentadas no título das reportagens estudadas	76
Quadro 4 – Problemas apresentados pelos atores sociais e estatais por jornal	101
Quadro 5 – Soluções estruturais apresentadas pelos atores sociais e estatais por jornal.	106
Quadro 6 – Soluções não estruturais apresentadas nas reportagens estudadas ..	111
Quadro 7 – Problemas dos bairros de Vila Velha destacados nas reportagens por jornal estudado	114
Quadro 8 – Problemas mais citados nas reportagens estudadas por região administrativa de Vila Velha.	120
Quadro 9 – Atores entrevistados para as reportagens analisadas por jornal	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AG	A Gazeta
AM	Amplitude modulada
ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Área de Proteção Permanente
Asevila	Associação dos empresários de Vila Velha
AT	A Tribuna
Bandes	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
Banestes	Banco do Estado do Espírito Santo
BN	Biblioteca Nacional
CBN	Central Brasileira de Notícias
Cecam	Centro Capixaba de Meteorologia e Recursos Hídricos
CDL	Câmara de Dirigentes Logistas
CEF	Caixa Econômica Federal
Cemaden	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
Cenad	Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres
Cesan	Companhia Espírito-santense de Saneamento
Ceturb	Companhia de Transportes Urbanos
CPTEC	Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos
DEM	Democratas
DER-ES	Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
Ebap	Estação de Bombeamento de Águas Pluviais
ES	Espírito Santo
Fecomércio-ES	Federação do comércio de bens, serviços, turismo do Espírito Santo
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FM	Frequência modulada
Iema	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IJSN	Instituto Jones Santos Neves
Incaper	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
Infraero	Empresa Brasileira de Infraestrutura Portuária
Inmet	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IVC	Instituto Verificador de Comunicação
Km ²	quilômetro quadrado
mm	milímetros

PDMU	Plano Diretor Municipal Urbano
PMVV	Prefeitura Municipal de Vila Velha
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RGTV	Região da Grande Terra Vermelha
RMGV	Região Metropolitana da Grande Vitória
Sindirodoviários-ES	Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviários no Estado do Espírito Santo
SIGs	Sistema de Informações Geográficas
Sedurb	Secretaria de Saneamento Habitação e Desenvolvimento Urbano
Sefaz	Secretaria de Estado da Fazenda
Seminfro	Secretaria de Infraestrutura, projetos e obras especiais
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
UniGlória	Associação e união dos comerciantes industriais e profissionais liberais da Glória e região
ZCAS	Zona de Convergência Atlântico Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – OCUPAÇÃO URBANA, ALAGAMENTOS E DESASTRES EM VILA VELHA	26
1.1 DESASTRES EM ÁREAS URBANAS	26
1.2 CARACTERÍSTICAS NATURAIS DO TERRITÓRIO	32
1.3 O ESPÍRITO SANTO E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL A PARTIR DE 1950.	35
1.4 O IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO NO ESPAÇO URBANO DAS ÁREAS SUSCETÍVEIS A ALAGAMENTOS	39
CAPÍTULO 2 – OS ALAGAMENTOS NA MÍDIA ESPÍRITO SANTENSE.....	58
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A MÍDIA NA MODERNIDADE	58
2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA MÍDIA CAPIXABA.....	64
2.2.1 A Gazeta	64
2.2.2 A Tribuna.....	66
2.3 PROBLEMATIZAÇÕES ABORDADAS PELOS CONTEÚDOS DAS REPORTAGENS.....	69
2.3.1 Problematizações de acordo com o conteúdo de A Gazeta.....	78
2.3.2 Problematizações de acordo com o conteúdo de A Tribuna	88
CAPÍTULO 3– ALAGAMENTOS EM VILA VELHA (ES) NAS NARRATIVAS DOS JORNAIS A GAZETA E A TRIBUNA	99
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS.....	134
ANEXOS	148

INTRODUÇÃO

Os alagamentos que ocorrem historicamente em Vila Velha, em períodos de chuvas intensas, têm diversos fatores presentes na sua origem. Esse fenômeno multidimensional pode ser desenvolvido de modo natural ou antrópico¹, sendo indispensável pensar os fatores sociais e históricos, a partir de como o território foi construído.

A importância de estudar tal composição leva em consideração a história local e como a mídia lida com os fenômenos do alagamento que impactam diretamente na dinâmica urbana do município. Portanto, a histórica apropriação midiática dos veículos da imprensa capixaba pode contribuir para entender como os jornais noticiam tais eventos e como essas informações são definidas socialmente. Por isso, importante saber esse tema, sendo a mídia um ator privilegiado para a definição social e política desse tipo de desastre.

Sendo a mídia impressa uma das responsáveis pela divulgação do fenômeno climático no Brasil e no mundo, ela faz com que o alerta das fortes chuvas chegue ao grande público e pode influenciar na forma de explicar as causas e consequências para o meio ambiente. Exemplos não faltam com relação aos riscos hidrológicos no município de Vila Velha. Visto que a imprensa reporta as atitudes dos cidadãos que lidam com a situação nos bairros mais afetados pelas chuvas extremas. Por certo, os jornais oferecem um espaço para a comunicação dos atores sociais e estatais sobre as áreas atingidas na cidade. Portanto, a composição discursiva sobre o tema presente nos jornais impressos A Gazeta e A Tribuna envolve a leitura e análise de suas matérias jornalísticas no período de 2009 a 2018, incluindo os meses com alto acumulado de chuvas.

O primeiro jornal é A Gazeta, o mais tradicional veículo informativo do Espírito Santo que circulou pela primeira vez em 11 de setembro de 1928. Até 2019, o material impresso mantinha a circulação diária com diferentes cadernos². No dia 29 de setembro de 2019, a última edição diária do jornal impresso parou de circular,

¹ Resultante da ação do homem, especialmente em relação às modificações no ambiente, na natureza, causadas por essa ação. Fonte: <https://www.dicio.com.br/antrópico>

² Cadernos de A Gazeta: Cidades, Entrevista, Opinião, Política, Economia, Esportes, Caderno 2, Revista AG e Classificados. Fonte: <http://www.agazeta.com.br>

ficando somente a versão digital³. No entanto, a publicação no final de semana foi mantida para o leitor assinante poder comprar no formato em papel. Ao todo, segundo dados de setembro/2019, o site da versão digital possui uma média de 180 mil visitantes, além do jornal a empresa mantém seus contatos em diversas mídias.⁴

Em segundo lugar em triagem de circulação no estado está o jornal de A Tribuna⁵ fundado em 22 de setembro de 1938. A empresa está registrada no Instituto Verificador de Comunicação - IVC com o nome de “Nassau Editora, Rádio e TV Ltda”. Sendo um jornal de periodicidade diária, de segunda à sexta, sua média estimada é de 25.000 mil exemplares por dia. Já no final de semana, sábados e domingos, a média é de 30.000 mil.⁶

Diante dos acontecimentos e de tantos outros noticiados pela imprensa, pode-se observar que a mídia desempenha um papel essencial na formação das opiniões e na maneira como pessoas interpretam a mensagem por ela veiculada. Ou seja, os acontecimentos e imagens retratados nos jornais são apropriados pelos leitores que buscam referência para se informar sobre as variadas questões que acontecem no dia-a-dia. Contudo, é preciso atentar para as formas específicas com que os veículos noticiam os acontecimentos, uma vez que a informação poderá ter efeitos sobre os leitores.

Emergem, assim, algumas indagações: como a mídia impressa tem representado a os alagamentos? Quais as estratégias de comunicação e de argumentação utilizados pela imprensa para reportar ao problema? Qual conteúdo é produzido? Se a mídia vê, de fato, os alagamentos como problema, a quem ela dá mais voz na sociedade? Como os dois jornais, localizados em uma mesma área geográfica e

³ A versão digital de A Gazeta tem um novo sítio eletrônico www.agazeta.com.br e contém novos cadernos, tais como: Capixaba, Opinião, Entrevista, Ciência e Tecnologia, Agronegócio, Imóveis e Cia, Motor, Dicas da Lucy e outros.

⁴ Em 2009 a Rede Gazeta amplia seus negócios e lança a Rádio Antena 1 Linhares (98,7 FM) e a Rádio Globo Cachoeiro (770 AM). Já a TV Gazeta lança o sinal digital com a TV Gazeta Norte, Sul, Noroeste. E, no rádio, a Gazeta FM Vitória e Linhares; Litoral FM Vitória, Colatina, Linhares e Cachoeiro, Mix Vitória e CBN Vitória (A GAZETA, 2019).

⁵ A Rede Tribuna de Comunicação é formada pela TV Tribuna/SBT, pelas rádios Tribuna AM, Tribuna FM Vitória, Tribuna FM Cachoeiro e pelo provedor de internet Tribuna Online. O jornal impresso é separado por cadernos para seus leitores: Noticiários, AT2, Sobre Rodas, Jornal da Família, TV tudo, Mulher, Minha casa, Informática, Especial, Imóveis, Classificados e Tudo a ver (A TRIBUNA, 2019).

⁶ A informação foi passada pelo Departamento Comercial de A Tribuna por telefone.

com públicos similarmente direcionados, se posicionam discursivamente quanto ao tipo de desastre? O que os atores apresentam como solução para o problema? Existiria uma diferença no modo pelo qual os jornais reportam os alagamentos dos bairros?

A importância de analisar tal composição discursiva está no fato de que na sociedade, os processos de comunicação acontecem em redes, e mudanças profundas no processo de produção estão presentes na sociedade contemporânea, afetando, como nunca se viu antes, a vida das pessoas. A abordagem do tema permite detectar o papel que a mídia tem na divulgação de políticas públicas nacionais e internacionais nesta área, como modo de possibilitar eventual caráter formador de opinião delas.

Os dois jornais, em análise neste trabalho, se enquadram na chamada “grande mídia” do Espírito Santo, ocupando área de destaque no noticiário impresso por dialogar com determinado tipo de leitor. Com objetivo de caracterizar as matérias a serem estudadas, a pesquisa tomará como objeto as reportagens publicadas sobre os desastres em Vila Velha (ES) privilegiando o caso dos alagamentos. O que levou a um universo de 100 reportagens em edições de quatro meses em seis anos específicos, aqueles de maior índice pluviométrico, a saber: outubro de 2009; março 2010 e 2011; novembro 2012 e 2018 e dezembro 2013.

Parte-se do pressuposto que a mídia tem a função de disseminar discursos e mediar diálogos de informação que estão inscritos em um dado espaço socialmente organizado e, por isso, lida com o poder decorrente da disseminação de conteúdos presentes nos jornais. Sabe-se que a análise do discurso pode ajudar a identificar a maneira como os jornais constroem suas próprias interpretações sobre as áreas alagadas a partir dos eventos que noticiam, assim influenciando a formação da opinião dos leitores.

Com isso, espera-se por meio desta pesquisa alcançar um entendimento sobre a história socioambiental vilavelhense através dos jornais, especialmente no que diz respeito aos alagamentos.

A expressão alagamento é usada frequentemente nos estudos sobre as ocupações históricas das grandes cidades. Muitas delas, especialmente em territórios de

desenvolvimento tardio cresceram com pouco controle e planejamento, seguindo um padrão desordenado. A consequência direta desse fenômeno vem acontecendo com elevada magnitude, diretamente sobre as áreas de preservação ambiental, quando certas áreas de vegetação nativa, de alagadiços ou córregos sofrem com os efeitos causados pela expansão urbana, quando ocupadas de modo irregular.

O tema em estudo vem conquistando cada vez mais abordagem presente na grande mídia, seja pela vontade de refletir e compreender os impactos das chuvas no cotidiano das pessoas, ou mesmo identificar os problemas e impactos sociais econômicos e ambientais. Em vista disso, faz-se necessário o estudo desse tema, principalmente, na cidade de Vila Velha (ES), pois considerando a dinâmica de seu espaço territorial é sabido que muitas áreas à beira de canais, rios, mananciais receberam ocupação desordenada no processo de industrialização do Estado.

Essa situação afetou o município canela-verde⁷, devido o percurso natural de seus rios que foi sendo impactado pela infraestrutura urbana iniciada ao longo das décadas. Diante desse contexto, o presente estudo busca compreender os alagamentos noticiados em dois jornais de maior circulação do Espírito Santo, principalmente aos meses de chuvas extremas entre os anos de 2009 a 2019 analisando como a mídia impressa divulga e registra tais fenômenos em Vila Velha.

A escolha do tema se justifica porque os riscos em Vila Velha são recorrentes devido às grandes mudanças históricas ocorridas no município, principalmente a partir da década de 1950 com a ocupação de suas áreas naturais. Outra significativa transformação do território começou no início da década de 60 com a política de erradicação do café, que aumentou a população das cidades na Grande Vitória. Além da implantação de grandes parques industriais a partir de 1970 que fez aumentar a infraestrutura urbana do município.

No entanto, no caso de Vila Velha, a situação piorou por conta da faixa litorânea, que teve seus canais retificados ao longo do tempo. As consequências disso são visíveis até os dias de hoje. E, a mídia, sendo um ator de destaque, tem um papel relevante na construção de uma visão social e ambiental sobre tal fenômeno.

⁷ Gentílico utilizado para o município de Vila Velha, junto a “vilavelhense”.

Por isso, importante entender o fenômeno histórico dos alagamentos na cidade vilavelhense marcado pelas mudanças que ocorreram ao longo dos anos como as ocupações das áreas naturais e suas consequências. Portanto, compreender a cidade pensada pelo conteúdo da mídia impressa é associar a ideia do saber produzido pelas relações humanas, sobretudo nos ambientes das cidades, associadas às suas necessidades.

Dessa forma, o recorte temporal se justifica por dois motivos: primeiro por transitar entre diferentes gestões municipais 2009 a 2018 marcadas pela força da política desenvolvimentista e segundo pela preocupação crescente com os desastres históricos em bairros suscetíveis aos danos ambientais.

A importância histórica de Vila Velha para o Estado do Espírito Santo começou já no período da colonização, pelas águas que cortam o litoral. Os rios que passavam pela região preservavam o aspecto da biodiversidade natural, seu percurso se deslocava de forma equilibrada até a faixa litorânea do continente.

No entanto, levando em conta essa relação, o rio da Costa em Vila Velha foi diminuindo com o tempo por conta do aumento da população e de ocupações próximas ao seu leito bem como de outros rios. O uso do solo de suas margens além do desmatamento da cobertura vegetal que protegia o manancial hídrico acarretou um grande desequilíbrio ambiental da região como um todo, principalmente, nos dias atuais. Além disso, os períodos de chuvas intensas, em geral, de verão, o que se observa é que esse uso do solo urbano canela-verde contribui para, entre outros problemas, as enchentes, inundações e os alagamentos que, historicamente, ocorrem em Vila Velha.

Considerando que tais eventos ligados à dinâmica territorial tanto do seu caráter ecológico quanto do seu caráter urbano (o da ocupação e uso do solo), o presente estudo pretende compreender como os jornais de maior circulação estadual podem contribuir para a construção do fenômeno desastre através do estudo de suas reportagens sobre os alagamentos que ocorrem neste território.

A hipótese para o problema da pesquisa se fundamenta em vários pressupostos de caráter urbano e ecológico. O primeiro destaca o fluxo diário de informação que a mídia reporta nos jornais para um determinado tipo de público. Por conta disto, a

grande mídia em seus noticiários pode influenciar o receptor na percepção de comunicar o tema, ou mesmo criar suposição quando considera o alagamento como problema social.

Essa consideração é relevante para a pesquisa, pois o tema se constitui no modo pelo qual os dois diferentes atores retratariam o conteúdo do jornal contribuindo diferentemente para a construção da história socioambiental deste território.

Por consequência, a mídia impressa, no conjunto de conhecimentos sobre a realidade de Vila Velha, tende a se preocupar com a cobertura do noticiário reportando as possíveis causas do problema do alagamento, quais são os atores envolvidos, a quem está sendo creditada a solução do problema.

A partir das características apresentadas, a hipótese nesta pesquisa procura entender o papel da mídia como ator social voltado para a produção de informação mediadora. Esta que tem a capacidade de comunicar o receptor e fornecer o enquadramento da realidade de forma a contribuir para a construção histórica de Vila Velha a partir da representação feita dos eventos noticiados desse território.

Considerando o quadro de vulnerabilidade a desastres, construído ao longo do processo de ocupação do lugar, e se agrava com avanço da urbanização, buscaremos entender o ator mídia que publica notícias sobre os bairros suscetíveis aos alagamentos em Vila Velha. Sendo assim, as áreas mais afetadas do município são noticiadas por apresentarem mais problemas ou soluções em comparação com as áreas mais privilegiadas?

Nesse sentido, a grande mídia, por formações ideológicas, pode determinar a própria interpretação e/ou representação do problema partir do modo pelo qual o conteúdo é construído com base nos eventos que noticiam. Esse entendimento sobre a influência dos dois jornais pode levar a interpretação da formação e consciência socioambiental vilavelhense.

A pesquisa tem o objetivo de compreender o conteúdo sobre os alagamentos relatados nos dois jornais de maior circulação do ES - A Gazeta e A Tribuna - identificando o papel da mídia impressa como ator na construção dos desastres em Vila Velha (ES).

Objetivos específicos

- Caracterizar, historicamente, a construção do município de Vila Velha como área de vulnerabilidade a eventos de desastres, em particular, os alagamentos;
- Com base na seleção de reportagens publicadas nos dois maiores jornais impressos do Espírito Santo identificar e mapear as áreas suscetíveis aos alagamentos em Vila Velha pelas reportagens nos dois veículos especificados entre 2009 e 2018;
 - Analisar as notícias dos atores estudados, A Gazeta e A Tribuna buscando identificar no conteúdo o padrão de representação do alagamento como fator social na construção histórica dos desastres em Vila Velha (ES).

Diante do seu objeto, a presente pesquisa adota um design metodológico conjugando a técnica de análise de conteúdo ao referencial teórico. Este estudo pretende, portanto, identificar a maneira como os jornais constroem o conteúdo dos textos, ou seja, os seus padrões de representação, as suas “próprias” interpretações sobre os alagamentos partir dos eventos que noticiam. Vale ressaltar que nos textos publicados, as mensagens da mídia são o produto final de um trabalho de coleta de informações nas ruas e de redação envolvendo diferentes sujeitos e suas formas subjetivas de apreenderem o desastre – seja a população afetada, seja o repórter que sai em campo, seja o redator do jornal.

O conjunto de reportagens selecionadas na presente pesquisa corresponde ao estudo empírico, documental e exploratório com a técnica descritiva e aplicada dos dados qualitativos e quantitativos, conforme teoria de Marconi e Lakatos (2017). Para a operacionalização dos elementos coletados, a análise de conteúdo tal como afirma Bardin (2011) orienta para a organização do material, a categorização do enunciado e o tratamento dos resultados com interferência dos autores pesquisados.

Transpondo o estudo da análise de conteúdo, este trabalho prioriza a comunicação emitida pelos jornais impressos em sua interação com os atores locais quando estes são entrevistados, pois, afinal, são eles que dão voz a determinados contextos, no caso, aos problemas e soluções relativos aos alagamentos em Vila Velha.

O emissor a partir dos dados coletados constrói o seu discurso com ênfase em certas palavras em detrimento de outras. Na perspectiva de Charaudeau (2013) a

mídia pode ser apreendida, portanto, como agente da manipulação tendo um projeto e uma tática com o objetivo de persuadir o leitor/receptor para as suas mensagens, tanto pelas mãos do emissor quanto pela mídia através do seu editor.

Sendo assim, o uso de palavras bem como nos títulos das reportagens é intencional. A questão, então, é saber quem é o manipulado, quem é o alvo da informação, pois isto depende das intenções de quem fala ou escreve (emissor ou redator). Portanto, com essa análise propomos as seguintes propriedades de Charaudeau (2013): a construção do *corpus*, o que permite conferir no conjunto de reportagens o que cada jornal utiliza no enunciado; o título, por exemplo, pode significar o que está por trás da mensagem.

A pesquisa leva em conta aquilo que o jornal publica, ou seja, de como é construída a notícia produzida pelo profissional da mídia sobre seu modo de fazer, quanto às características do funcionamento da própria empresa de comunicação. Sendo que a análise de conteúdo de Bardin (2011), com relação ao periódico, considera a categorização da mensagem, até chegar ao tratamento e interpretação dos resultados.

Nesse contexto, a fase exploratória desta pesquisa foi realizada em jornais impressos digitalizados e acessíveis em sítios eletrônicos gratuitos de A Tribuna⁸ e pagos de A Gazeta⁹, conforme anexos. No entanto, como o último jornal não disponibiliza todo o seu conteúdo no seu site, foi preciso consultar biblioteca online do Instituto Jones Santos Neves - IJSN para acessar as reportagens¹⁰. Dois recortes foram feitos para se proceder a identificação das reportagens, conforme Anexos G e H.

O primeiro foi um recorte de conteúdo que interessa o presente estudo quando foram empregadas as seguintes palavras-chave¹¹ para a seleção do material a

⁸ Este link <http://pdf.redetribuna.com.br/menu.php> dá acesso a edições anteriores desde 2002 (Anexo I).

⁹ <https://www.gazetaonline.com.br/entrar>, tendo entrado como assinante. A partir da pesquisa nesse site, observou-se que não foi acessar todas as edições de anos anteriores, exceto os dois últimos anos (Anexo J).

¹⁰ A partir do site <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/>, acessou-se o item “artigos de jornal” que encaminha para uma página (Anexos G e H) onde foi selecionado o item “Vila Velha”, abrindo outra janela (Anexo F). Nesta, foi selecionado “conteúdo digital”, encaminhando, conseqüentemente, para a reportagem selecionada.

¹¹ Nesta dissertação pode aparecer a forma singular e/ou plural, porque na busca por palavras-chave nos catálogos online foram utilizada as duas formas de flexão de número dos substantivos: singular e plural.

compor o universo de análise deste estudo: chuva, enchente, inundação, alagamento e Vila Velha. Na pesquisa exploratória realizada neste estudo, todas as palavras apareceram como um menor registro na busca, exceto “chuva” e/ou “chuvas¹²”, que recuperou o maior número de informações, ou seja, foi mais abrangente na pesquisa geral.

A consulta da seleção de termos foi realizada entre 2009 e 2018. Sendo que esse recorte se refere aos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2018. Ao final, o universo de reportagens coletadas e, inicialmente, analisadas por este estudo é de 51 para matérias de A Gazeta; e 49 de A Tribuna, no total de 100 reportagens sobre chuva, alagamento, enchente, inundação e Vila Velha.

Esse período pesquisado coincide, portanto, com a análise climatológica verificada pelos institutos de pesquisa do estado e do Brasil, tais como Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Incaper e Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet, em parceria com a Agência Nacional de Águas - ANA, como mostra o Anexo C.

A análise preliminar dos dados já nos permite indicar algumas informações relevantes. No Anexo A, a série histórica anual informa a alta precipitação em milímetros na região de Vila Velha, principalmente nos anos 1975, 1977, 1979, 1983, 1984, 1985, 1992, 1996, 2000, 2004, 2005, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2018. O acumulado anual de chuva nesses anos ultrapassou a média, ou seja, eles foram marcados por volume de chuva considerável, os quais foram classificados como eventos extremos de precipitação pluviométrica.

O Anexo B mostra os meses de outubro a abril entre 1970 e 2018, o período do ano mais chuvoso, ainda de verão, porém com redução de chuvas em plena estação chuvosa marcada pelo mês de fevereiro. Sendo assim, de acordo com a base de estudos do Incaper (2019) ficam evidentes que os meses recorrentes de chuva em Vila Velha são aqueles de verão.

Como dito anteriormente, a seleção de reportagens nos dois jornais partiu do recorte temporal especificado para formar o corpus de estudo com a utilização das palavras-

¹² Termo geral ou palavra autorizada pela Biblioteca Nacional (Anexo F).

chave, constando-as dentro dos títulos bem como no conteúdo das reportagens de cada jornal, o termo geral “chuva”, especificamente, interessando olhar de perto o fenômeno do alagamento presente na reportagem. Além de tais abordagens, na busca por informações nos catálogos pesquisados, os termos chave foram usados individualmente. No entanto, verificou-se, numa primeira busca que as reportagens não estavam necessariamente vinculadas à cidade da pesquisa. De modo que pudesse vinculá-las foram feitas combinações das palavras-chave com Vila Velha.

Assim, com base nas orientações conceituais sobre os termos de busca aqui apresentadas, foram encontrados 51 resultados em A Gazeta e 49 em A Tribuna, formando assim o corpus de referência para pesquisa. Então, ao total, o estudo conta com 100 reportagens sobre Vila Velha naqueles anos acima delimitados.

Para classificar as matérias reportadas entre 2009 e 2018, foram construídas categorizações dentro da temática “alagamento”, com intuito de identificar, no conjunto do conteúdo: os diferentes problemas, os diversos atores, o tipo de solução apresentada e os bairros mais citados em cada jornal.

Com essa análise exploratória, foi possível identificar alguns dados sobre os alagamentos em Vila Velha, por exemplo, o conjunto de bairros mais citados nas reportagens entre os anos delimitados para esta pesquisa, tais como Cobilândia, Jardim Guaranhuns, Jockey de Itaparica e Centro de Vila Velha. Os bairros estão listados de acordo com a citação na mídia em foco.

Esses dados exigiram um processo de reflexão sobre a produção da informação, das reportagens disponíveis, e sobre como a mídia garante o acesso a pesquisa de modo mais ampla sobre o tema. Como dito anteriormente, a pesquisa de levantamento das reportagens nos referidos jornais respeitou as regras de cada um deles para esse acesso.

Por exemplo, em A Gazeta, a busca demandou um agendamento com horário marcado, o que é exigido como acesso para o público em geral. Com relação às reportagens em A Tribuna foi utilizado seu sítio eletrônico <http://pdf.redetribuna.com.br/> (Anexo I). Além disso, foi feito um levantamento na biblioteca do IJSN, onde o acesso ocorreu de modo mais fácil, pois os arquivos disponibilizados estavam na internet em formato PDF.

Com esse levantamento foi possível juntar dados preliminares da pesquisa feita sobre as reportagens nos jornais A Gazeta e A Tribuna. Tais reportagens noticiam, diariamente, os eventos ocorridos em Vila Velha. São estas que serão apreendidas, como sendo objeto a ser estudado.

Desta feita, elas serão analisadas como sendo o modo pelo qual os jornais constroem suas próprias interpretações sobre os alagamentos, ou seja, os desastres no município. Espera-se por meio desta pesquisa alcançar um entendimento aprofundado sobre a influência da mídia na história dos alagamentos da cidade de Vila Velha.

Para tanto, além desta Introdução, esta pesquisa está dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado *Ocupação urbana, alagamentos e desastres em Vila Velha*, traz alguns conceitos relacionados aos desastres que foram categorizados nesta pesquisa, como enchentes, inundações e alagamentos. Além disso, apresenta as características da base biogeofísica do território de Vila Velha. Além de fazer algumas breves considerações acerca do papel da mídia na modernidade, o Capítulo 2 versa a respeito da imagem dos alagamentos na mídia espírito santense, buscando compreender como seus processos comunicacionais tratam os desastres. Para isso, é feito um resgate histórico sobre os dois jornais pesquisados. O Capítulo 3 traz os alagamentos em Vila Velha (ES) nas narrativas dos jornais A Gazeta e A Tribuna, com o objetivo de analisar e discutir os dados obtidos do levantamento feito para auxiliar a interpretação da realidade: como os jornais trabalham o fenômeno dos alagamentos em Vila Velha através de uma narrativa construída pelas suas reportagens. Por fim, estão as considerações finais, as referências, que deram fundamentação teórica nesta pesquisa, além dos anexos.

CAPÍTULO 1 – OCUPAÇÃO URBANA, ALAGAMENTOS E DESASTRES EM VILA VELHA

O presente capítulo visa apresentar alguns conceitos de desastres que serão trabalhados ao longo desta pesquisa, como enchentes, inundações e alagamentos. Além disso, busca discutir as características da base biogeofísica do território de Vila Velha, buscando compreender a sua dinâmica ambiental local numa perspectiva sistêmica, integrativa, de modo a contribuir para a análise das ocorrências históricas das inundações num território de acelerada urbanização provocado por uma intensa ocupação do solo.

1.1 DESASTRES EM ÁREAS URBANAS

No que diz respeito à cidade de Vila Velha, a pesquisa vincula um tipo de fenômeno, ou seja, os alagamentos por ser um tema que ocupa o cotidiano da cidade a prática de discursos, tanto da população em geral quanto da grande mídia, além de causar diversos prejuízos econômicos, ambientais, sociais e de saúde aos cidadãos.

Em primeira análise buscaremos entender o conceito de alagamento em áreas urbanas, como mostra a Figura 1. Os diferentes conceitos entre os condicionantes hidrológicos mostram como eles ocorrem frente aos desastres provocados pelo acumulado de chuva.

Figura 1 – Conceitos enchente, inundação e alagamento



Fonte: Amaral e Ribeiro (2012) adaptado pela CPRM (2017).

Dessa forma, os conceitos apresentados, tais como enchente, inundação e alagamento se fazem presentes na dinâmica interativa do território. Especificamente, o conceito de alagamento tratado na pesquisa, que resumidamente na imagem, pode ser definido como sendo “[...] o acúmulo momentâneo de águas em uma dada área por problemas no sistema de drenagem, podendo ter ou não relação com processos de natureza fluvial.” (CPRM, 2017) que pode, também, ser gerado pelo entupimento das drenagens devido ao acúmulo de água provocado por chuvas intensas em áreas urbanas.

Com relação ao fenômeno da inundação, Veyret (2007) destaca como sendo um evento natural definida como processo de extravasamento das águas do canal de drenagem para as áreas marginais (planície de inundação, várzea ou leito maior do rio) e esse fenômeno pode representar também as *áleas*¹³ mais largamente presentes no mundo. Na interpretação de Amaral e Ribeiro (2012) mesmo sendo uma enchente, ou mesmo uma inundação, tais eventos podem estar associados ao regime de chuvas que impactam áreas próximas aos rios.

Essas consequências para os indivíduos são consideráveis, tanto em termos de vastos territórios quanto no plano local, sendo de vários tipos, seu impacto sobre as populações é variável. Para Tucci (2004, p. 61) a inundação urbana ocorre quando:

[...] águas dos rios, riachos, galerias pluviais saem do leito de escoamento devido à falta de capacidade de transporte de um destes sistemas e ocupa áreas onde a população utiliza para moradia, transporte (ruas, rodovias e passeios), recreação, comércio, indústria, entre outros.

Por certo, os impactos das inundações sobre a população não se limitam a prejuízos materiais e a interrupções das atividades econômicas nas áreas inundadas, mas também têm reflexo no cenário da saúde pública. Assim, Tucci (2004) faz questão de lembrar que a limpeza pública e políticas de resíduos sólidos têm impacto direto sobre o efeito causado pelas fortes chuvas.

Nessa perspectiva, a análise da problemática decorrente das questões ambientais na cidade de Vila Velha, visa mostrar no pano de fundo, o efeito histórico da

¹³ *Álea*: Acontecimento possível pode ser um processo natural, tecnológico, social, econômico, e suas probabilidades de realização. Se vários acontecimentos são possíveis, fala-se de um conjunto de *áleas*. O equivalente em inglês *hazard* (para definir *álea* natural). Alguns autores utilizam o termo “perigo”, especialmente quando se trata de riscos tecnológicos. (VEYRET, 2007 p, 65).

apropriação do solo das áreas de alagados. Nesses espaços considerados vulneráveis, Valencio (2004) afirma ser o progresso um dos fatores contribuintes entre vários outros, inclusive os de origem natural, para a ampliação do risco da população. Lefebvre (2013) liga o espaço como a produção mental, o cultural, o social e o histórico. Com esse processo complexo, se descobre espaços novos, embora desconhecidos se vivencia a produção e a organização espacial própria de cada sociedade.

Para Haesbaert e Limonad (2007, p. 42), o espaço compreende o território por se tratar de “[...] uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza).” Portanto, existe uma construção simbólica em torno da definição do desastre como evento natural das relações de poder emergentes como consequência da interação entre esse evento natural e a organização social, como cita Marchezini (2014, p. 180):

Dessa interação surgem novas figurações, as quais passam a ser ordenadas dentro de uma luta pelas classificações, criando e reafirmando posições no campo do desastre que se afirmam pela linguagem oral como também pela linguagem visual. Isto é, há linguagens visuais que estão presentes na produção simbólica do desastre que se somam às palavras na criação de determinadas realidades, reiterando as injustiças ambientais no contexto dos desastres.

Essa construção da definição do desastre tem sido discutida na comunidade nacional e internacional com destaque para a preocupação com a atual política ambiental no Brasil. Outros fatores também preocupam a sociedade, tais como: mudanças climáticas, escassez de água, inundações, queimadas, etc.

Apesar de Sartori (2014) considerar os desastres como implicações sociais, as políticas falham, em determinadas áreas. Fortunato e Fortunato Neto (2012) reconhecem a fragilidade de determinadas áreas ambientalmente protegidas, sendo essenciais para o bom planejamento:

Aliás, já existem à disposição dos tomadores de decisão metodologias para a elaboração de cartas geotécnicas e para o mapeamento das áreas de risco de deslizamentos, inundações e de solapamento de margens fluviais, aptas ao perfeito diagnósticos desses futuros problemas sociais, e que deveriam ser de uso obrigatório por serem essenciais ao melhor planejamento do uso e ocupação do solo, em áreas urbanas e de expansão urbana. (FORTUNATO; FORTUNATO NETO, 2012, p. 23).

Percebe-se, portanto, que a complexidade de melhorar a ocupação do solo segue a elaboração de metodologias e estudos das áreas de risco, marcadas pela forma como o homem lida com a natureza. Em Vila Velha, por exemplo, essa relação, historicamente, esteve por muito tempo fragilizada. Isso por conta da lógica histórica de ocupação, que modificou o curso natural dos pequenos córregos e canais por um planejamento urbano deficiente. A ocupação das margens dos canais e nas encostas teve influenciado os processos de urbanização (MATTOS, 2010; SIQUEIRA, 2010a). Muito além do evento em si, as discussões sobre os desastres, levam diversos setores da sociedade a se engajarem em conversas informais sobre o tema, que podem conduzir, até mesmo, aos trâmites institucionais da esfera política (MELLO; DA-SILVA-ROSA, 2018).

Essa dinâmica da ocupação e da modernização que consolidou os espaços urbanos foi capaz de mudar o perfil da população e de suas necessidades de sobrevivência na cidade (SIQUEIRA, 2010b). Ao passo que promoveu um crescimento econômico e urbano acelerado com impactos abrangentes na sociedade capixaba. Essa urbanização no Espírito Santo reflete principalmente na capital Vitória, verificados no sistema de crescimento da cidade inteiramente ligada à base da industrialização (SIQUEIRA, 1995).

Mediante essas transformações Leff (2004) faz repensar o mundo contemporâneo, a mediação entre a cultura e a natureza para confrontar as estratégias de poder que atravessam a geopolítica do desenvolvimento sustentável. Mattos (2010) confere a expansão territorial como elemento constitutivo da fundação das cidades e muito comuns na paisagem das cidades brasileiras.

O conhecimento tem ligação com o saber ambiental de modo que envolve a realidade do território com as pessoas e grupos sociais nas diversas concepções. Nesse ponto de vista, Leff (2004, p. 242) afirma o conceito de saber ambiental

[...] como o novo conceito epistêmico no qual se desenvolvem as bases conceituais para abordar a realidade complexa na qual se articulam processos de diferentes ordens de materialidade (física, biológica, social), fundamentando e promovendo a construção de uma nova racionalidade social, que incorpora as condições ecológicas e sociais de um desenvolvimento equitativo e sustentável.

Em termos gerais, compreender o espaço ocupado ajuda a promover, nas suas diferentes formas, a dinâmica do caráter técnico e antropocêntrico diversificada nos

saberes, na diversidade cultural do pensar o meio ambiente. Leff (2011) analisa a racionalidade ambiental voltada para ações que relacionam meios e fins na construção de uma teoria da produção e da organização social fundada nos potenciais da natureza e nos valores culturais. Essa racionalidade constrói territorialidades através de práticas culturais de apropriação e manejo da natureza.

Para Haesbaert e Limonad (2007), o território se manifesta em vertentes básicas da dimensão do espaço, que pode ser considerado de caráter jurídico-política, quando o Estado exerce determinado poder, especialmente o de caráter estatal; o caráter cultural cujo espaço é feito através do imaginário e/ou identidade social e econômico, visto como produto das classes sociais e da relação capital trabalho.

Na cidade, por exemplo, o espaço, a reprodução da força de trabalho, a troca e o consumo se materializam através do modo pelo qual o uso e a ocupação do solo urbano ocorrem. Isto não significa dizer que o fenômeno da urbanização em si é um determinante maior ou menor, na escala territorial. Tal fenômeno é elemento que interage com outros na construção do espaço, que tende a ir além das cidades. O Estado, enquanto fonte de poder, e o espaço, como território podem constituir em uma unidade bem definida política e administrativamente (LIMONAD, 1998; HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

Com relação ao estudo sobre a produção social do desastre em uma cidade do interior de São Paulo, Valencio (2004) cita o progresso quando amplia o risco da população a diversos fatores de ameaça, inclusive ameaças de origem natural. O mesmo afirmam os pesquisadores Maia e Sedrez (2011) sobre as enchentes na cidade do Rio de Janeiro ocorridas na década de 1960, quando as injustiças socioambientais, no caso da ausência de governo, além falta de políticas de planejamento urbano propiciou condições de vida desfavoráveis na cidade.

Por outro lado, Oliveira (2019) busca compreender, por meio o corpus documental de três periódicos locais, as enchentes da cidade do litoral do Piauí nos anos 1970. Com base nas notícias, o autor analisa o acontecimento desse evento, bem como suas ações e problemas causados para os munícipes. Um ponto que a literatura chama a atenção é o papel do Estado. Giddens (2010) afirma que o papel do Estado é o de agir como planejador, catalisador, ou mesmo facilitador, principalmente, no que concerne às mudanças climáticas, buscando dar garantias e soluções para as

áreas impactadas pelos eventos meteorológicos extremos. Tais processos dinâmicos como é o caso das mudanças climáticas, afirma o autor, são fundamentais para compreensão na contemporaneidade, do processo de ocupação e uso do solo urbano que cria as segregações socioespaciais e vulnerabilidades socioambientais.

Sobre tais fenômenos, Marchezini (2014) questiona os discursos políticos, particularmente, os criados fora dos círculos dos grandes debates de cientistas e técnicos em gestão de risco. No entanto, o contexto da produção simbólica dos desastres, das palavras e imagens usadas pelos agentes, tais como a mídia, podem constituir “ordem e desordem” na produção simbólica dada visão sobre o desastre, favorece ou não certas mensagens, qualificando ou não certos atores constando nas reportagens da mídia. Para Devos (2009) a situação das populações mais pobres que ocupam áreas como matas, mangues, beiras de arroios aparecem na composição da história da cidade, durante um processo de modernização e remodelação do espaço urbano. Visto que isso, segundo o autor, pode levar a segregação socioespacial, onde, justamente essas áreas naturais, passam a ser o lugar da paisagem urbana pré-destinada às populações vulnerabilizadas pelo processo de crescimento urbano moderno.

Assim, a produção do discurso desse fenômeno pode ser relacionada com a governança, ou seja, com multiplicidade de atores sociais, cujas categorias são infinitas, além de governos e instituições formais que compõem o Estado, organizações e grupos de indivíduos com inserção da ideia de sustentabilidade no conjunto de políticas públicas (MOURA, 2016). A partir do presente estudo, pode-se observar que a multiplicidade de atores com capacidades distintas de poder aponte para um modelo assimétrico de governança. Isto pode diferenciar as suas representações a respeito da história sobre os desastres.

Considerando o meio ambiente como bem público, a responsabilidade tanto dos governos como da sociedade, Moura e Bezerra (2016) entendem a governança como parte, atores sociais, políticos e grupos organizados da sociedade para compreensão de políticas públicas.

Dessa maneira, tal situação no que diz respeito à cidade de Vila Velha, as questões ambientais passam ocupar práticas e discursos, muitas vezes com certa

preocupação ao processo de desenvolvimento capitalista. Sendo que o paradigma de crescimento econômico deve ser questionado, ou mesmo repensado de forma mais sustentável, em razão dos atores envolvidos, ocupando diferentes pautas e permeando discursos de cunho político-ambiental. Para tanto, a racionalidade ambiental é um conceito de debate e inclusão nos discursos e discussões das ciências sociais na sua forma de entendimento ambiental e de sentido.

Com expansão da informação a partir da perspectiva da mídia impressa, pode-se repensar o conceito de história ambiental orientado por acadêmicos, pesquisadores, atores sociais e estatais, com relação à capacidade de leitores e geração futura para promover o desenvolvimento sustentável.

1.2 CARACTERÍSTICAS NATURAIS DO TERRITÓRIO

Vila Velha é um dos municípios mais antigos do estado do Espírito Santo, sendo considerado o berço da colonização do solo espírito-santense. A cidade foi fundada por colonizadores portugueses em 23 de maio de 1535 quando recebeu a expedição de Vasco Fernandes Coutinho, ao pé do Morro do Moreno, na Prainha. Os europeus então desembarcaram nesse local, que passou a denominar-se Vila do Espírito Santo (MOREIRA; PERRONE, 2008).

Sendo que, em 1551, Vasco Fernandes Coutinho volta de Portugal transferindo a sede da Vila do Espírito Santo para Vila Nova (atual Vitória) situada em uma área mais protegida ideal para a edificação da futura capital. Além disto, para Moreira e Perrone (2008), a baía de Vitória tinha uma profundidade que proporcionava excelentes ancoradouros, ideal para a recepção das caravelas portuguesas.

Hoje, Vila Velha é parte da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV sendo considerada uma das mais populosas do Estado, com 414.586 habitantes (IBGE, 2017). Ela possui extensão territorial de 211 quilômetros quadrados com relevo plano em média 4 metros acima do nível do mar e clima tropical litorâneo. Ao Norte, limita-se com a capital Vitória, ao sul com Guarapari, a leste com Oceano Atlântico e a oeste com Cariacica e Viana (PMVV, 2018b).

Localizada no litoral do ES, a cidade canela-verde assenta-se sobre planícies fluviais e litorâneas, cujos locais são de alagadiços, cortados, atualmente, por diversos canais, parte de uma extensa rede hidrográfica de rios. Pelos estudos do Incaper

(2019), os canais da região servem de saída de águas pluviais em época de chuvas, principalmente no verão. No entanto, com a grande urbanização, eles passam a servir de escoamento da rede de esgotos de vários bairros.

Além disso, o município possui solos predominantes classificados como uma associação de areias do período quaternário, em que apresentam baixa fertilidade e pH¹⁴ entre 4,2 e 5,5. O clima é predominantemente quente, com pequena variação de temperatura durante o ano, sendo o período de outubro a janeiro o de maior concentração de acumulado de chuvas (INCAPER, 2014).

No entanto, nesse período chuvoso, o escoamento das águas torna-se deficiente muitas vezes por conta das obras atrasadas ou não executadas ou, ainda, devido ao deficiente sistema de escoamento pluvial. Esse sistema utiliza, na maioria das vezes, da canalização dos rios de Vila Velha, ocorrida a partir da metade do século XX, como parte de obras para se evitar as enchentes históricas desse território. Vale lembrar a construção de dois diques¹⁵, o do rio Jucu e de Garanhuns, para evitar desastres ainda na década de 1960 (SOUZA FILHO; FERREIRA, 2019).

Na faixa dos diques supracitados, as margens dos rios e canais bem como a porção litorânea de restingas e dunas estão degradadas no município canela-verde. Tal degradação pode ser observada o loteamento de casas para uma população, em geral, condomínios autorizados pelo Estado. Às margens dos canais, rios ocupados por construções irregulares agravam a situação há décadas por conta de ocupações irregulares ocorridas durante o processo de urbanização do município.

A cidade passou por transformações sem levar em conta a natureza, bem como o curso dos rios e a vegetação predominante. Assim é a cidade de Vila Velha - que tem a vegetação predominante da Mata Atlântica privilegiada por áreas naturais, principalmente da vegetação de restinga, manguezais, campos e pastagens, embora fragilizadas. Com o tempo, a mudança dessa paisagem provocada pela urbanização trouxe sérios problemas para a cidade, por conta de fatores de ordem natural e

¹⁴ pH corresponde a escala logarítmica para trabalhar com as concentrações do íon nas soluções. A sigla simboliza o “potencial hidrogeniônico” de uma solução que varia entre 0 e 14. Fonte: <https://www.manualdaquimica.com/fisicoquimica/conceito-ph.htm>

¹⁵ “Os diques são estruturas de regulamentação hídrica que podem ser usadas para manter determinadas áreas secas ou com a vazão das águas controladas, impedindo a inundação do terreno.” (RUPF, 2016, p. 71).

antrópicos (DEINA, 2013; INCAPER, 2014). Essa transformação modificou a paisagem urbana do município, que pode ter sido determinada nos últimos 50 anos. As causas e consequências são visíveis até os dias de hoje.

Completando a caracterização desse território, vale citar as bacias do rio Guarapari e Jucu, além das bacias hidrográficas dos rios da Costa, Marinho, Aribiri, Guaranhuns, o Córrego do Sete e o Córrego do Congo. Nesse cenário, estão situadas as lagoas de Jabaeté, Grande, Encantada, da Ponta da Fruta, de Interlagos e o Complexo Lagunar de Jacuném (INCAPER, 2014).

Com relação ao manancial hídrico, Moraes (2016) acrescenta que este deve ser entendido como sendo um sistema interligado com as grandes bacias para facilitar a compreensão da dinâmica ambiental local. Segundo Guerra (2003), as bacias hidrográficas¹⁶ têm grande importância nas áreas degradadas. Afinal, conhecer a sua dinâmica pode contribuir na busca de soluções com relação às obras estruturais como os canais existentes em Vila Velha; ou às ações não estruturais, tais como o acesso ao conhecimento do território importante para o planejamento urbano ambiental, por exemplo, tal como sugere Deina e Coelho (2014). Obras estruturais podem ser consideradas polêmicas principalmente com relação às consequências para o assoreamento dos cursos d'água como discute Guerra (2003) na citação que se segue:

Os técnicos envolvidos em obras de recuperação de canais fluviais devem conhecer a dinâmica das bacias hidrográficas, porque qualquer obra que seja feita nos canais deve ter uma repercussão, a curto, médio ou longo prazo, sobre o próprio canal ou sobre a bacia como o todo. Obras de retificação de canais, por exemplo, se, por um lado, aliviam as enchentes que ocorrem num determinado ponto da bacia, geralmente aumentam significativamente a velocidade dos rios, aumentando a carga, de sedimentos transportados, podendo provocar assoreamento mais a jusante, no próprio rio, ou em alguma baía, lago ou reservatório. (GUERRA, 2003, p. 388).

Assim, qualquer obra que seja feita num canal fluvial situada numa bacia hidrográfica deve contemplar os estudos geomorfológicos sob o risco de o Estado não atender plenamente os objetivos a serem alcançados em um planejamento urbano. Afinal, na composição das características do território, a geomorfologia se

¹⁶ “As bacias se caracterizam por serem constituídas por um rio principal seus afluentes, que transportam água e sedimentos ao longo dos seus canais. São delimitados pelos divisores de águas, que separam uma bacia da outra, e, internamente, existem elevações, denominadas de interflúvios, que dividem as bacias hidrográficas.” (GUERRA, 2003, p. 388).

preocupa com as formas de relevo existentes na superfície da terra e com processos que deram origem às suas formas. Nessa dinâmica, Guerra (2003, p. 388) afirma que “Através de modelos e do emprego de Sistemas de Informação Geográfica - SIGs -, procura-se diagnosticar o futuro de uma área, definindo quais as áreas de maior risco em termos de deslizamentos, enchentes, etc.” Vila Velha apresenta um relevo de maciços rochosos que vem sendo ocupada de maneira orgânica ou desordenada pela população.

Origge *et al.*, (2020) ressaltam que a segregação sócio espacial e a degradação ambiental em áreas de desenvolvimento periférico tardio podem desencadear situações graves de risco. Existem também outros fatores que podem agravar, tais como as mudanças climáticas em algumas cidades brasileiras situadas na faixa litorânea atlântica do país. Para as pessoas isso representa um risco, principalmente, àquelas que vivem às margens dos rios onde são muitas vezes ocupadas de forma desordenada em áreas de preservação permanente (ORIGGE *et al.*, 2020).

Nesse contexto de características ambientais locais, a percepção da área urbana é um elemento chave para a tomada de decisão pelos atores no sentido de se evitar possíveis impactos catastróficos. Afinal, a habitação em áreas ambientalmente frágeis leva riscos físicos, materiais, psicológicos entre outros. Importante é, portanto, compreender a dinâmica da ocupação do solo urbano dentro de uma perspectiva sistêmica, ou seja, tendo em conta as características da sua base biogeofísica. Esta pode ser uma etapa fundamental na gestão de riscos, principalmente, quanto à fase de preparação dos atores e quanto às estratégias de mitigação dos desastres que já são recorrentes historicamente no caso de Vila Velha. Dentro de uma abordagem das mudanças ambientais e mais especificamente das mudanças climáticas os tempos futuros parecem apontar para magnitudes e intensidades maiores do que as presentes.

1.3 O ESPÍRITO SANTO E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL A PARTIR DE 1950.

O Espírito Santo, durante sua vinculação ao sistema de Capitanias Hereditárias em uma colônia de exploração teve que restringir suas atividades econômicas para se enquadrar nas regras da lógica mercantilista, imposta pela metrópole colonial

(MOREIRA, PERRONE, 2008). Além disso, sua localização o distanciou dos centros decisórios da própria colônia, o que gerou efeitos econômicos e políticos para sua trajetória histórica. Isso significou a impossibilidade de um desenvolvimento autônomo da região com relação tanto à metrópole, quanto a regiões de maior destaque no contexto colonial.

O papel econômico desprivilegiado do território capixaba perdurou nos séculos seguintes, atravessando o marco da independência do Brasil, da inauguração da república e da entrada do país no século XX. Nesse momento, até por volta da década de 1930, quando a sociedade nacional tinha como base a economia rural, a atividade cafeeira de exportação era o principal fundamento econômico do Espírito Santo (SIQUEIRA, 2010b). Apesar de essa agricultura apresentar menor custo de implantação, com relação ao custo dos engenhos açucareiros, seu crescimento no mercado consumidor europeu e norte-americano contribuiu para sua expansão e o aumento do valor do produto (MOREIRA; PERRONE, 2008). Por volta de 1930, Siqueira (2010a) lembra que o processo de mudança brasileira vai promover desenvolvimento em algumas regiões do Brasil com a indústria, quando esta avança ultrapassando a produção agrícola, particularmente do café.

Com tal processo histórico, esse mercado contribuiu para a expansão do crescimento interno nacional. No entanto, com a constante dependência, a comunicação precária entre a região Sul e a capital provincial (Vitória) os tributos do café pouco eram canalizados para a província (MOREIRA; PERRONE, 2008), tampouco havia estradas e ferrovias adequadas para compensar o distanciamento.

A dependência direta da produção e exportação do café não era capaz de proporcionar uma dinâmica de expansão industrial. No caso do Espírito Santo, somente a partir de 1968, quando as consequências da expansão do café passam a ser condutor do processo de industrialização de capital básico para viabilizar o processo de vida econômica no estado mesmo depois da implantação da Companhia Vale do Rio Doce, 20 anos depois (SIQUEIRA, 2010b). Contudo, o Estado do Espírito Santo apresentou diversos estágios de desenvolvimento desde a colonização, e sua economia ficou atrelada à produção e exportação cafeeira durante muitas décadas.

Para Siqueira (2010b) o dinamismo do setor produtivo de café fez a área urbana ter um crescimento acelerado e desigual, que alterou radicalmente as relações sociais no campo e na cidade. Mesmo sendo com o contexto supracitado, não promissor do ponto de vista social, o período entre os anos 1950 e 1960 foi marcado por um aumento populacional em Vila Velha, impulsionado pela demanda de novas áreas para habitação devido aos programas habitacionais implementados. O modelo de crescimento iniciado a partir de 1950 era favorecido pelo setor privado e pela política do governo estadual, quando nesse período, o governador Jones Santos Neves estabelece planejamento para administração pública para o estado (SIQUEIRA, 2010a).

Na década de 1960, o Brasil começa a receber empreendimentos multinacionais, que utiliza tecnologia com intensa mão de obra de baixo custo. Em 1970 surgem os grandes projetos industriais com a política de incentivos fiscais do governo estadual anterior, incrementado pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento, cujas medidas facilitaram a atração de empresas estatais e nacionais, de capital privado e multinacional (SIQUEIRA, 2010a).

Como a indústria local não respondia à produção nacional nos anos 1970, o efeito reforçava a marginalidade histórica da região. Além disso, esse período de expansão urbana da Grande Vitória beneficiou certos interesses setoriais, aumentando a dimensão do problema social (SIQUEIRA, 1995). Os sucessivos governos estaduais tentaram medidas para conseguir resultados e conter a crise cafeeira não ficou restrita às pequenas propriedades, mas se alastrou por toda a economia, dada também a dependência na arrecadação estadual. O processo de urbanização da capital se enquadrou na plataforma das disputas dos presidentes provinciais durante séculos, que segundo Alves e Campos Júnior (2019, p.169) foi da seguinte forma: “A urbanização em curso e o crescimento da construção imobiliária contribuíram também para a valorização da propriedade privada da terra urbana.”

Essa transformação crescente na Grande Vitória pode ser vista durante a década de 1970 pela implantação dos parques industriais com as empresas: Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica de Tubarão, hoje transnacional Arcelor Mittal. Esse foi

um dos motivos para a metropolização, inclusive atraindo muitas pessoas de outros estados vizinhos.

Em meados daquela década, Vitória já era um centro com número populacional elevado e considerável expansão da população menos favorecida. Essa dinâmica populacional evidenciou a fragilidade do modelo de desenvolvimento, que tencionou as desigualdades regionais, ao passo que surgiu o processo acelerado de crescimento industrial e não de desenvolvimento integrado. Além disso, as formas de construção civil do processo de urbanização também promoveram desigualdade (SIQUEIRA, 2010b; ALVES e CAMPOS JÚNIOR, 2019).

Naquele momento, Vila Velha passou a receber um grande número de migrantes do interior do Estado, que contribuiu para explicar os problemas urbanos. A cidade era caracterizada como cidade dormitório por conta da maioria de seus habitantes possuírem vínculo de trabalho em Vitória. Esse fator contribuiu para a expansão do mercado imobiliário local até meados de 1980 (SIQUEIRA, 2010a).

Essa dinâmica econômica do Espírito Santo foi responsável pelo aumento da pobreza, como também pelo aparecimento de novos problemas de degradação ambiental na RGMV. A expansão urbana em Vila Velha processou-se, no mínimo, sem considerar os aspectos ambientais do ecossistema local. Com a ocupação dos manguezais na cidade canela-verde iniciou a forma desordenada desse espaço físico. A expansão da capital já era considerada, pelo processo de invasão no contorno da ilha formada por manguezais e morros, local onde a prefeitura despejava o lixo da cidade. Nos anos seguintes, com a invasão em torno do mangue surgiram aos bairros que formam a região da Grande São Pedro (SIQUEIRA, 2010a; ALVES e CAMPOS JÚNIOR, 2019).

Em 1995 foi assinado o protocolo de intenções para a criação da RMGV com objetivo de facilitar aos municípios componentes o enfrentamento de problemas comuns. Por isso, as administrações públicas deviam buscar soluções conjuntas. Inicialmente compuseram a RMGV: Vitória, Vila Velha, Cariacica e Viana; em 1999 foi incorporada Guarapari e em 2001, Fundão (MOREIRA; PERRONE, 2008). No entanto, a dinâmica populacional evidencia a fragilidade do modelo de desenvolvimento com relação ao combate às desigualdades regionais por meio de articulação política integrada dos municípios.

1.4 O IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO NO ESPAÇO URBANO DAS ÁREAS SUSCETÍVEIS A ALAGAMENTOS

O fenômeno dos alagamentos Vila Velha é um processo histórico, embora esteja presente o fator natural, a relação presente compreende, indispensavelmente, os fatores antrópicos, ou seja, a interferência humana na dinâmica natural do território. A partir disso, podemos pensar de forma sistêmica a história da cidade onde os rios e córregos percorriam em direção ao mar naturalmente, quando o ecossistema era ainda preservado. Com o tempo, o município teve parte de seu manancial hídrico comprometido devido à ocupação irregular das suas Áreas de Preservação Permanente (APP).

A cidade não estava com infraestrutura para receber as mudanças econômicas estruturais, principalmente, na década de 1960/1970. O processo de urbanização em torno das áreas de mananciais comprometeu a dinâmica natural das áreas naturalmente alagáveis, sobretudo, com a construção de moradias por conta da migração de trabalhadores rurais vindos da lavoura cafeeira em crise para a Grande Vitória em busca de emprego nesse período.

Em relação às áreas ocupadas naquele período, vale lembrar que muitas delas localizavam-se perto de rios e córregos e, até hoje, sofrem com as consequências das ocupações irregulares. No município, estão presentes os quatro principais rios que cortam a cidade. Segundo Rupf (2016) dentre os quais, o Rio Jucu, de maior extensão no seu curso, cuja dinâmica influenciou as maiores enchentes históricas em Vila Velha; o Rio da Costa que ligava o Rio Jucu à Baía de Vitória; o Rio Aribiri, que nasce na parte central do município e deságua na região do atual complexo portuário de Vitória. Por fim, o Rio Marinho, que divide os municípios de Vila Velha e Cariacica e foi interligado ao Rio Jucu pelo Canal dos Jesuítas em 1712.

Os fatores que permitem estimar a vulnerabilidade de um território são numerosos e de naturezas diversas, os quais devem ser classificados, segundo sua importância, com precisão de dados disponíveis (VEYRET, 2007). Da mesma forma Cutter (2011) pensa o evento como elemento potencial para perda que inclui fatores de exposição ao risco. Tal circunstância pode determinar perigo para pessoas ou mesmo determinadas localidades. Esse fator pode aumentar ou reduzir a capacidade para responder ou mesmo se recuperar dos riscos ou das ameaças ambientais. Para

Carpi Júnior (2012, p. 36) a consideração da vulnerabilidade para a identificação de riscos ambientais evidencia uma questão fundamental, qual seja de “Definir quais as coletividades humanas e quais os ambientes atingidos por eventos danosos ou que potencialmente estão sob algum perigo ou ameaça.”

Dependendo do processo de desenvolvimento social e dos processos ambientais de um território os fatores de risco podem ser mais ou menos afetados e agravados, o que vai potencializar ou não a exposição da população ou do território ao risco. Para Alexander (2011), a redução desse risco envolve uma multiplicidade de fatores socioambientais bem como a organização e mobilização de recursos materiais e imateriais, sendo realizados por atores sociais diversos, como por exemplo, as autoridades governamentais. Nesse caso, elas lançam mão de instrumentos como leis, protocolos e normas (sejam internacionais, nacionais ou municipais) em um processo complexo, no qual as comunidades também estão envolvidas.

Tendo em vista a complexa relação em ambiente urbano e o ambiente natural, é preciso compreender a mitigação de riscos, na dinâmica ecossistêmica de um território. Este é o caso do funcionamento do manancial hídrico de um dado território, que, para qualquer tipo de uso deveria ter com base não apenas os parâmetros ambientais, mas também os sociais (DEINA, 2013). Trazendo para o caso do presente estudo, o território vilavelhense, essa indicação é importante com relação ao rio Jucu:

A bacia hidrográfica do rio Jucu compreende um desses ambientes cuja interação homem-meio tem promovido mudanças significativas no espaço geográfico, em geral, de forma bastante degradante. Sua extensão territorial é de 2014 km², que se localizam sob o domínio estadual, abrangendo seis municípios, dentre os quais, quatro pertencem à Região Metropolitana da Grande Vitória: Cariacica, Guarapari, Viana e Vila Velha (DEINA, 2013, p.18).

Na Região Metropolitana da Grande Vitória, o rio Jucu é um dos que mais sofre com o modelo de uso e ocupação do solo dentro de um modelo capitalista industrial, pois apesar de passar por uma extensa área, ele atravessa um dos trechos mais impactados com o aumento da urbanização nas últimas décadas, o município de Vila Velha, além de sofrer as consequências das alterações ocorridas à montante dessa área (DEINA, 2013). Os eventos relacionados à urbanização desordenada do solo canela-verde, que atingem extensas áreas da planície de inundação do rio Jucu

em Vila Velha, impactam também o sistema fluvial dos Canais da Costa e Bigossi, como afirma Sartório (2018, p. 16):

O sistema fluvial dos canais da Costa e Bigossi, objeto de estudo deste trabalho, é um exemplo desse cenário apresentado. Situados sobre a planície de inundação do baixo curso do rio Jucu, os canais encontram-se em uma área onde historicamente iniciou-se a ocupação urbana do município de Vila Velha, próximo do centro da cidade, e hoje se configura como uma importante área, por onde passam diariamente milhares de pessoas e veículos.

Esta citação mostra uma característica do território de Vila Velha fundamental para a problemática central deste estudo: o território canela verde encontra-se sobre uma planície costeira que tem altitudes próximas ao nível médio relativo do mar e está sujeita às inundações naturais visto que é atravessada por uma rede hídrica bastante conseqüente. Tanto é que as inundações ocorreram nos anos de 1922, 1938, 1940, 1960 e 1970 (D' ALCANTARA, 2012).

Pensando em uma estratégia de redução de risco de desastres, o uso e a ocupação desse território não poderiam deixar de considerar a característica da sua base biogeofísica como tem sido feito pela modernidade tardia. Exemplos em Vila Velha são vários. Para Monteiro (2016), por exemplo, as modificações urbanísticas, tais como a retificação do curso do Canal da Costa¹⁷ para evitar inundação e, posteriormente, o alargamento de ruas e avenidas, somente trouxeram alguma melhoria para a região do centro de Vila Velha e para o bairro Praia da Costa. E mesmo assim, observam-se pontos de alagamentos e de transbordamento do próprio canal em momentos de chuvas muito intensas nesses bairros. Essas duas áreas são densamente povoadas e estão na região em que a profundidade e a largura do canal são maiores. As outras regiões, à montante do rio, estão desprovidas de obras executadas no entorno do canal, o qual é mais estreito, facilitando assim a ocorrência de eventos extremos.

Com a expansão urbana, Vila Velha ficou suscetível a eventos drásticos como ocorreu na inundação em março do ano de 1960. A ponte sobre a principal via (Champagnat) destruída pela enchente prejudicou o centro da cidade. Para minimizar o dano, foi realizada a obra sobre o Rio Jucu, também conhecida como

¹⁷ O Canal da Costa é um rio que, hoje, se tornou um depósito do esgoto dos diferentes bairros por onde passa por conta da falta de um sistema de saneamento básico eficiente. Por isto, é chamado popularmente de “valão”.

dique Guaranhuns, pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS, na década de 1960 (D' ALCANTARA, 2012; SOUZA FILHO e FERREIRA, 2019). Essa construção teve como objetivo impedir a inundação de grande parte da área urbana de Vila Velha para evitar o maior número de perdas humanas e materiais.

Por toda a extensão de Vila Velha, muito próxima às áreas naturalmente suscetíveis às inundações, enchentes e alagamentos, encontram-se milhares de famílias. Isto é fruto da ocupação de forma desordenada ocorrida a partir de meados da década de 1960. Devido a esta grande enchente de 1960, foram executadas as primeiras obras de drenagem das áreas úmidas, como por exemplo, do rio do Congo, tornando-as, no entanto, mais suscetíveis às inundações em momentos de maior índice pluviométrico como indica a citação que se segue:

Terrenos inicialmente pantanosos transformaram-se em terrenos secos, alagáveis somente em situações de grandes precipitações pluviométricas. Terrenos arenosos altos que foram objeto de extração transformaram-se em alagáveis, alagados e também em lagoas. Com o rebaixamento geral do lençol freático, modificaram-se as condições hídricas, do pouco que restou da vegetação pantanosa. (LOBÃO, 1995, p. 37).

Ao longo dos anos, outras obras de drenagem consolidada foram feitas, com a abertura de valas secundárias, provocando uma considerável modificação da paisagem urbana de Vila Velha, que atualmente apresenta pouco das suas características hídricas originais como na citação abaixo que mostra a riqueza ecossistêmica local.

Na década de sessenta havia sido aberto o Canal do Congo, com cerca de 15 m de largura; próximo à desembocadura, a vegetação de mangue se fixa no antigo banco de areia/lama; o mangue que margeia a rua principal apresenta impactos significativos: alguns aterros, desmatamentos; o mangue do Congo sofre o primeiro grande aterro, de mais de 5.000 m², próximo a sua desembocadura. (LOBÃO, 1995, p. 36).

Dessa forma, a crescente urbanização e diminuição geral da superfície de infiltração favorecem a ocorrência de enchentes, que podem ser agravadas pelo aumento contínuo da ocupação das margens e obstrução dos canais. Acrescentando a isto, Lobão (1995), afirma que a ocupação desordenada traz, ainda, prejuízos com relação ao lixo urbano e a sua coleta precária.

A título de ilustração, a instalação de lixão próximo a recursos hídricos ainda na década de 1990 (ou seja, bem antes da política nacional de resíduos sólidos ser instituída na década de 2010) levaria, com o tempo, ao comprometimento da

qualidade da sua água pela poluição do lençol freático com a infiltração do chorume¹⁸. Este é o caso relatado abaixo.

O lixão implantado precariamente sobre uma antiga área de extração de areia, vizinho de alagados, tem ligação direta com as águas superficiais da microbacia do canal de Camboapina. Devido a grandes modificações no sistema hídrico da região e ao rebaixamento geral e diferenciado do lençol freático, pode vir a ocorrer contaminação das águas subterrâneas da microbacia do canal do Congo. (LOBÃO, 1995, p. 35).

Além da manutenção do lixo municipal em precárias condições ambientais, cabe ressaltar os sérios problemas ambientais agravados por práticas que levam a alteração de funções ambientais de ecossistemas: a extração descontrolada de areia, o que leva a destruição das restingas, bem como a supressão de manguezais, ambos os ecossistemas são áreas de preservação permanente pelo Código Florestal (BRASIL, 2012) e têm funções mitigadoras dos efeitos de eventos meteorológicos extremos.

Outras alterações da paisagem de Vila Velha contribuem para os alagamentos em períodos de chuvas intensas. Podemos citar a região do Rio Marinho, que, pelos estudos de Silva (2017), tem a situação agravada devido à influência das marés, pois, quando estão elevadas em épocas de chuva, torna-se inevitável a ocorrência fazendo com que as ruas e casas da Grande Rio Marinho fiquem alagadas. Da mesma forma o Canal de Camboapina feito pelos jesuítas no século XVIII - hoje chamado Rio Marinho -, que ligava o rio Jucu à Baía de Vitória. Antigamente esse canal facilitava a navegação das comunidades ribeirinhas. No entanto, apesar do elevado grau de degradação entre fins do século XVIII e início do XIX a navegação ficou prejudicada por falta de obras, manutenção, limpeza e desleixo das autoridades (MORRO DO MORENO, 2013).

Buscando mitigar os riscos hidrológicos, obras estruturais são feitas, o que acarreta um investimento por parte do Estado. Para Silva (2017) a criação de um canal chamado “Vala Marinho”, também conhecido como Canal Cobilândia é uma obra de drenagem mais recente realizada no sistema do rio Marinho e do rio Aribiri. O canal foi construído para controle de inundação no lado direito do rio Marinho, ligando-o ao rio Aribiri, cortando o bairro de Cobilândia, em Vila Velha. A Figura 2 mostra a foz do

¹⁸ “O chorume é um líquido com alta carga poluidora originado da decomposição do lixo, e apresenta uma grande variabilidade em sua composição. Nos aterros, os resíduos se decompõem dando origem a um líquido mal cheiroso, de coloração negra denominada lixiviado ou chorume.” (ALVES e TEIXEIRA, 2004, p. 480).

rio Marinho e o manguezal existente então, o qual foi sendo destruído paulatinamente.

Figura 2 – Foz do Rio Marinho na década de 1930, com destaque para o manguezal (letra A)



Fonte: Acervo do site Memória Visual Baía de Vitória.
<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/> (adaptado pelos autores)

Em termos da hidrografia local, Vila Velha apresenta uma topografia bastante plana com alguns maciços rochosos, principalmente, na sua porção norte, com o curso de seus rios e canais sob a influência da maré e a presença de manguezais antes do uso do solo urbano ser mais intenso a partir da década de 1960 (SILVA, 2017; ORIGGE *et al.*, 2020).

Por outro lado, Pereira (2017) analisa os vários canais abertos entre 1950 e 1960, na região do Rio Jucu, com a construção do Dique do Rio Jucu e Guaranhuns, e do canal de Araçás, que verte para o canal de Guaranhuns; o Rio Aribiri, com a abertura dos valões de Cobilândia e Marinho; e a canalização do Rio Marinho, formando o Canal Marinho. Sendo que essa discussão apresentada demonstra a relação histórica do município com os rios, e Vila Velha é a cidade que possui maior

número de canais do Estado, totalizando 72 km de extensão que atravessam mais de 25 bairros (PEREIRA, 2017). Dessa forma, a Figura 3 aprofunda a análise desse importante rio com a foto de 1956, no recorte no estudo de Silva (2017) com a ponte sobre o rio Marinho juntamente as moradias do local.

Figura 3 – Vista do Rio Marinho na altura da Ponte do Camelo, em abril de 1956



Fonte: Acervo José Luiz Pizzol (citado por SILVA, 2017, p. 64)

A modificação da paisagem do Rio Marinho, em que a ocupação da área sofreu intensas transformações na geografia física detalha a Ponte do Camelo, na foto acima, como parte das obras estruturais promovidas da década de 1950, quando provocaram a alteração das dinâmicas locais de tal forma que comprometeram seus objetivos iniciais de ocupação do solo. Este efeito não desejado de obras estruturais com relação ao território demanda outra prática fundamental, mas não considerada pela ocupação do solo pela modernidade urbana. É preciso compreender o funcionamento do manancial hídrico em seus distintos locais e em suas particularidades com base não apenas nos parâmetros ambientais, mas também nos sociais (DEINA, 2013) considerando os saberes dos nativos sobre o seu território (DA-SILVA-ROSA *et al.*, 2015).

Por exemplo, os dois canais na figura 4 ilustram o Rio Marinho e o Aribiri com suas margens e áreas suscetíveis a inundação, típicas de eventos estruturais naturais marcados pela planície dessa região.

Figura 4 – Vista aérea dos canais Marinho e Aribiri, na altura do bairro Cobilândia



Fonte: Silva (2017, p. 87)

A vista aérea dos canais mostra uma região suscetível a desastres, onde os canais em períodos de chuvas intensas de verão e cheias podem piorar os problemas dos alagamentos. No entanto, a ocupação, muitas vezes irregular, próxima às margens de rios, cujo manancial correu um dia naturalmente em áreas de planícies fluviais - hoje canais ou “valões”-, demonstra um fator agravante dos riscos e da exposição da população a eles, sendo parte de um processo histórico de construção de vulnerabilidades (DA-SILVA-ROSA *et al.*, 2015). As precipitações excepcionalmente abundantes podem provocar vítimas e prejuízos que são também muito perigosos para a população quando se manifestam nas áreas litorâneas muito baixas (DEINA, 2013).

Diante dessas alterações orquestradas pela Modernidade tardia e periférica, destacamos o rio Jucu como um dos que mais sofre com esse modelo de uso e ocupação da terra, pois, apesar de passar por uma extensa área, situa-se num dos

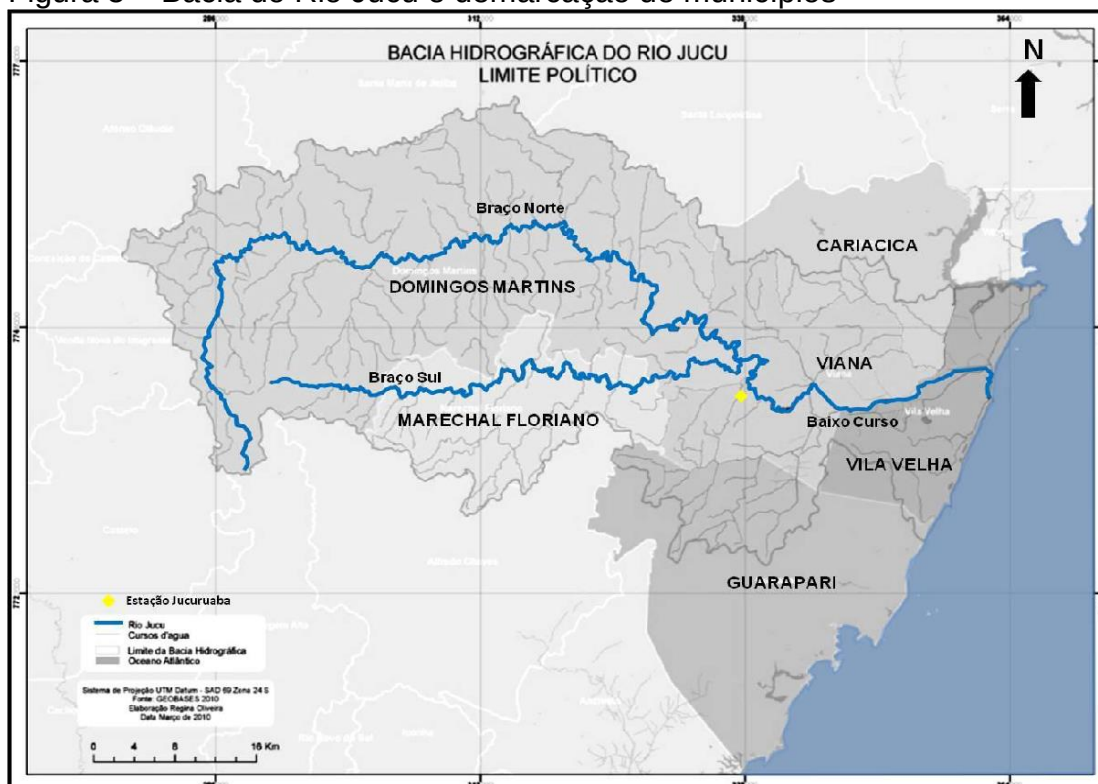
trechos mais impactados com o aumento da urbanização nas últimas décadas (DEINA, 2013).

As intervenções em Vila Velha surgem com o processo de urbanização ainda nas décadas de 1960/70 para tornar esse território mais habitável. A reboque desse processo e com a sua intensificação a partir da década 1990 devido a construção da Terceira Ponte, a ação da pressão imobiliária passou a construir sobre as planícies de inundação ou várzeas drenadas pelas redes de rios. Com a intensa urbanização, tais rios passam a ser ou canalizados ou tendo suas margens ocupadas pela população de baixa renda. Essa expansão urbana sobre a planície costeira acarreta consequentemente, um histórico de desastres relacionados, principalmente, às inundações (MONTEIRO, 2016; SARTÓRIO, 2018).

Como dito anteriormente, conhecer a base biogeofísica do território seria, portanto, ponto fundamental. Afinal, Deina e Coelho (2014) consideram que o município de Vila Velha se desenvolveu sobre um ecossistema litorâneo frágil, em um território com solos saturáveis e com muitas áreas suscetíveis às inundações. Para Pereira (2017), os rios assoreados e canalizados que recebem às suas margens esgoto domésticos perdem totalmente suas características originais em favor do que é entendido como sendo a modernidade com todo o seu modo de uso e ocupação do solo urbano.

Ademais, a falta de preservação de áreas naturais pode comprometer a dinâmica da ocupação urbana e eventualmente degradar os principais rios que cortam a região. O município de Vila Velha, por exemplo, sofre influência histórica com a mudança do curso natural de seus rios. Muito se discute a importância do Rio Jucu como importante manancial hídrico que corta alguns municípios do ES. Isso porque ele nasce em Domingos Martins, pelo Braço Norte, enquanto que o Braço Sul, o rio corta o município de Marechal Floriano confluindo na divisa entre Viana e Domingos Martins, como mostra a Figura 5. A cabeceira fluvial encontra-se na região montanhosa do estado, junto ao Parque Estadual de Pedra Azul, e a foz junto ao Oceano Atlântico, na localidade Barra do Jucu, município de Vila Velha (PEREIRA, 2017). Além disso, existem as elevações de sedimentos vindos do meio ambiente, que, no município, caracterizam-se pelo acúmulo fluvial, principalmente no entorno do Rio Jucu, nas proximidades do município de Viana.

Figura 5 – Bacia do Rio Jucu e demarcação de municípios



Fonte: Oliveira (2011, p.115, modificado por PEREIRA, 2017, p. 80).

A bacia do Jucu, ao longo de sua história, tem sido objeto de intervenções antrópicas, principalmente na região de sua baixa bacia, tendo passado por obras de retificações e drenagem, além de obras de transposições, destacando-se nesse ínterim o desvio do Rio Formate, outrora afluente do Rio Jucu, e que passou a desaguar no Rio Marinho. O rio Jucu com o tempo começou apresentar problemas, tais como: assoreamento, despejos de esgotos não tratados, desmatamento, queimadas, erosão e ocupação irregular das margens do rio (COMDEVIT, 2009; PEREIRA, 2017).

Já a Figura 6, a seguir, mostra a foz do rio Jucu como um ambiente altamente mutável, pois está situada no encontro entre o continente e o oceano, região constantemente alterada por processos costeiros como a ação de ondas, correntes costeiras, marés e ao aporte de sedimentos (DEINA, 2013). Assim também quando a água do rio Jucu aumenta, as planícies adjacentes sofrem com a falta de vazão da água para o mar, inundando principalmente nas áreas de pastagens ou mesmo bairros residenciais inteiros, como é o caso do bairro Pontal das Garças (DEINA, 2013).

Figura 6 – Rio Jucu, área próxima à foz (A) e bairro Pontal das Garças (B)



Fonte: A Tribuna, Vitória ES, 04/12/2008, p. 6 - Leonel Albuquerque.

O rio Jucu apresenta seu baixo curso bastante modificado em relação ao que era originalmente devido ao processo de ocupação e uso do solo. As inundações constantes a que estavam sujeitas a região do seu entorno, e em face de topografia plana do município de Vila Velha, o DNOS promoveu a retificação e a dragagem da calha natural na década de 1960. Além disso, construiu um conjunto de canais artificiais de drenagem para facilitar o escoamento das águas, acarretando um aprofundamento do leito, evento magnificado pela extração de areia (DEINA, 2013).

Na margem esquerda do mesmo rio encontram-se os bairros Pontal das Graças e Darly Santos (Figura 7). Na sua margem direita, uma série de bairros surge próximo à foz do Rio Jucu ao longo de sua planície fluvial. Isto quer dizer que foi permitida a ocupação de toda uma área onde, frequentemente e naturalmente, ocorriam inundações em dias de chuva intensa ou prolongada (DEINA; COELHO, 2013).

Figura 7 – Bairros próximos à foz do Rio Jucu

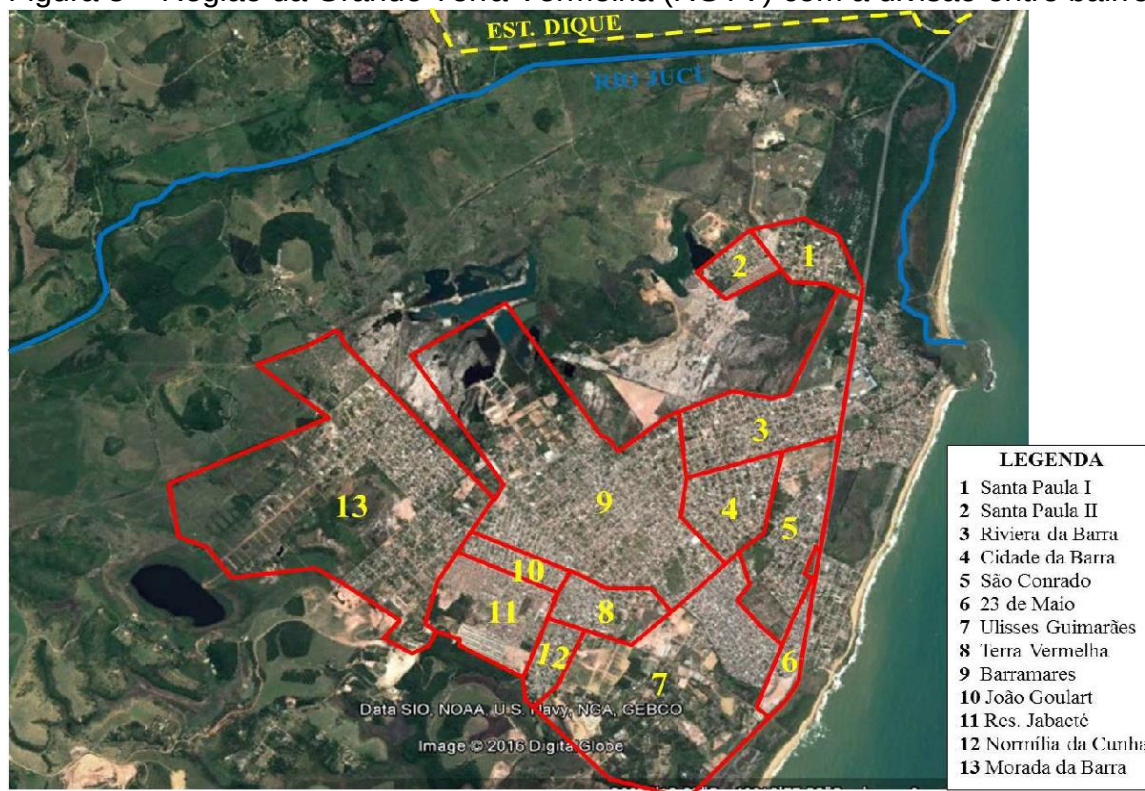


Fonte: foto Aérea de André L. N. Coelho, 23-10-2012 (apud DEINA; COELHO, 2013)

Na região próxima à foz do Rio Jucu com o tempo foi descaracterizando a dinâmica natural do território, das áreas à beira de rios e córregos. Em tempo a área começou a receber milhares de pessoas proveniente do adensamento da Grande Vitória, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980 quando a falta de políticas públicas igualitárias voltadas para a habitação elevou a especulação imobiliária na região (SIQUEIRA, 2010a).

Outra região próxima ao rio Jucu suscetível a alagamentos é a Grande Terra Vermelha – RGTV (Figura 8). Ligada prioritariamente por 13 bairros Riviera da Barra, Cidade da Barra, São Conrado, 23 de maio, Ulisses Guimarães, Terra Vermelha, Barramares, João Goulart, Residencial Jabaeté, Normília da Cunha, Morada da Barra, além dos dois bairros de Santa Paula I e II.

Figura 8 – Região da Grande Terra Vermelha (RGTV) com a divisão entre bairros



Fonte: Google Earth (2016), adaptado por Pereira (2017, p. 69)

A RGTV desde sua formação passa por uma série de questões sociais, políticas, urbanas e naturais, desde as características físicas do território até a infraestrutura dos bairros, agravado pelo parque, pelo novo cenário econômico como a construção de extensas moradias em áreas inapropriadas que estimulou a ocupação em Vila Velha. As primeiras ocupações irregulares impulsionaram o crescimento desordenado ao sul do Rio Jucu e de suas áreas naturais (PEREIRA, 2017).

A história do processo de ocupação e uso do solo canela-verde compõe, assim, a história ambiental do seu território que, para Drummond (1991) seria compreender o modo pelo qual o território é apropriado ou dominado pelos seus diversos atores e como o processo de construção histórico-social pode considerar os desastres na cidade.

Os diferentes rios em Vila Velha são frequentemente agravadas pelos eventos de marés altas, onde a vazão da água e de seus cursos é interrompida pela elevação da maré, que adentra o baixo curso por metros (antigamente, até quilômetros), promovendo uma mistura entre a água salgada do oceano e a água doce dos rios (PMVV, 2018b). Hoje, essa água doce apresenta-se altamente poluída por conta do despejo de esgoto sem tratamento em seus leitos.

A interação entre a dinâmica dos cursos d'água, eventos meteorológicos extremos, ocupação e uso do solo urbano, dinâmica das marés pode levar a consequências alarmantes. Sem vazão para o oceano, as águas dos rios e canais transbordam de seus leitos para as planícies adjacentes, alagando imensas áreas que incluem desde áreas de pastagens a bairros residenciais inteiros. Este é o caso do bairro Pontal das Garças situado na margem esquerda do Jucu, que em dezembro de 2013 ficou inundado pelo período, aproximadamente, de 15 dias.

A região bem como outras em Vila Velha é, até os dias atuais, inundada com águas pluviais que não conseguem escoar em direção ao mar. Tais eventos atingem as extensas áreas da planície em Vila Velha sobre o rio Jucu e ocorrem também nos sistemas fluviais dos Canais da Costa e Bigossi.

Como afirma Sartório (2018), a dinâmica do cenário no sistema fluvial dos Canais da Costa e Bigossi tem influência direta do sistema antecedente a este: a planície de inundação, que por sua vez, influencia o escoamento das águas das chuvas intensas na bacia hidrográfica do rio Jucu.

Sabendo que Vila Velha encontra-se sobre uma planície costeira que tem altitudes próximas ao nível médio relativo do mar e está, portanto, sujeita aos alagamentos das ruas (SARTÓRIO, 2018), cabe lembrar as inundações que ocorreram nos anos de 1922, 1938, 1940 e a histórica grande enchente de 1960 (D'ALCANTARA, 2012). Como dito anteriormente, o processo de ocupação do solo pela urbanização nas décadas de 1960, 1970 e, mais recentemente, na década de 1990 motivou uma mobilização da população que começou a pressionar o município por mais moradia. Programas de habitação foram implantados nos anos de 1960 e 1970 para uma população empregada nos grandes projetos de desenvolvimento daquelas décadas (SIQUEIRA, 2010a). Este foi o caso do Instituto do Bem-Estar Social - IBES.

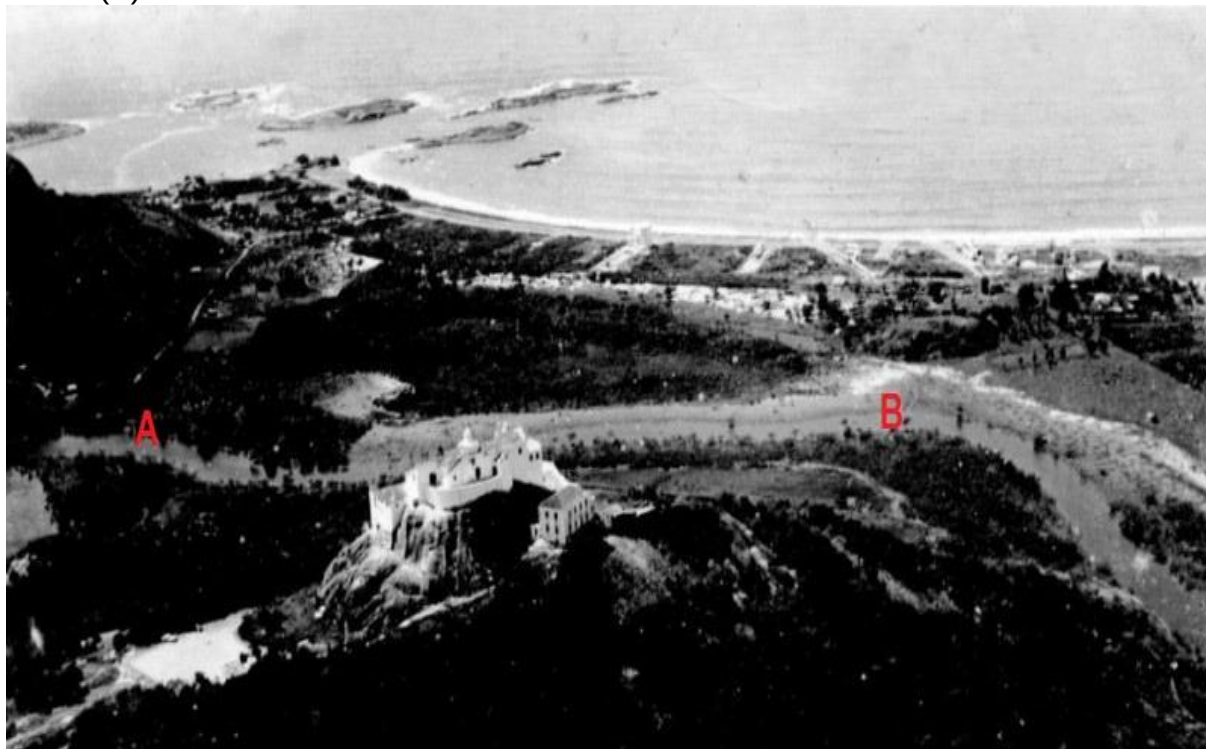
No entanto, à população desempregada ou de baixa renda naquelas décadas foram deixados terrenos sem valor para o mercado imobiliário de então, sendo construídas casas populares e muitas vezes precárias sobre as planícies de várzeas drenadas, às margens de rios canalizados, sobre manguezais desmatados ou nas encostas dos maciços rochosos situados na porção norte do município (MONTEIRO, 2016).

A expansão da malha urbana de Vila Velha apresentou para Sartório (2018) um histórico de desastres, principalmente, no caso da expansão sobre a planície costeira. A citação que se segue confirma esta dinâmica de ocupação do solo vilavelhense:

[...] Apesar de essa região apresentar um histórico de desastres relacionados à inundações que remete às primeiras vilas que se estruturaram ali, esse fato não coibiu a expansão da área urbana sobre esses espaços. A canalização do rio da Costa foi um importante passo para que essa expansão ocorresse. (SARTÓRIO, 2018, p. 102).

O rio da Costa proporcionava o curso natural das águas, mas, em 1960, o rio foi retificado e canalizado que mudou radicalmente a característica original do seu entorno. Seu traçado se expande por um conjunto de bairros com perfil diversificado, cuja localização principal está no centro da cidade (Figura 9). Tais obras alteraram a sua dinâmica original, contudo em épocas de cheias, ou seja, de chuvas intensas ele precisa espalhar-se pela sua planície.

Figura 9 – Rio da Costa, Vila Velha, 1950. Direção da foz (A) e meandro do Rio da Costa (B).



Fonte: Acervo do site Morro do Moreno. <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/o-rio-da-costa.html> (modificado pela autora)

A relação inicial “harmônica” entre o rio da Costa e Vila Velha foi diminuindo com as alterações feitas pelas obras estruturais e com a ocupação do solo provocada pelo aumento da população (D’ ALCANTARA, 2014). Todavia a enchente histórica de

1960, conforme citam Souza Filho e Ferreira (2019) deixou Vila Velha alagada com a ponte principal via (Champagnat) destruída no centro da cidade. Para minimizar o dano na cidade foi realizada a obra sobre o Rio Jucu, também conhecida como dique Guaranhuns, pelo Departamento Nacional Obras e Saneamento – DNOS em 1960 para impedir as enchentes na cidade, como já foi citado.

No entanto, ainda por toda a extensão de Vila Velha, muito próxima as áreas suscetíveis a enchentes, encontram-se milhares de famílias habitando bairros como Ilha dos Bentos, Praia das Gaivotas, Nova Itaparica, Guaranhuns, Jardim Guaranhuns, Araçás, Jockey de Itaparica e Darly Santos. Esses bairros estão próximos ao canal de Guaranhuns que deságua no Rio Jucu (PMVV, 2018a). O canal Guaranhuns é um corpo hídrico utilizado como receptor dos efluentes domésticos e industriais de bairros como Araçás e Guaranhuns entre outros, além dos problemas causados pela erosão pelo mau uso do solo às suas margens.

A Figura 10 mostra, em primeiro plano, o transbordamento da calha do Rio Jucu (D) por conta da contenção do Dique de Guaranhuns, localizado em sua margem esquerda. Em segundo plano na foto, os bairros de Pontal das Garças (A), Darly Santos (B) e Araçás (C) inundados e prejudicados, provavelmente, pelo transbordamento do Canal de Guaranhuns. A foto evidencia a complexidade da paisagem desses bairros, uma vez modificado por distintos corpos hídricos influenciados pela proximidade do dique alterado e separado pelo desastre em dois cenários com suas próprias dinâmicas em paralelo.

Figura 10 – Imagem aérea cedida pela prefeitura de Vila Velha mostra as regiões afetadas pelas chuvas na cidade do estado do Espírito Santo.



Fonte: Alexandre Álvares/Prefeitura Vila Velha/EFE/VEJA (2013)

<https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/a-tragedia-das-chuvas-no-espirito-santo-e-minas-gerais/>

Legenda: Bairro Pontal das Garças (A); Bairro Darly Santos (B); Bairro Araçás (C) e o transbordamento da calha do Rio Jucu (D)

De modo geral, as áreas alagadas têm consequências e efeitos consideráveis quando no plano local, os riscos são provocados pela atividade humana. Para Veyret (2007, p. 24) “O risco é uma previsão possível, mais ou menos previsível por um grupo social ou por um indivíduo que tenha sido exposto a ele.” Portanto, estabelecer o elo conhecimento e percepção das áreas de risco pode resultar na capacidade de resposta, tendo em vista os desastres futuros.

Esse elo de conhecimento é importante, também, para compreender a transformação da paisagem ao longo da história de Vila Velha, considerando o processo de urbanização pelo qual o município passou, principalmente, nas décadas de 1960/70. Embora, as chuvas sejam um elemento natural presente no território em questão, é indispensável olhar para os fatores sociais e históricos implicados nas problemáticas do risco e do desastre. Assim, compreender o alagamento a partir de como ele é socialmente apreendido pode ser um fator relevante para os atores traçar diretrizes políticas visando à mitigação de futuros riscos e desastres.

Nesse sentido, a importância de considerar os estudos realizados, principalmente, nas áreas suscetíveis para (re) contextualizar a questão da ocupação territorial urbana em Vila Velha é evidente. Por exemplo, Celante, Sathler e Da-Silva-Rosa

(2015) tratam Vila Velha como uma das localidades mais atingidas pelos impactos de chuvas intensas no Estado em 2013 e reconhecem este território nas suas diversas áreas de vulnerabilidade socioambiental. Partindo da consideração acima, os impactos das inundações muitas vezes revelam a fragilidade do município em lidar com as intensas chuvas tanto que, no ano de 2013, muitas famílias foram prejudicadas por terem seus bens comprometidos ou perdidos. Para o Inmet (2013), as chuvas em 2013 ficaram acima da média climatológica em praticamente toda a Região Sudeste do país.

O acumulado de chuvas mostra ser indispensável um olhar para a política de redução de risco de desastres em busca da integração de uma racionalidade ambiental no território, onde as suas características socioambientais sejam consideradas. Tendo em vista o discutido anteriormente neste capítulo, o processo de desenvolvimento e de urbanização em áreas periféricas dentro da racionalidade econômica do capitalismo industrial é um fator de degradação de áreas de alagados, brejos e de mangues como ocorreu e ocorre no caso do município de Vila Velha.

Finalmente, vale, aqui, lembrar Cutter (2011) ao se referir à ciência da vulnerabilidade na medida em que se procura integrar conhecimentos das áreas sociais e naturais com vistas à compreensão dos processos de construção de riscos e vulnerabilidades. Isto é tão importante quando, em especial, envolvem comunidades em territórios periféricos como as de Vila Velha, que apresentam uma baixa resiliência, ou seja, uma baixa capacidade em responder aos problemas postos pelas inundações aí recorrentes. O descrito anteriormente mostra que obras estruturais como barragens ou diques proporcionadas pela ação de atores estatais nem sempre se reverberam em impactos tão positivos como esperado. Se esta ação falhar na expectativa inicial, o impacto negativo do desastre pode ou até mesmo piorar, expondo com mais intensidade a população local ao risco.

Inundações em alagamentos têm consequências imprevisíveis. Os meios de comunicação colocam este ponto. Por conseguinte, tais eventos demandam um olhar mais integrativo sobre o território. Isto significa apreender o território na sua complexidade com todas as suas variáveis sejam de caráter social sejam de caráter natural interdisciplinarmente. É trazer em diálogo das dinâmicas sociais e ambientais para comporem o cenário objeto de estudo presente. Esta situação, no seu todo,

pode ser evidenciada por discursos, tais como o da mídia estadual através do modo pelo qual ela aborda ou divulga os problemas das inundações nesse território no tempo.

Portanto, considerando o papel dos atores nos processos decisórios em ambiente urbano, são necessárias que as ações do ator estatal busquem promover uma cidade sustentável, principalmente nos eventos que acarretam impactos como as inundações nas populações mais vulneráveis, pois os desastres colocam em risco a saúde, o transporte, o comércio, a convivência e o desenvolvimento dos munícipes em bairros mais afetados de Vila Velha. Esse conjunto de relações entre os modos de vida humanos e suas formas peculiares da dimensão material do território compõe o conjunto de práticas sociais de ocupação e uso do solo, as quais são permeadas por contradições, problemas e conflitos entre os diferentes atores sociais.

Sendo a mídia impressa, um ator privilegiado de modo que pode levar a interpretação de seus leitores, nesse entendimento, o Capítulo 2 - a seguir - propõe mostrar como o jornal, com o elo de tradição, pode interpretar os desastres, a partir da sistematização de sua trajetória histórica na imprensa capixaba. Sendo que o presente estudo, de forma geral, contempla o recorte temporal indo de 2009 a 2018 buscando compreender a dinâmica do conteúdo da produção de narrativas ou padrões de representação dos alagamentos de A Gazeta e A Tribuna. Tanto que as reportagens apreendidas na pesquisa são como estratégias fundamentais para auxiliar o papel do ator mídia na reconstrução dos desastres em Vila Velha.

CAPÍTULO 2 – OS ALAGAMENTOS NA MÍDIA ESPÍRITO SANTENSE

Neste tópico, faremos um exercício de aprofundamento das categorias teóricas com as quais nos aproximamos do objeto de estudo, a mídia espírito santense, como meio de compreender os processos comunicacionais por ela desenvolvidos em seu tratamento dos desastres através de temas mais abordados, processos que vão além da relação das práticas midiáticas. Além de fazer algumas breves considerações acerca do papel da mídia na modernidade, o que nos propomos a fazer é mostrar como a mídia pode interpretar os desastres, a partir da sistematização da trajetória histórica da imprensa capixaba. Partimos, então, dos anos 1920, década em que surge A Gazeta, um dos veículos de análise do nosso trabalho, seguido, na década de 1930, com o surgimento do jornal A Tribuna. Nota-se até a primeira metade da década de 1990, e ao longo do século XXI, mudanças ocorreram nos jornais em foco no seu modo de fazer jornalismo e na linguagem utilizada para informar os seus leitores, principalmente, em termos editoriais.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A MÍDIA NA MODERNIDADE

A discussão sobre o papel da mídia, principalmente quando se trata das questões ambientais está cada vez mais presente na sociedade contemporânea. A abordagem sobre o tipo de desastre pode impactar diretamente a dinâmica urbana do município e conseqüentemente a vida das pessoas.

Em cada época ao longo da história, foram utilizadas diferentes ferramentas disponíveis para a difusão de informações, as quais são eminentemente baseadas na interação social por meio da comunicação. Apesar de, na maior parte da história humana, as interações sociais ocorrerem face a face, como mostra Thompson (2008), a mediação da comunicação por meio de tecnologias não é uma novidade, e vem desde o século XV com o desenvolvimento dos meios de comunicação.

A partir de sua emergência, os meios de comunicação de massa foram apropriados como uma nova ferramenta midiática e vêm sendo utilizados constantemente, reforçando os elementos que constituem a mídia na modernidade.

Assim, existe a concepção de que a mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas, permeando diferentes processos e esferas da

atividade humana, em particular, a esfera dos assuntos de interesse público, como é o caso dos desastres (THOMPSON, 2008).

Conforme Hjarvard (2014), as sociedades contemporâneas passam pelo processo de midiatização, dependente da proliferação de diversas formas de mídia. No entanto, o processo de transformação da midiatização é o resultado da mudança de acesso a várias instituições e controle variável a esses recursos vitais. Nesse sentido:

A midiatização reflete a nova condição da importância intensificada e em transformação da mídia na cultura e na sociedade. Ela denota os processos pelos quais a cultura e a sociedade tornam-se cada vez mais dependentes dos meios de comunicação e sua lógica como mídia integra-se em práticas culturais e sociais em vários níveis. (HJARVARD, 2014, p. 26).

Nessa lógica da midiatização, principalmente intensificada pelos processos culturais dentro da sociedade, o discurso de Thompson (2008, p. 19) lembra os meios de comunicação quando tornaram-se o maior componente da esfera pública na sociedade moderna, porque, “[...] de forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno”. Esse autor distingue três tipos de interatividade criados pelos meios de comunicação: a interação face a face; a interação mediada; e a quase-interação mediada. E explica que essas formas se intercalam ao longo do tempo.

A interação face a face pode se dar por meio das conversas e debates, nos quais os indivíduos se fazem presentes no mesmo espaço e tempo. Já as interações mediadas se referem ao uso de um meio técnico para a comunicação, como as cartas enviadas, os telefonemas ou os *e-mails*. Esses formatos precisam ser interpretados pelos receptores dessas mensagens.

A forma de quase-interação mediada possui características das duas anteriores. E Thompson (2008) se utiliza desse conceito para citar os meios de comunicação de massa. As principais diferenças entre esse tipo de interação, causada pelos meios de comunicação e as outras formas de interação, apresentadas anteriormente é que a produção de informações é dirigida a um número ilimitado de receptores. Esse tipo de interação é baseado no fluxo de comunicação unidirecional, cujo maior são os meios de comunicação de massa, entre eles o jornal impresso, como explica Thompson (2008, p. 85):

Como todas as formas de interação e quase-interação mediadas, a televisão implica a separação dos contextos de produção e de recepção, de tal modo que as mensagens transmitidas por ela têm uma disponibilidade dilatada no espaço e no tempo.

Nesse sentido, segundo o autor, a mídia surgiu então como um dos principais expoentes dos meios de comunicação de massa, fazendo com que os indivíduos se adaptassem ao meio. E, os que alcançavam maior sucesso nesse novo contexto eram os que possuíam habilidades e desenvoltura enquanto comunicadores.

De acordo com Lima (2009), os meios de comunicação de massa foram se transformando e se consolidando historicamente em importante ator político, cujas características específicas do sistema de mídia no Brasil potencializam o seu poder no processo social. Desde que surgiram, os jornais impressos tiveram importante papel no desenvolvimento das sociedades. O advento da televisão no Brasil, na década de 1950, interferiu nas formas de sociabilidade, assim como a internet, quando surgiu no final do século passado.

Os assuntos de interesse público sempre se pautaram na construção de imagens e na visibilidade gerada pela divulgação na mídia de massa. O desenvolvimento da televisão e da mídia impressa fez com que a visibilidade, no sentido de ser visto pela visão dos outros, adquirisse uma nova ênfase. Para Hjarvard (2014, p. 30):

A mídia de massa e a mídia de rede social, igualmente, oferecem um constante fluxo de informação que orienta os indivíduos e as organizações para reajustar suas práticas às condições contemporâneas, dessa forma implantando uma refletividade progressiva na própria institucionalização da vida social.

A importância da mídia na construção e administração da imagem e da visibilidade mediada nas sociedades modernas é prerrogativa modernidade, já que a construção de uma imagem é um processo contínuo. No entanto, Thompson (2008) ressalta que a administração da visibilidade e da exposição pública não é totalmente controlada, justamente por ser transmitida de maneira unidirecional e de forma massificada pelos meios eletrônicos de comunicação, pois:

A incapacidade de controlar o fenômeno da visibilidade completamente é uma fonte permanente de problemas para os líderes políticos. Eles devem se policiar continuamente e empregar um alto grau de reflexividade para monitorar suas ações e expressões, pois um ato indiscreto ou uma observação inconsequente podem, se forem gravadas e transmitidas a milhões de espectadores, ter desastrosas consequências (THOMPSON, 2008, p. 127).

Isto significa que, muitas vezes, o fenômeno da visibilidade pode funcionar, pois, na sociedade midiática, tudo pode virar notícia. As mensagens podem ser recebidas pela audiência com um efeito contrário, assim como é possível ocorrer o vazamento de informações por fontes.

Sobre as fontes elas podem ser transmitidas por diversas formas de comunicação, e na imprensa no Brasil, o seu contexto impresso teve um nascimento tardio, segundo a UNESCO (2017), isso por conta dentre outros fatores, dos vários momentos sob regime de exceção, em particular as fases mais repressivas da Era Vargas (1930-1945) e os Governos Militares (1964-1984). Os períodos citados afetaram de diversas formas o desenvolvimento da atividade jornalística nacional. Neste contexto a imprensa brasileira teve um nascimento tardio, como foram as manufaturas, a própria independência política e a abolição da escravatura (UNESCO, 2017).

Apesar das dificuldades e limitações supracitadas, o Brasil tem um número apreciável de jornais que têm revelado notável capacidade de inovação técnica e editorial, o que lhes permite acompanhar os desafios surgidos até hoje. No caso do Estado do Espírito Santo, por exemplo, a mudança é visível no corpo editorial do Jornal A Gazeta, principalmente no final do ano de 2019, quando passou para o formato digital. No entanto, cada estado tem sua própria característica e história. Na imprensa brasileira não foi diferente. Segundo a UNESCO (2017), o primeiro periódico do Brasil lançado fora do país, em Londres, foi o Correio Braziliense, em 1º de junho de 1808. Depois, o jornal a Gazeta do Rio de Janeiro, em 10 de setembro, ambos no mesmo ano foram considerados pioneiros do Brasil. Este último jornal dentre os publicados em solo brasileiro, segundo Sodré (1998) era reservado às notícias pequenas da coroa portuguesa e financiados por ela. Em que retratava um Brasil e um mundo perfeitos e ilusórios.

Iniciada a publicação dos primeiros jornais brasileiros, o primeiro tipo de material impresso passou a funcionar de forma durante o desenvolvimento dos jornais que se intensificou na segunda metade do século XIX. Conforme argumento da UNESCO (2017) a maioria dos diários fundados no país, neste século, deixou de circular. No Brasil permaneceu o Jornal do Brasil, na capital Rio de Janeiro; o Fluminense, da cidade de Niterói. Além dos paulistas: a Província de São Paulo [atual O Estado de

S. Paulo], A Tribuna, de Santos e o gaúcho Correio do Povo, da cidade de Porto Alegre (UNESCO, 2017).

Paralelamente ao contexto citado, o crescimento econômico que caracterizou o final dos anos 1960 e grande parte da década seguinte, em particular a expansão industrial, foi acompanhado pela aceleração do processo de urbanização, pois é nessa época que a população urbana supera a rural (UNESCO, 2017). Em consequência dessas transformações, a imprensa brasileira passou por mais um ciclo de mudanças. Apontamentos de Sodré (apud PIERRANTI e MARTINS, 2007) mostram a crise da imprensa, ainda na década de 1960, teve o processo de perda de credibilidade com os problemas financeiros gravíssimos, no entanto, ela pertencia a atividade da classe dominante, ligada à ordem vigente disposta a se afirmar ao máximo no mercado como burgueses que eram.

Nesse período, o Brasil acompanhou o fortalecimento de uma burguesia nacional, com a formação de pequenos jornais, e o momento da euforia econômica com a criação de aglomerados do setor e a adequação do cenário empresarial com a imersão do país e do mundo no neoliberalismo. Sodré (1988) afirma que grandes empresas tiveram braços em distintas áreas no cenário da Comunicação Social no Brasil. Já Pierranti e Martins (2007) relatam que a adequação da imprensa, assim como de toda a sociedade esteve ligada ao pensamento neoliberal e isso foi determinante para uma tentativa de ampliação da margem de lucro capaz de aumentar a competitividade das empresas de comunicação e reduzir os postos de trabalho.

Com relação da ação direta do poder público sobre a mídia brasileira, Pierranti e Martins (2007) analisam que os pedidos de empréstimos e a veiculação de propaganda oficial figuram prejuízos a democracia, como mostra a lei nº 7.300, de 27/3/85, da Associação Nacional dos Jornais - ANJ:

Art. 2º. É livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, salvo se clandestinos (art. 11) ou quando atentem contra a moral e os bons costumes.
§ 1º. A exploração dos serviços de radiodifusão depende de permissão ou concessão federal, na forma da lei.

§ 2º. É livre a exploração de empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias, desde que registradas nos termos do art. 8º.

Art. 3º. É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, a estrangeiros e a sociedade por ações ao portador.

§ 1º. Nem estrangeiro nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, poderão ser sócios ou participar de sociedades proprietárias de empresas jornalísticas, nem exercer sobre elas qualquer tipo de controle direto ou indireto.

§ 2º. A responsabilidade e a orientação intelectual e a administrativa das empresas jornalísticas caberão, exclusivamente, a brasileiros natos, sendo rigorosamente vedada qualquer modalidade de contrato de assistência técnica com empresas ou organizações estrangeiras, que lhes faculte, sob qualquer pretexto ou maneira, ter participação direta, indireta ou sub-reptícia, por intermédio de prepostos ou empregados, na administração e na orientação da empresa jornalística.

§ 3º. A sociedade que explorar empresas jornalísticas poderá ter forma civil ou comercial, respeitadas as restrições constitucionais e legais relativas à sua propriedade e direção.

§ 4º. São empresas jornalísticas, para os fins da presente Lei, aquelas que editarem jornais, revistas ou outros periódicos. Equiparam-se às empresas jornalísticas, para fins de responsabilidade civil e penal, aquelas que explorarem serviços de radiodifusão e televisão, agenciamento de notícias e as empresas cinematográficas. (Nova redação, dada pela Lei nº 7.300, de 27/3/85 – D.O de 28/3/85). (ANJ, 1967).

Desses preceitos, por outro lado, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO¹⁹ fornece em seu portal uma seção de sítios eletrônicos e recursos de conhecimento público sobre a mídia, além de oferecer uma visão geral dos mecanismos existentes sobre responsabilidade da imprensa em vários países. Como entidade oficial no Brasil, ela mostra os parâmetros relevantes referentes à liberdade de expressão, ao acesso à informação e a padrões profissionais em jornalismo.

Sobre o profissionalismo da imprensa Pierranti e Martins (2007) condenam o envolvimento da imprensa com a ação do capital estatal. Mesmo sendo histórica a relação da mídia brasileira com o poder estatal, o que antes era feito de forma velada ou restrita nos grandes gabinetes, tornou-se público e transparente. Essa visibilidade das relações entre a mídia e o Estado pode mostrar a trajetória

¹⁹ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. É a agência das Nações Unidas que atua nas seguintes áreas de mandato: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação. Fonte: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>

construída pela imprensa, por exemplo, seu modo noticiar os assuntos de interesse público. Diante dessa abordagem, o próximo tópico tem por objetivo apresentar o cenário de dois jornais na mídia capixaba.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA MÍDIA CAPIXABA

2.2.1 A Gazeta

No cenário de transformações nacionais e regionais na política, na economia, na sociedade e no jornalismo, que, em 11 de setembro de 1928, cento e vinte anos após a chegada da imprensa no Brasil e quase noventa anos após a instalação da imprensa no Espírito Santo, é que surge A Gazeta (GUERRA, 2018).

O jornal A Gazeta surge nesse contexto, sendo fundado na década de 1920, pelo empresário Ostílio Ximenes, dono da Imobiliária Camburyed pelo advogado, professor, jornalista, político Adolpho Luis Thiers Vellozo (GUERRA, 2018). Esse autor afirma que, após a morte do jornalista e um dos seus fundadores, o jornal é adquirido por uma sociedade anônima, que teve como principais acionistas os empresários Oswaldo Guimarães e Pedro Sposito. Depois, em 1930, A Gazeta ampliou a sua oposição política em relação ao governo e apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, o que provocou algumas manifestações contra o periódico.

O jornal criado por Ximenes possuía um loteamento em Camburi e desejava vendê-lo por meio de anúncios em jornal, mas o loteamento não foi vendido, porque o jornal teve boa aceitação e continuou como uma opção de negócio. Por sua vez, o periódico assume sua posição na política e na economia capixaba em relação à forma de se fazer jornal, destacando a importância da participação da família Lindenberg, como destaca Bourguignon, Rezende e Arruda (2005, p. 52).

Primeiro veículo da maior rede de comunicação do Estado, o jornal A Gazeta pertence à família Lindenberg desde o final da década de 40, quando foi adquirido pelo grupo político do ex-governador e ex-senador capixaba Carlos Lindenberg. Ou seja, é fácil concluir que a política e a economia sempre estiveram em destaque.

Eleito governador do Estado nas eleições de 1947, Lindenberg, já em 1948 é o principal acionista de A Gazeta. Segundo Guerra (2018), o filho do então

governador, Carlos Lindenberg Filho, em seu livro de memórias, narra a importância da aquisição de A Gazeta para os interesses políticos do pai:

O grupo ligado a Carlos Lindenberg – político de direita, proprietário de terras, criador de gado e plantador de cacau – criou uma sociedade e pediu para uma terceira pessoa, Alfredo Alcure, representante do Partido Social Democrata (PSD) e amigo de Eleosipo da Cunha (UDN), comprar o jornal. Anos depois, A Gazeta foi transferida para a sociedade criada. Os membros dessa sociedade, aos poucos, foram vendendo as suas partes, as quais foram sendo adquiridas por Carlos Lindenberg, que, em 1948, já Governador, acabou sendo o maior acionista do jornal. (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005, p. 55).

Até 1958, quando Lindenberg é eleito novamente governador, A Gazeta foi marcada por sua atuação na oposição no âmbito regional. O periódico que pertence à família Lindenberg tem a linha editorial mais conservadora, e sua produção busca atender o público das classes A, B e C (BOURGUIGNON, REZENDE, ARRUDA, 2005).

Desde a década de 1990, o jornal vem passando por significativas modificações quanto a sua forma, conteúdo e distribuição, consequência dos avanços tecnológicos e da redução do número de leitores. Em 1992, A Gazeta começou a usar fotos coloridas, seguindo uma tendência do que vinha sendo utilizado por outros jornais do país e contratou uma empresa de consultoria para cuidar do planejamento estratégico do jornal. Dois anos depois, inaugurou o sistema de informatização da redação (SALLES, 2012).

Com a segunda reforma gráfica realizada, em 1999, quando a Rede Gazeta construiu um novo parque gráfico, o jornal A Gazeta passou a circular com maior número de fotografias e de recursos gráficos, mas a mudança não aconteceu somente na forma. Salles (2012) afirma ser também editorial, pois o jornal passou a adotar textos curtos e priorizou a cobertura de assuntos locais. No entanto, foi durante o período de coleta de dados, que Salles (2012) em sua pesquisa notou umas das mudanças mais significativas em 17 de julho de 2011, quando o jornal A Gazeta, que circulava desde a sua primeira edição, em 1928, no formato *standard*²⁰, passou para o formato compacto. Até então, A Gazeta seguia uma linha de valorização das editoriais de política e economia.

²⁰ É um tipo de formato padrão de jornal, maior que os demais possui em torno de 55 centímetros.

Outra mudança significativa aconteceu em 2019, como 91 anos de história, o Jornal A Gazeta que viveu a trajetória diária em papel, no dia 29 de setembro de 2019 deixa de circular de segunda a sexta e passa a ser digital com novo formato diário pelo site www.agazeta.com.br. Com o novo conteúdo digital a edição impressa de A Gazeta passou a ser publicada exclusivamente nos fins de semana com a divisão de novos cadernos, além da produção moderna de notícias nas plataformas digitais.²¹

Essa nova produção editorial de A Gazeta pode indicar um modelo estratégico de comunicação para garantir a liderança de mercado e o seu crescimento empresarial com notícias e publicidade nas plataformas digitais. Através do novo ambiente digital, o público assinante pode contar com suplementos semanais sobre diversos temas como informática, imóveis, turismo, lazer, veículos, moda e saúde, além de notícias nas redes sociais. Portanto, discursivamente, A Gazeta, segundo Salles (2012) convida o leitor a entrar em conjunção com a modernidade, mas uma modernidade engajada política e economicamente de acordo com a linha ideológica do jornal.

2.2.2 A Tribuna

Em 22 de setembro de 1938, Reis Vidal, jornalista oriundo de São Paulo, funda o jornal A Tribuna, na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. Funcionando inicialmente na Esplanada Capixaba, hoje Avenida Jerônimo Monteiro, o impresso foi criado no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial (VIANNA; TETE; NUNES, 2005).

No início da década de 1950 após o fechamento, o jornal foi comprado por um grupo ligado ao Partido Social Progressista (PSP), de Ademar de Barros. Para Vianna, Tete e Nunes (2005) nesta época, o jornal entrou numa fase de dificuldades financeiras, já que uma quantia considerável de dinheiro havia sido roubada de seu cofre por militantes de esquerda. Esses autores lembram que Ademar de Barros

21 O jornal digital para assinantes compreende nova produção de notícias dividida por sessões, dentre as quais: Capixaba, com tópicos sobre Política, Economia, Polícia, Região norte, Região serrana, Região Sul, Grande Vitória, Trânsito, Agronegócio, Obituário, Imóveis, Capixapédia, Desaparecidos, Religião. Geral: Minuto a Minuto, Brasil, Mundo, Economia Nacional, Carnaval, Motor, Conteúdo patrocinado. Esportes: Futebol e Mais esportes. Mídia: Podcasts, Stories. Opinião: Opinião de A Gazeta, Artigos, Colunas, Um tema, Duas visões, Fala leitor, Charge. Revista.AG: Moda e Beleza, Comportamento, Bem-Estar e Saúde, Decoração, Pet. Divirta-se: Gastronomia, Cinema, Cultura, Famosos, Agenda Cultural, Turismo. Concursos e Empregos. Mais: Rede Gazeta, Publicidade Legal, Edição semanal e Anuncie aqui. Fonte: www.agazeta.com.br

também estava enfraquecido politicamente por conta da ditadura que havia se instaurado no país, em 1964, portanto a alternativa para sair da crise era passar adiante o jornal, sair do cenário jornalístico capixaba no ano de 1968, e deixar o veículo nas mãos de Djalma Juarez Magalhães.

Pouco tempo se passou para que A Tribuna fosse comprada pelo grupo João Santos, que já tinha adquirido também a fábrica de cimento Nassau, antiga Barbará, da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim. Assim, disse Pedro Maia, colunista de A Tribuna que vivenciou esse período:

Nessa compra foi feito um acordo com o Governo do Estado, que determinava a isenção de impostos durante 20 anos para a empresa. Porém, com a indicação de Cristiano Dias Lopes Filho como governador biônico do Estado, esse privilégio estava com os dias contados. Com o intuito de bater de frente com o Governo, João se preocupou com seu fortalecimento político dentro do panorama estadual, comprando, assim, um veículo de comunicação. (VIANNA; TETE; NUNES, 2005, p. 55).

Diante dos fatos que se sucederam, tempos depois, João Santos Filho, que possuía aspirações políticas, tinha também a ideia de fazer uma rede de comunicação com a existência do jornal que visava expandir seus investimentos (VIANNA; TETE; NUNES, 2005). Em decorrência desse ideal, surgiram mais tarde a rádio e a TV Tribuna. Funcionando, desde sua fundação, na Avenida Jerônimo Monteiro, a empresa permaneceu por pouco tempo. Logo mudou para novo espaço, na antiga rua Joaquim Plácido da Silva, 225, no bairro Ilha de Santa Maria.

Um fato marcante para o veículo, conforme Vianna, Tete e Nunes (2005) é o dia 25 de maio de 1981, entre 2h10 e 2h30 da madrugada. A Tribuna foi vítima de um atentado. Nesse dia ocorreram duas explosões e um consequente incêndio que destruiu completamente o Departamento de circulação e o arquivo do jornal. O atentado parecendo complicado entender na época, não teve explicações ou provas concretas e as informações desconstruídas no período constam é que alguém passando pela rua teria jogado um coquetel molotov por uma janela na sede da empresa (VIANNA, TETE, NUNES, 2005). Nos relatos das pessoas que lá trabalhavam na ocasião, a provável intenção era destruir o maquinário do jornal, o que implicaria a suspensão das suas atividades. Entretanto, o alvo não foi atingido, o que possibilitou que o jornal fosse impresso e vendido, mesmo com um pouco de atraso, na manhã do atentado (VIANNA; TETE; NUNES, 2005). Outra versão para

tal acontecimento, segundo os autores é relatada pelo jornalista Marien Calixte – que trabalhou muitos anos em A Tribuna –, ele chama atenção para o fato de que muitas pessoas que trabalhavam lá, na época, tinham fortes ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e esse atentado poderia ser uma tentativa de intimidação por parte de indivíduos atrelados às forças direitistas.

Mesmo com esse episódio na época, A Tribuna experimenta significativas mudanças em seu recomeço, no dia 2 de fevereiro de 1987, quando apareceu de volta no mercado com outro formato. O antigo *standard* transformou-se no moderno tablóide²², que, no início, foi muito criticado por pessoas da imprensa, mas, com o tempo, obteve a aprovação popular. Outras modificações acompanharam essa nova forma de publicação, como a visão editorial diferenciada, voltada para a prestação de serviços, e um reduzido quadro de apenas 40 jornalistas (VIANNA; TETE; NUNES, 2005).

Dessa forma, o jornal com a linguagem voltada para o grande público teve a marca reconhecida pelo leitor, que fez ganhar forças no embate mercadológico. No sítio eletrônico do jornal,²³ Wallace Tadeu e Heráclito Duque de Freitas apostaram em um novo estilo de fazer jornal, como cita o editorial:

[...] manchetes em corpo enorme nas capas e nas páginas centrais, muitas ilustrações, farta cobertura esportiva, linguagem forte, publicações de muita informação de utilidade pública, um autêntico jornal popular. (A TRIBUNA, 2019).

O jornalismo popular busca de certa forma aproximar o leitor através da prestação de serviços e do entretenimento. Para Amaral (2006, p. 37) o “Jornalismo popular é jornalismo com os mesmos fundamentos dos jornais de referência, apenas com uma mudança de linguagem, mais simples e didática.” Daí talvez, afirma Salles (2012) que esse termo venha impregnado em parte dos jornais populares brasileiros anteriores à década de 1990 com uma linguagem mais próxima do coloquial para envolver o leitor emocionalmente com as histórias. Posto isto, o periódico A Tribuna aposta nas informações com a linguagem mais coloquial presente na dinâmica interativa com o público, completando a liderança em vendas do jornal impresso

²² O jornal tablóide tem uma versão mais compacta, com dimensões menores ao jornal tradicional *standard*.

²³ <https://tribunaonline.com.br/p/rede-tribuna-institucional>

iniciada período depois da década de 1990. Guerra (2018) afirma que esse período foi um dos motivos para A Gazeta passar por profundas e sucessivas transformações.

2.3 PROBLEMATIZAÇÕES ABORDADAS PELOS CONTEÚDOS DAS REPORTAGENS

Como já apresentado no subtítulo 2.2 sobre a trajetória dos jornais às décadas de seu desenvolvimento, este tópico tem o propósito de criar um elo deste, com as reportagens, invariavelmente, representados no título por elementos homogêneos, pertinentes e objetivos, ou seja, pode ser facultado ao pesquisador construir as categorias que a sua pesquisa lhe incitar (BARDIN, 2011).

Sobre a busca de dados para o estudo de jornais, cabe ao pesquisador organizar a informação de periódicos a partir da utilização de palavras-chave nos bancos informacionais dos veículos de mídia. Embora seja difícil mensurar a quantidade de reportagens indexadas nos jornais, os termos utilizados no processo de busca são importantes ferramentas para a seleção, via internet, de materiais informativos diversos

Desse modo, para selecionar as reportagens apresentadas nesta pesquisa, a palavra-chave “chuvas” foi essencial uma vez que ela abrange, de forma geral, vários tipos de desastres. Além dela, os termos: enchente, inundação, alagamento e Vila Velha. Dos catálogos consultados nos arquivos de A Gazeta, A Tribuna e do IJSN, onde foram acessadas as versões digitalizadas dos dois jornais, a pesquisa conseguiu recuperar o conjunto de 412 reportagens²⁴ nos bancos informacionais, sendo 241 produzidas por A Gazeta e 171 por A Tribuna, referentes aos anos de 2009 a 2018. Para a identificação dos meses de maior incidência de chuvas foi preciso filtrar e selecionar esse conjunto de reportagens obtido inicialmente. Para isso foi preciso acessar os dados meteorológicos do Inmet²⁵. No entanto, estes dados indicaram somente a precipitação pluviométrica para Vitória (ver anexo D)

²⁴ Para o Manual de Redação Folha de São Paulo (2001) as reportagens têm o objetivo transmitir ao leitor informações novas e objetivas que possam ser constatadas por terceiros sobre ideias e produtos relevantes. Para tanto, se valem de fatos de uma realidade, em conjunto com o trabalho de investigação jornalística.

²⁵ <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=estacoes/estacoesConvencionais>

sendo inexistentes os registros para Vila Velha (anexo E). Foi então preciso buscar com os meteorologistas do Incaper/ES os dados referentes à estação local. Sendo assim, foram apresentados por estes pesquisadores, em planilha do Excel (ver Anexos A e B), os meses de maior índice pluviométrico, tais como: outubro 2009 (349,6 mm), março 2010 (267,4 mm), novembro 2012 (320,6 mm), dezembro 2013 (588,5 mm) e novembro 2018 (260,8 mm). Sendo que a média registrada para Vila Velha, corresponde aos anos de maior precipitação de chuvas em milímetros (1.181 mm) (Anexo C).

A informação do Incaper teve bastante relevância para esta pesquisa por conta da série histórica pluviométrica anual, dando destaque para os anos 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2018, e aos meses março, outubro, novembro e dezembro. Assim, com os dados dos meteorologistas, chegamos à seleção de 100 reportagens estudadas sendo 51 de A Gazeta e 49 de A Tribuna, considerando as palavras-chave acima referidas no título e no corpo do texto. Sobre a tabulação das categorias pesquisadas, a digitação foi realizada no programa Excel (Anexo L) e depois mensurada em quadros do programa Word (ver quadros do Capítulo 3).

Concomitantemente à categorização definida no conjunto de reportagens, a operação neste subtítulo 2.3, compreende três escolhas definida por Bardin (2011): o recorte de unidades, a escolha das regras de contagem e a classificação ou agregação. Nesse sentido, a enumeração das matérias, que aqui também podem ser chamados de indicadores no conjunto do *corpus*, que é um critério para saber a quantidade de termos nos títulos dos jornais, indicados pela presença (ou ausência) das palavras-chave, por exemplo, chuva, alagamentos, enchentes, inundações e Vila Velha.

A respeito do título nas capas Medeiros, Ramalho e Massarani (2010) afirmam que existem elementos intertextuais que conjugam com a manchete escrita, fotos, legendas, ilustrações, infográficos e anúncios publicitários. Nesse sentido, a primeira página de um jornal pode informar sobre seus objetivos e sobre a maneira como cada diário se posiciona política, cultural e socialmente, sendo assim a capa:

Tem como objetivo estimular os leitores a abrir e ler o jornal. Nos jornais de elite ou prestígio, a área que fica logo abaixo do nome do veículo de comunicação é reservada à manchete, o título que remete à notícia mais importante do dia, segundo o jornal. Outros títulos se distribuem pela capa

e, juntamente com chapéus e vinhetas, são usados como elementos de atração e, muitas vezes, de breve contextualização de fatos, feitos, informações. O tamanho das fontes, o número de linhas e colunas ocupadas e o tamanho dos textos das chamadas variam de acordo com a importância relativa atribuída a cada matéria jornalística, com o jornal e o contexto sociocultural em que se insere. (MEDEIROS, RAMALHO E MASSARANI, 2010, p. 440).

Para atingir a primeira página, necessariamente, o assunto passa por etapas de seleção até chegar ao elemento de atração, que é o título. De acordo com Charaudeau (2013, p. 236) os títulos oferecem uma visão ampla no processo de produção:

Os títulos (que podem ser considerados um gênero, na medida em que são objeto de regularidades textuais sob o controle de um empenho de enunciação) encontram-se inteiramente na zona do 'acontecimento relatado' mesmo que um ou outro apresentem, de maneira mais ou menos explícita, elementos de comentário. Estão situados no alto do eixo da instância interna, pois esta (jornalistas, conferência de redação, secretariado de redação) intervém de maneira marcante na formulação dos títulos e em sua disposição, mas tendo um grau médio de engajamento.

As normas de redação jornalística indicam que um bom título é aquele que chama a atenção para o texto e resume a matéria, portanto quando se trata de uma notícia. De acordo com o "Dicionário de comunicação" de Rabaça e Barbosa (1978), o "título" sendo palavra ou frase, é composto em corpo maior do que o utilizado no texto, e situado com destaque no alto de uma notícia, artigo, seção, quadro etc.

Deste modo, cada jornal tem a maneira apropriada de divulgar a notícia, o que se faz diferentemente de acordo como se posicionam frente a matéria. Para Charaudeau (2013, p. 234) na imprensa escrita, a notícia tem determinações, assim sendo:

A notícia é apresentada segundo critérios determinados de construção do espaço redacional e icônico, que seria correspondente ao grau de importância que se atribui a ela: a localização (na primeira página ou numa página interna, no alto ou no fim da página, com pré-título, título ou subtítulo); a tipografia (dimensão e corpo dos caracteres de impressão no conjunto dos títulos); a quantidade de superfície redacional (ou icônica) comparada à de outras notícias, em porcentagem.

A representação desses critérios, portanto, constituem formas textuais do jornal de modo que o mesmo possa proporcionar ao seu leitor o contato visual das manchetes no espaço informativo da mídia impressa. Assim, o assunto tratado diz muito sobre o

jornal como um todo, refletindo escolhas feitas pelos editores acerca das informações que consideram mais importantes no dia.

Neste contexto, vinculam-se nesta parte as questões e problemas mais relevantes para ambos os jornais dentro do período interessante a esta pesquisa, ou seja, os termos mais noticiados por eles, com o objetivo de interpretar e estabelecer parâmetros para uma análise do conteúdo mais detalhada, o que será feito no Capítulo 3.

Nas categorias selecionadas em seguida, já durante a análise, foram observadas as palavras-chave e para essa inferência trabalhou-se com arquivos em formato PDF das edições diárias completas dos dois jornais. Os arquivos nos quais foram buscadas as páginas onde fossem localizados (isolados e/ou reunidos; singular e/ou plural) as palavras “chuva”, “enchente”, “inundação”, “alagamento” e “Vila Velha”. Toda matéria serviu para contextualização dos problemas e soluções. A escolha desses termos se deu em decorrência da observação realizada tanto na pré-análise, quanto na aplicação da metodologia da análise de conteúdo, a ser desenvolvido nos tópicos posteriores.

Assim, o Quadro 1 tem o propósito contribuir para a interpretação da identidade de cada jornal como veículo de comunicação no Espírito Santo através do modo pelo qual eles cobrem o desastre como fato jornalístico, atentando para os padrões de formulação dos títulos. Isto é, acredita-se que os títulos podem ser elementos importantes para se compreender as trajetórias de cada meio na construção das narrativas sobre os desastres.

A pesquisa dos dois jornais exigiu um processo de reflexão nos próprios espaços onde se produz a informação, das reportagens disponíveis e como elas garantem o acesso de modo mais amplo a conteúdos que podem estar traçando a história ambiental local dos desastres. Acredita-se que este tipo de estudo possa contribuir para encontrar as dinâmicas dessas relações e, assim, as formas de lidar com os desafios sociais, bem como o entendimento da grande mídia na formação história ambiental e das práticas sociais de ocupação e uso do solo, as quais são permeadas por contradições, problemas e conflitos entre os diferentes atores sociais. Desse modo, o corpus foi formado, como mostra o próximo quadro, com 100 títulos de reportagens, sendo 51 títulos, de A Gazeta, e 49 de A Tribuna.

Quadro 1 – Conjunto de reportagens encontradas por jornal

Outubro 2009	
A Gazeta	A Tribuna
Tempo chuvoso continua hoje (29/10 p. 4)²⁶ Em dois dias, 7,5 mil prejudicados pela chuva no Estado (30/10 p. 3) Chuva faz mais de 2 mil pessoas deixar suas casas (31/10 p. 3) Nível dos rios sobe e cidades do interior ficam embaixo d' água (31/10 p. 4)	Bairros sem obras inundados (30/10, p. 2) Escolas fechadas e vestibular suspenso (30/10 p.3) Destruição e pânico no Estado (31/10 p. 2) Situação das cidades capixabas (31/10 p.3) Emergência em Vila Velha (31/10 p. 8)
Março 2010	
A Gazeta	A Tribuna
Bueiros entupidos + maré alta + chuva= cidade debaixo d' água (3/03 p.3) Chuvas e vento forte devem durar até amanhã no Estado (4/03 p.12) Em um dia, choveu mais do que o esperado para março. E vem mais. (6/3 p.4)	Chuva forte como em São Paulo (03/03 p. 2) Obras em mais de 100 bairros (03/03 p. 4). Prefeitos anunciam obras (31/03 p. 28)
Março 2011	
A Gazeta	A Tribuna
R\$ 35 milhões em obras, e alagamentos continuam (3/3 p.7) Canal Bigossi: segunda fase começa em quatro meses (25/03 p. 5) É só chover que os buracos nas ruas voltam a aparecer (27/03 p. 2)	Chuva derruba casas e interdita a BR 262 (14/03 p. 2) Ameaça em mais de 60 bairros (15/03 p.11)

²⁶ Entre parênteses, estão a data do título da reportagem (dia/mês) e a página em que aparecem.

(continua)

Novembro 2012	
A Gazeta	A Tribuna
Contra enchentes. Obras só ficam prontas após período de chuvas (06/11 p. 3) Alagamentos. Sem obras, verão será de chuvas (08/11 p.3) Mau tempo continua até o fim de semana, dizem meteorologistas (8/11 p. 4) De ônibus, carro, moto, a pé... Foi difícil chegar a algum lugar (8/11 p. 5)	Como combater alagamentos (8/11 p. 11) Sem prazo para solução definitiva (08/11 p.13)
Dezembro 2013	
A Gazeta	A Tribuna
Força tarefa na chuva. Exército e bombeiros vão resgatar vítimas (20/12/2013) População forma rede de solidariedade (20/12 p.8) "A prioridade é salvar vidas", diz governador (20/12 p. 9) Terceira ponte fecha por mais 4 horas (20/12 p. 11) Igreja vai fazer protesto contra alagamentos (20/12 p. 12) Rastro de destruição. Cidades estão isoladas, (21/12 p. 3) Prefeito de Vila Velha em Nova York (21/12 p. 11) Moradores continuam deixando suas casas (21/12, p.12) Convento cancela missas (21/12 p.13) Primeiro dia do verão com dobro de chuva (21/12 p. 15) Rodney volta às pressas de Nova York (22/12 p. 11) Bombeiros recebem doação em dinheiro (24/12 p. 5) 15 mil estão fora de casa em Vila Velha (24/12 p.9) Corrente do Bem: 470 toneladas de alimentos (24/12 p.10) Estado recebe remédios (24/12 p. 11) Chuva de meio ano em Vitória (24/12 p. 14) Dilma fica 3 horas e não libera dinheiro (25/12 p. 6) "Nenhum presidente veio aqui no Natal" 25/12 p. 7 Ceia para desabrigados (24/12 p. 11) Governo promete liberar o FGTS (25/12 p. 13) Água não baixa em bairros de Vila	Soluções para áreas que alagam (13/12 p. 14) Greve e mais chuva hoje (19/12 p. 2) Casas desabam na Grande Vitória (19/12 p. 4) Governador diz que é hora de ajudar famílias (19/12 p. 6) Mais de 4 mil estão fora de casa (19/12 p. 9) Maré alta deixa Estado em alerta (19/12 p. 10) Motoristas parados mais de 4 horas na 3ª Ponte (20/12 p. 5) Bairros com risco de deslizamento (20/12 p. 6) Exército resgata 10 famílias (20/12 p. 8) Governo cria 6 pontos de doação (20/12 p.8) Natal será dentro de abrigos (21/12 p. 5) Convento fecha pela primeira vez (21/12 p. 6) Governo Federal oferece ajuda (21/12 p. 8) Prejuízo milionário no comércio (21/12 p. 9) Rodney viaja para Nova Iorque (21/12 p. 48) Emergência em todo o Estado (22/12 p. 6) Ajuda do exército em Vila Velha (23/12 p. 6) Previsão é que chuva perca a força hoje (23/12 p.8) 4.669 vão passar o Natal em abrigo (24/12 p. 2) Empréstimo e liberação do FGTS (24/12 p. 4) Ninguém escapa dos buracos (24/12 p. 1) Tempo melhora só em 2014 (24/12 p. 12) Exército vai construir ponte (25/12 p. 2) Só guincho para sair dos bairros (25/12 p.6)

O anterior aponta as reportagens por jornal, no total 100 matérias para este estudo, considerando que foram encontradas no título e no corpo do texto as palavras-chave. Nesse contexto, pode-se dizer que, com o apoio das bases de dados de pesquisa (IJSN, A Gazeta e A Tribuna) foi permitido ter uma amostra da quantidade de matérias para dar procedimento à análise de conteúdo. Já no Quadro 2, por exemplo, é possível notar a lista quantitativa de reportagens publicadas ao longo dos anos 2009 a 2018.

Quadro 2 – Quantidade de reportagens encontradas por jornal

Ano	A Gazeta	A Tribuna	Total
2009	4	5	9
2010	3	3	6
2011	3	2	5
2012	4	2	6
2013	33	32	65
2018	4	5	9
Total	51	49	100

Fonte: Elaborado pela autora

Após a classificação e leitura do *corpus* foi possível identificar que o número de notícias do jornal A Gazeta foi relativamente superior nos anos 2012 e 2013. Enquanto, no Jornal A Tribuna, a publicação superou nos anos 2009 e 2018. Apesar da pequena diferença quantitativa nos dois periódicos, nota-se semelhança no número de matérias em 2010. Apesar da quantidade obtida, a presença de eventos mais noticiados, em cada título, também pode ser conferida no seguinte Quadro 3, que segue abaixo.

Quadro 3 – Palavras-chave apresentadas no título das reportagens estudadas

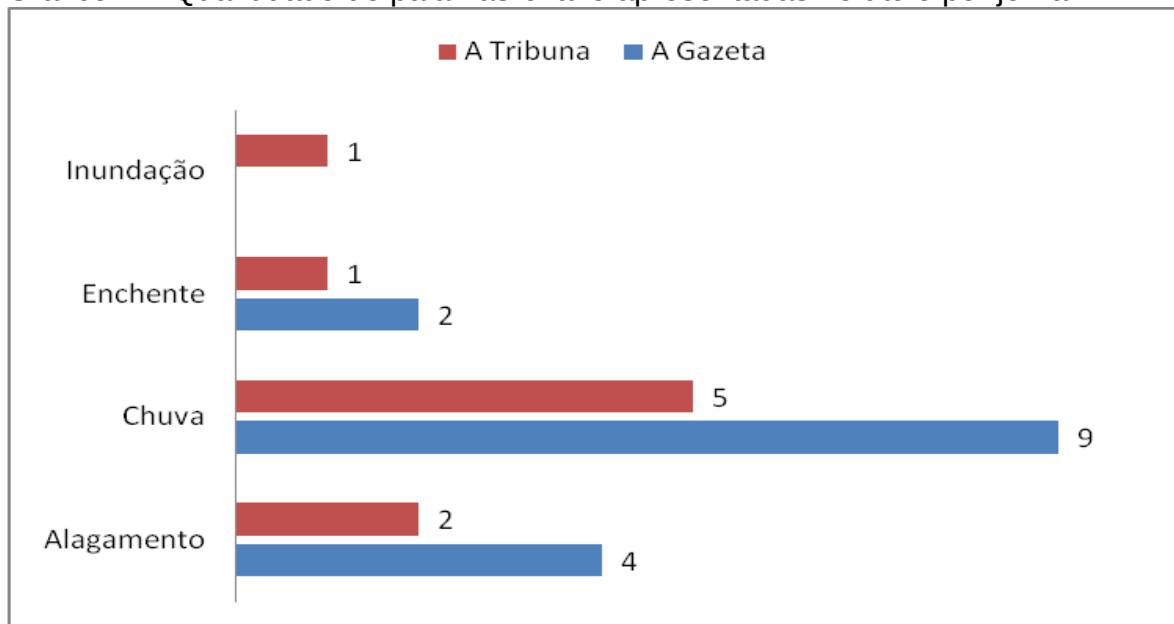
Palavras	Out. 2009	Marc. 2010	Marc. 2011	Nov. 2012	Dez. 2013	Nov. 2018	Quant.
Alagamento	----	----	1	2	3	----	6
Chuva	2	3	1	-----	6	2	14
Enchente	-----	-----	-----	1	2	-----	3
Inundação	-----	-----	-----	-----	1	-----	1

Fonte: Elaborado pela autora

Desde os primeiros passos desta pesquisa, ainda durante a seleção das notícias, foram observados os termos relevantes, os seja, palavras que foram escritas na busca para se chegar ao número de reportagens no geral. Nesse contexto, pode-se dizer que as palavras “chuvas” e/ou “chuva” apareceram 14 vezes, seguida de

alagamentos, que foram 6 no total. O gráfico a seguir ilustra a quantidade dos eventos mais noticiados por jornal.

Gráfico 1 – Quantidade de palavras-chave apresentadas no título por jornal

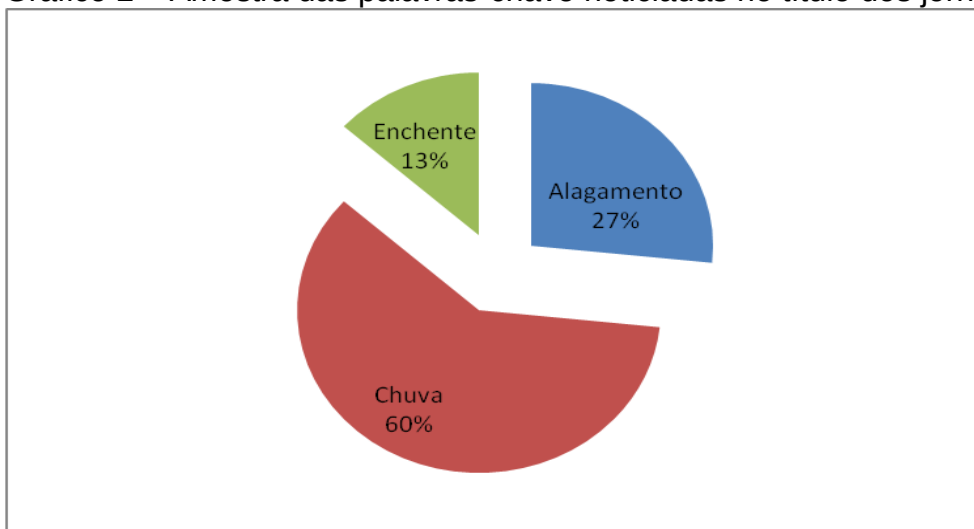


Fonte: Elaborado pela autora

A palavra escolhida por cada jornal no título pode indicar a representação da informação que está por detrás da mensagem. Dessa forma “chuva”, por exemplo, apareceu com maior evidência seguida de “alagamento”, “enchente” e “inundação”.

Com relação a quantidade de termos, fica evidente que a palavra mais vezes representada, esteve presente no título das chamadas de capas e também nos títulos das matérias vinculadas às páginas, representando um total de 60% da amostra entre 2009 e 2018, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – Amostra das palavras-chave noticiadas no título dos jornais estudados.



Fonte: Elaborado pela autora

Cruzando a amostra dos jornais estudados, o tópico a seguir observa a análise de acordo com os problemas apresentados no conteúdo dos jornais, a partir das particularidades desses tipos de desastres no município de Vila Velha que, na metodologia da análise de conteúdo são empregadas tanto para selecionar as notícias referenciadas, quanto para compreender alguns aspectos desta contextualização.

2.3.1 Problematisações de acordo com o conteúdo de A Gazeta

Este tópico busca mostrar a problematização nos jornais pesquisados com as notícias sobre os problemas ambientais recorrentes no município. Considerando que as palavras evidentes nos títulos podem indicar o leitor do jornal - ao ler a ocorrência do desastre - uma compreensão da situação do tipo de evento recorrente no município de Vila Velha. Porém, essa compreensão a dispor, por exemplo, envolve diversos atores que a mídia propõe divulgar.

Representando parte da amostra, o termo alagamento, por exemplo, é destaque em A Gazeta sobre os problemas de drenagem urbana “Alagamentos sem obras o verão será das chuvas” (A GAZETA, 2012) (ver próxima reportagem). A matéria detalha que nos últimos 10 anos foram gastos 35 milhões para acabar com os problemas. Cerca de R\$ 12 milhões foram aplicados na administração anterior, do ex-prefeito Max Filho [PDT/ 2001-2008] e R\$ 23 milhões pelo prefeito Neucimar Fraga [PR/ 2009-2012]. No entanto, na gestão de Neucimar, o ator estatal

apresentou o Plano Diretor de Drenagem Urbana, um estudo das bacias hidrográficas existentes em Vila Velha, o objetivo era pôr fim aos alagamentos com o novo plano de drenagem e a implantação de ações de intervenção em canais e revitalização de avenidas (A GAZETA, 2012).

Cidades.

Faculdades oferecem descontos

Instituições particulares de ensino superior estão com inscrições abertas. Algumas aceitam as notas do Enem no processo seletivo. Página 12

GRATIS
CASA, SÓCIO
CONDOMÍNIO com de
até 100 m²
até 100 m²

MAU TEMPO NO ESTADO

ALAGAMENTOS SEM OBRAS, VERÃO SERÁ DAS CHUVAS

1303102-1

Info: Avenida dos Estados Unidos

Cenas de ontem prometem se repetir, pois projetos atrasaram




A Avenida Marquês antes e antes da chave: intervenção, que servirá para mitigar os alagamentos, só ficará pronta em cinco meses, e não mais em dez meses

ESTADO NÃO RECEBEU ALERTA DE TEMPORAL

Com mais um temporal, a Grande Vitória voltou a viver alguns velhos problemas, bastante conhecidos pela população: caos no trânsito, alagamentos e deslizamentos marcam todo o dia de ontem. E nada parece que vai mudar tão cedo.

Com o período sendo prometido ser mais chuvoso do que o normal, somado a uma série de obras de drenagem, a situação se agravou, com a cidade, assim, se tornando preocupante para quem vive na Região Metropolitana.

O dia de ontem foi apenas mais uma prova do que vem pela frente. Em um intervalo menor que 20 horas, choveu cerca de 180 milímetros. O Instituto de Meteorologia do Estado recebeu nenhuma alerta de chuva forte no Espírito Santo. Segundo o coordenador da Defesa Civil Estadual, coronel Edmar Ribeiro, o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) só comunicou o órgão a respeito da grande quantidade de chuva na manhã de ontem.

De acordo com o coronel, o CPTEC não apresentou recursos suficientes para conseguir prever o tipo de evento climático. "Se o Estado tivesse um centro de monitoramento eles conseguiriam uma previsão mais precisa e exata", explicou.

A Defesa Civil Estadual não recebeu nenhuma alerta de chuva forte no Espírito Santo. Segundo o coordenador da Defesa Civil Estadual, coronel Edmar Ribeiro, o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) só comunicou o órgão a respeito da grande quantidade de chuva na manhã de ontem.

De acordo com o coronel, o CPTEC não apresentou recursos suficientes para conseguir prever o tipo de evento climático. "Se o Estado tivesse um centro de monitoramento eles conseguiriam uma previsão mais precisa e exata", explicou.

VERÃO CHUVOSO

Segundo a meteorologia do Climatempo José da Paqueta, a expectativa é de que no verão as chuvas superem as médias. "Devido a ocorrer a formação de grandes áreas de instabilidade", afirma.

Como A GAZETA noticiou na terça-feira, as intervenções que poderiam mitigar os danos das enchentes não ficaram prontas até o fim deste ano. Além disso, uma boa parcela para sair do papel.

Em Maricá, na Capital, a implantação das galerias de águas pluviais só deve ser concluída em cinco meses — e não mais em dez meses, como havia sido prometido. Já a manutenção das bacias de retenção e do rio São-Sil, que deve reduzir

alagamentos em Jardim Camburi, só é prevista em dezembro. O mesmo vale para o trecho que vai da Avenida Leão da Silva ao Rio de Maricá.

Observando os pontos, o Rio de Maricá, também em Vitória, está em fase de captação de recursos. O mesmo acontece com o rio de drenagem de Camela da Costa, em Vila Velha, atualmente paralisado.

CHUVA DE ONTEM

Sobre a chuva de ontem, a Prefeitura de Vitória não respondeu se o sistema de drenagem funciona como deveria. Segundo o município, os alagamentos ocorreram por vários fatores: chuva acima do previsto, maré alta e áreas em importância obituária, não permitindo os alagamentos.

Na mensagem do título “Alagamento não acaba em bairros de Vila Velha”, o jornal busca detalhar os problemas dos alagamentos que não tem prazo para ser solucionado, como admitiu o prefeito Rodney Miranda.

4 CIDADES

A GAZETA, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2013

REPORTAGEM ESPECIAL

ALAGAMENTO NÃO ACABA EM BAIRROS DE VILA VELHA

Prefeito admite que não há prazo para solucionar o problema

▲ Livres da chuva há quatro dias, moradores de Vila Velha ainda sofrem com alagamentos que não têm previsão de acabar, segundo admitiu ontem o prefeito da cidade, Rodney Miranda. No último sábado, a prefeitura havia informado que até hoje as águas já teriam baixado.

“Não posso dar uma previsão agora, porque é muita água”, declarou o prefeito, reconhecendo a situação sofrida de quem vive nos bairros alagados. “O clima ainda é de calamidade”, admitiu ele.

Para diminuir o volume das águas, as três comportas do dique do Canal de

Guaranhuns foram abertas para escoar água para o Rio Jucu. A estimativa é de que tenham baixado 20 centímetros até ontem. A meta é acelerar a saída das águas que alagam pelo menos 10 bairros de Vila Velha.

Entre os bairros mais afetados estão Guaranhuns, Vila Guaranhuns,

Jardim Guaranhuns, Praia das Gaivotas, Jockey de Itaparica, Ilha dos Bentos, Nova Itaparica, Santa Mônica Popular, Darcy Santos e Portal das Garças.

Uma draga foi colocada ontem no Rio Jucu. “Esperamos que quando a maré subir não seja necessário fechar as comportas do dique

do Canal de Guaranhuns”, explicou o prefeito.

COMPORTAS

Enquanto a água não baixa de vez, dois caminhões e duas caminhonetes de fumacê percorrem as vias onde é possível circular carros. Segundo a prefeitura, o lixo já está sendo recolhido.

Rodney Miranda diz que uma equipe está se reunindo para elaborar o retorno seguro das pessoas às casas danificadas pelas águas da chuva.

Moradores relatavam ontem que parte da água havia descido, mas não em volume suficiente para cessar suas dificuldades.



Com o pé na água, eles querem salvar suas casas. Maria Antônia Gomes, o lavador de carro Israel Gomes Cardoso e Luiz Marção sofrem com a água em Araçás e Jardim Guaranhuns.

“Temos que fazer esse caminho a pé. Não tem jeito. Vamos esperar a água baixar para tentar salvar alguma coisa”

MARIA ANTÔNIA GOMES
44 anos, doméstica



Preso em casa, ele espera o alagamento acabar. O freiteiro Rogério Vendramine, 45 anos, diz que fez duas jangadas quando a água estava mais alta no bairro Araçás.

“No começo até entrava na água, mas agora não entro. Tenho medo de doença. Não há saída, temos que esperar”

ROGÉRIO VENDRAMINE
45 anos, freiteiro

FOTOS: BERNARDO COUTINHO

Moradores “ilhados” prometem fazer novo protesto hoje

▲ Moradores dos bairros que ainda estão alagados em Vila Velha voltaram a interditar com pneus e madeira a Rodovia do Sol, no sentido Guaranhuns, na manhã de ontem. E prometem fazer uma nova manifestação na tarde de hoje, sem local determinado.

Aproximadamente 30 pessoas queriam a presença de um representante da prefeitura, exigindo solução para o alagamento,

que não acabou com a abertura das comportas do Canal Guaranhuns.

A manifestação começou por volta de 9h30 e terminou quase às 13 horas. Foi a segunda interdição da pista no final de semana.

ILHADOS

Morador do bairro Praia das Gaivotas, Anselmo Assis diz que todos querem medidas efetivas

para que a água seja escoada dos bairros afetados. “Queremos que as autoridades façam alguma coisa, porque os bairros estão ilhados”, desabafou.

A representante do Fórum Popular em Defesa de Vila Velha, Irene Bossoli, criticou a falta de ações. “O município não se preparou. As chuvas foram inesperadas, mas o mínimo para evitar essa situação não está sendo feito”, afirmou.

Ambientalista defende abertura de avenida para escoamento

▲ Conhecido militante da causa ambiental no Estado, o ambientalista Eduardo Pignaton propõe uma solução alternativa para escoar o alagamento dos bairros que compõem a Bacia de Guaranhuns, em Vila Velha.

Segundo ele, a Avenida João Mendes funciona como um dique, que “não deixa água da bacia de Guaranhuns escoar para o canal de Itaparica, que



Pignaton acha equivocada opção da prefeitura

está vazio”.

“Precisam ‘rasgar’ a rua para que a água possa descer de um lado para o outro, já que o lado de Guaranhuns está num nível mais alto”, explica.

O ambientalista completa: “A prefeitura está usando um monte de bombas para escoar a água, mas deixa de lado a solução que seria mais simples. Estão perdidos e não sabem o que fazer”, critica.

MORADORES PROTESTAM PELO FIM DAS ENCHENTES

A manifestação começou após prefeito dizer que abriria canal

▲ Moradores da região de Guaratuba, em Vila Velha, fecharam a Rodovia do Sol, próximo ao viaduto da Avenida Condey Santos, para protestar contra os alagamentos provocados pelas últimas chuvas de dezembro. A manifestação começou às 16 horas, logo após o prefeito de Vila Velha, Rodney Miranda (DEM), dizer que abriria um canal na rodovia para escoar a água. Porém, fechados os dois sentidos da rodovia.

O ambiente era de revolta. Os moradores queriam uma solução para o problema da enchente. De acordo com o morador de Vila Guaratuba Antônio Marcos, eles queriam ver alguma novidade, mesmo que fosse cortar o asfalto da rodovia. "Precisamos ver abrir. Nem que cave e coloque uma ponte do exterior", disse.

O líder comunitário



Moradores querem que seja feito o escoamento da água para solucionar o problema dos alagamentos

do bairro Araçá, Jorge Jolly de Souza, disse que o protesto é por cobrança de ações do prefeito. "Nós estamos cobrando uma resposta do prefeito, ele vai viajar e deixa

tudo mundo assim. Não tem condições. É reclamar: 'Toda a vez que chove, o prefeito promete colocar uma bomba para o mar e nunca coloca'".

Por volta das 18h30, os

manifestantes abriram uma pista de cada sentido para a chegada de uma escavadeira, o que aumentou os riscos.

Porém, depois de uma hora que a escavadeira en-

va parada, no sentido Barra do Juru, a revolta se instalou novamente: aos gritos, alguns queriam pular a escavadeira. Já outros queriam colocar fogo, caso o tran-

sito continuasse.

Naquela noite o protesto é, consequentemente, o último não era liberado, vários unidades do município coletivo que queriam chegar aos bairros da região da Barra do Juru e outros dos bairros e foram caminhando.

Às 19 horas, o morador da Barra do Juru, o dono da Rodovia para que a escavadeira pudesse atravessar a pista para ajudar na escavação do canal. O protesto terminou por volta das 22 horas.

MAIS PROTESTOS

Lideres comunitários das bairros organizados pelas chuvas em Vila Velha prometem continuar o protesto hoje, caso não haja uma solução.

Os líderes da região se reuniram para ver as condições da obra. Se não houver a resolução do problema, as manifestações podem começar logo pela manhã.



É nojento

"O cheiro está ruim para dentro de casa, é nojento! Não mudou de nada no nível abandonado de casa. Porco não tem cheiro", diz Cleo Santos, moradora de Rio das Pedras.



Fizemos jangada

"A jangada está jogada para evitar um caso. Já tem uma cachoeira muito que está no nível e nível para o caso de mau tempo de tanta água", conta Rogério Vendramini, morador de Araçá.



Água suja

"A água está suja e no cheiro. Tem caracais, cobra para tudo aquilo e bato. Estamos levando pelo nosso saúde", alerta Cleo Santos, moradora do bairro Jockey de Ilgópolis.

Vila Velha precisa de bombeamento forte

Um dos pontos-chave para evitar as enchentes em Vila Velha é a adoção de um sistema de elevatória com bombas de alta capacidade no dique do Rio Juru, segundo explicou o professor,

engenheiro e pesquisador do Instituto de Recursos Hídricos, Antônio Sérgio Rêgo, à FAPESP, em 2010.

"Tem se pensado fazer o bombeamento, mas é de baixa capacidade para a

quantidade de água, que é muito grande. Um ponto-chave seria adotar um sistema de elevatória, mas com bombas de alta capacidade, que permitam escoar mais rapidamente a água."

O dique foi construído para proteger a parte mais baixa da cidade de alagamentos. Mas, após uma enchente superintensiva, as partes da cidade em um grande lago, em 1960.

"Seque o dique em uma temporada. Quando o rio está como nível baixo, a parte para passar a água, é o mesmo caso que a água da chuva de Vila Velha se despara para o rio. Mas quando chove em Vila Velha e sobe no Rio Juru, a água é muito forte e a correnteza é muito forte."

para evitar que o Rio Juru inunde Vila Velha." As soluções para o problema com enchentes são apenas emergenciais, devido às condições. A legislação municipal é importante, para colocar um "fundo" nas construções em áreas com risco de alagamentos.

O protesto realizado no bairro Pontal das Garças e no bairro Darly Santos teve o intuito de chamar a atenção do prefeito Rodney Miranda. A população cobrou soluções imediatas da prefeitura, além de exigir uma bomba hidráulica no bairro. Em atendimento à comunidade, a prefeitura conseguiu uma bomba de mil metros cúbicos por hora para escoar a água como medida emergencial (A GAZETA, 2013).

A publicação de A Gazeta mostra o avanço das chuvas no Espírito Santo dando às palavras “chuva”, “sofrimento” e “mortes” para chamar a atenção do leitor. Na reportagem, o Espírito Santo aparece com quase todos os municípios em situação de risco. No caso dos deslizamentos e alagamentos, a intensidade desses eventos foi maior, especificamente, em Viana e Vila Velha, onde ruas foram interditadas.



VILA VELHA

Igreja é alagada, e pastor cobra solução *Pág. 12*

PRÓXIMOS DIAS

E vem mais água: previsão é de chuva até terça-feira *Pág. 10*



AGAZETA

www.gazetaonline.com.br

VITÓRIA, SEXTA-FEIRA, 20 DE DEZEMBRO DE 2013 - EDIÇÃO ENCERRADA: 23H **R\$ 2,00**

EXÉRCITO INICIA FORÇA-TAREFA

MAIS CHUVA.

MAIS SOFRIMENTO.

E TRÊS MORTES



Quarenta municípios foram atingidos. Situação mais crítica é de Barra de São Francisco, onde 10 mil pessoas estão fora de casa. Temporal já provocou três mortes no Estado *Págs. 3 a 14*

Colatina amanheceu, ontem, com o Rio Doce quase três metros acima do nível de inundação. Enchente foi provocada por chuvas intensas em cidades de Minas

MOTORISTAS FICAM PARADOS MAIS DE 4 HORAS NA TERCEIRA PONTE *Pág. 11*



18 mil

18 mil pessoas estão desabrigadas ou desalojadas no Estado. Uma rede de solidariedade foi montada. Veja onde fazer doações para as vítimas

ESTACIONAMENTO ALAGA, E SHOPPING É ESVAZIADO NA PRAIA DA COSTA *Pág. 11*



COLUNAS DO DIA

PRAÇA OITO

O desafio de apaziguar o Judiciário capixaba *Pág. 26*



MERVAL PEREIRA

Campanha sem lei no país *Pág. 28*



CALAZANS

O futebol dividido *Pág. 46*



ISSN 1677-4248

2771977424082

Fonte: A Gazeta (2013)



12 CIDADES

A GAZETA DO PIAUÍ, 11 DE ABRIL DE 2013

REPORTAGEM ESPECIAL

IGREJA VAI FAZER PROTESTO CONTRA ALAGAMENTOS

Presbiterianos vão fazer cantata na porta da prefeitura

Quando de novo os frentes alagamentos dos rios de Vila Velha, um pastor presbiteriano decidiu fazer uma cantata na porta da prefeitura segunda-feira, em frente à prefeitura de Anápolis.

A cantata "Cantata de Anápolis e Caramuru" não tem nada a ver com o rio, mas com o município de Anápolis. O rio Caramuru é o rio que corre dentro do rio e não entra a água", diz, indicando, o pastor Vilmar Henrique, 46 anos.

Claro, a igreja está sem água, o rio Caramuru está completamente alagado. A água está atingindo o nível do rio, o que significa que a igreja está sendo inundada.

Com a impossibilidade de entrar no templo, os membros da igreja, que já há muito tempo não conseguem entrar no templo, agora vão cantar a cantata "Cantata de Anápolis e Caramuru" na porta da prefeitura.



Água da chuva se alastra e alagou igreja no bairro Araçá, impedindo a realização de culto no local.

recebendo destruição da igreja.

EXERCIÇO

O município de Vila Velha tem 11 igrejas. O pastor Vilmar Henrique, 46 anos, diz que a igreja está sendo inundada. A água está atingindo o nível do rio, o que significa que a igreja está sendo inundada.

voltar para o rio.

Iluminação de Anápolis e dos alagamentos da igreja.

Iluminação de Anápolis e dos alagamentos da igreja. O rio Caramuru é o rio que corre dentro do rio e não entra a água", diz, indicando, o pastor Vilmar Henrique, 46 anos.

PROTESTO

Indignados com a situação, alguns moradores



Nível da água quase atingiu o pulpeiro do templo.

na Grande Cobilândia. O rio Caramuru é o rio que corre dentro do rio e não entra a água", diz, indicando, o pastor Vilmar Henrique, 46 anos.

Claro, a igreja está sem água, o rio Caramuru está completamente alagado. A água está atingindo o nível do rio, o que significa que a igreja está sendo inundada.

Com a impossibilidade de entrar no templo, os membros da igreja, que já há muito tempo não conseguem entrar no templo, agora vão cantar a cantata "Cantata de Anápolis e Caramuru" na porta da prefeitura.

Com a impossibilidade de entrar no templo, os membros da igreja, que já há muito tempo não conseguem entrar no templo, agora vão cantar a cantata "Cantata de Anápolis e Caramuru" na porta da prefeitura.



Tática de guerra

Com a impossibilidade de entrar no templo, os membros da igreja, que já há muito tempo não conseguem entrar no templo, agora vão cantar a cantata "Cantata de Anápolis e Caramuru" na porta da prefeitura.



Cobilândia

Indignados com a situação, alguns moradores



Mudança

Com a impossibilidade de entrar no templo, os membros da igreja, que já há muito tempo não conseguem entrar no templo, agora vão cantar a cantata "Cantata de Anápolis e Caramuru" na porta da prefeitura.

Fonte: A Gazeta (2013)

Contra os alagamentos no município, a Igreja presbiteriana de Araçá idealizou protesto em frente à prefeitura de Vila Velha (A GAZETA, 2013). Presbiterianos da igreja pediram soluções ao prefeito Rodney Miranda, considerado por eles, o causador dos problemas na cidade. Por sua vez, no bairro Cobilândia²⁷ a manifestação na Avenida Carlos Lindenberg realizada por moradores era por causa da comporta de água pluvial que impedia o escoamento do Canal Marinho. Com a chegada do representante da prefeitura e do corpo de bombeiros a rua do bairro de Cobilândia teve o acesso liberado (A GAZETA, 2013).

27 O bairro Cobilândia faz divisa a nordeste com o bairro Alvorada; a leste com o bairro Jardim Marilândia e ao sul com o bairro Rio Marinho, na proximidade da Avenida Carlos Lindenberg.

Na reportagem de capa, a chuva foi destaque com relação aos prejuízos causados no estado. Além de Vila Velha, a região serrana também foi prejudicada pelo forte temporal. Na publicação, a reportagem menciona a visita ao estado da presidente Dilma Rousseff (PT) com o sobrevôo às cidades alagadas.

(A GAZETA, 2013).

FUNDAÇÃO EM 11 DE SETEMBRO DE 1928 POR THEOBALDO VELLOZO. Nº 26.503. ANO LXXXVI

VIDA A ceia certa para cada tipo de dieta Pág. 34	ECONOMIA Jesus também foi um modelo de empreendedor Pág. 29	HANDEBOL Campeã mundial, Alexandra volta ao Estado Pág. 37	50 ANOS
---	---	--	----------------

A GAZETA
www.gazetaonline.com.br

VITÓRIA, TERÇA-FEIRA, 24 DE DEZEMBRO DE 2013 - EDIÇÃO ENCERRADA ÀS 23H R\$ 2,00

EFEITO DA CHUVA

AGORA DILMA VEM

- Presidente sobrevoa hoje cidades alagadas
- Mais de 46 mil já estão fora de casa no Estado
- Rede de solidariedade ajuda a salvar vidas Págs. 3 a 15



OS ANJOS DO NATAL
Juarez e Gevaci moram em Ponte Pancas e usam um barco para resgatar vizinhos e amigos Págs. 12 e 13

FOTO: VITOR JUBINI

COLUNAS DO DIA ANCELMO GOIS ► Museu recebe obras de Portinari Pág. 19	MÍRIAM LEITÃO ► Liberação da terra Awá Pág. 31	GILBERTO SUDRÉ ► Cuidado com os eletrônicos nas férias Pág. 35	ISSN 1577-4248 0777-5774248
--	--	--	--------------------------------

Fonte: A Gazeta (2013)

REPORTAGEM ESPECIAL



O bairro Pontal das Garças continua completamente alagado e d'água, assim como Parque das Gaivotas, Guaranhuns, Jardim Guaranhuns e Jockey

ÁGUA NÃO BAIXA EM BAIRROS DE VILA VELHA

Moradores estão ilhados na região do Canal Guaranhuns

A cidade de Vila Velha, no Rio de Janeiro, está sendo afetada por uma enchente que já dura há mais de uma semana. A água não baixa em vários bairros, deixando os moradores ilhados. A situação é crítica, com casas e ruas completamente inundadas.

Os moradores estão preocupados com a situação, pois a água não baixa e os bairros continuam ilhados. A situação é crítica, com casas e ruas completamente inundadas.

Quem vive no bairro está preocupado com a situação, pois a água não baixa e os bairros continuam ilhados. A situação é crítica, com casas e ruas completamente inundadas.

Além das reclamações por moradia, há a preocupação com a situação do abastecimento de água. A situação é crítica, com casas e ruas completamente inundadas.



Guincho

Para salvar o carro, um guincho foi usado no Parque das Gaivotas, muito perto de um apartamento. "Vou para o carro da minha mãe, em Angra", diz o morador. (Imagem: Carlos Roberto Silva)

Se não houver mais água, a situação será ainda mais crítica. A situação é crítica, com casas e ruas completamente inundadas.



Ilhados

A situação é crítica, com casas e ruas completamente inundadas. A situação é crítica, com casas e ruas completamente inundadas.

de construção civil, Miriam Haddad.

O subterfúgio de Vila Velha, conhecido como Vila Velha, é uma situação crítica, com casas e ruas completamente inundadas.

Se a situação não mudar, a situação será ainda mais crítica. A situação é crítica, com casas e ruas completamente inundadas.

Se não houver mais água, a situação será ainda mais crítica. A situação é crítica, com casas e ruas completamente inundadas.

Fonte: A Gazeta (2013)

A reportagem relata a preocupação dos moradores ilhados na região de Guaranhuns. A região é formada pelo bairro Parque das Gaivotas, bairro Pontal das Garças, bairro Guaranhuns, bairro Jardim Guaranhuns e bairro Jockey de Itaparica. Além disso, a preocupação da população que sofre com os alagamentos é com o lixo que adentra as casas trazendo sérios prejuízos perto da região do Canal Guaranhuns.

Cidades.

AGAZETA 13
SÁBADO, 10 DE NOVEMBRO DE 2018
Editor: Daniella Zanotti | daniellaz@agazeta.com.br
WhatsApp: (27) 3621.8261 | Telefone: (27) 3621.8261
ATENDIMENTO AO ASSINANTE: (27) 3621-9000



| ALERTA NO ES |

Moradores foram resgatados pelos bombeiros em Cobalândia

CAOS DA CHUVA TRAZ DE VOLTA O MEDO DE 2013

Inundações e deslizamentos lembram período de mais estragos

A chuva dos últimos dias, os estragos que ela tem provocado e o número de alertas de risco — já acima de 39, sendo 6 de nível mais elevado — trouxeram de volta aos capitais lembranças da tragédia de 2013, que levou destruição a todo o Estado. O coordenador da Defesa Civil Estadual, coronel Alexandre Conquista, garante que há diferenças em relação ao que se viveu no passado, principalmente quanto à intensidade das chuvas. “Os mais de 100 milímetros que choveram em algumas cidades ontem caem em uma hora naquela época”, contou.

Mas o que se assemelha é o sofrimento da população, principalmente da Região Metropolitana, que volta a viver o mesmo drama a cada período chuvoso. O que deixa claro que há problemas de falta de planejamento e de ações preventivas por parte do poder público, e a vida da população, como

destaca o engenheiro ambiental e professor do Ifes, Elvis Pantaleão Ferreira. “Se o calendário já nos informa quando tem início o período chuvoso e estas cenas se repetem, algo está errado e está deixando de ser feito”, ponderou.

Se repetem cenas como a vivida por Roger Dias Bicalho, comerciante e morador do Jardim América, cuja casa estava alagada. “Sempre que chove é mesma situação. Moro aqui há 35 anos e já vi vários alagamentos. Todo ano é mesma coisa”, relatou.

BALANÇO

Dos 78 municípios capitais, 73 enfrentam dificuldades com a chuva. Em 12 deles, a situação é mais grave por registrarem índices superiores a 100 milímetros. Anacru, com quase o dobro desse total, está com 48 desabrigados em decorrência do transbordamento do rio, de deslizamento de encostas e queda de muros. Segundo o balanço da Defesa Civil Estadual,

até às 19h de ontem, 240 famílias estavam fora de suas casas.

Por toda a Região Metropolitana, o que se registrou foram ruas e avenidas alagadas, laços ilhados, ruas suspensas, atendimento médico cancelado, casas, comércio e motel tomados pela água. Apesar dos estragos em Vitória, que possui favelas em áreas de risco e onde até as pistas do novo aeroporto ficaram alagadas, a situação foi ainda pior em Vila Velha, Cariacica e Viana.

Em Vila Velha recém-casados e suas mães foram resgatados em um caminhão do alagado Hospital de Cobalândia. Vivian dos Santos Rodrigues, que tem uma loja no bairro, tentou salvar alguns móveis, sem êxito. “O bairro inteiro está alagado”, contou. Por lá o Exército foi acionado e ajudou a retirar os moradores ilhados. Outros foram resgatados com os barcos do Corpo de Bombeiros, como o casal Gildo Lopes, 54, e Sandra Pereira, 55. “Fui no super-

mercado e quando sai a rua estava inundada”, comentou.

Em Cariacica, o Rio Formosa transbordou inundando casas em Vila Rica. Em Poço de Santana houve deslizamento de terra. No

“

Se o calendário nos informa quando tem início o período chuvoso e estas cenas se repetem, algo está errado e deixando de ser feito”

— ELVIS PANTALEÃO FERREIRA
Engenheiro ambiental e professor

interior, em Inapirim, Sul do Estado, chapas de granito foram destruídas por deslizamento de terra. Em Anacru, até abastecimento de água foi interrompido.

São situações, segundo o professor Pantaleão, que revelam que os problemas são maiores nas áreas urbanas, onde o desrespeito com o meio ambiente é maior e onde os municípios precisam investir em medidas estruturantes. “Por exemplo, precisam desmontar os corpos hídricos, evitar construções que invadam os rios, em suas proximidades, além de investir em micro e macrodrenagem e em educação ambiental.”

Mas o professor ressalta que a população também precisa fazer a sua parte. “Não podemos só culpar o poder público. Todos nós temos responsabilidade com o meio ambiente e a sua preservação. Por exemplo, lixo descartado de forma inadequada ajuda a causar entupimentos e alagamentos”, destacou.

Fonte: A Gazeta (2018)

Na reportagem acima, o jornal destaca o período de chuvas ano de 2018 e compara com a volta do ano de 2013 que teve inundações e deslizamentos. Sendo que a foto mostra o bairro Cobalândia, um local suscetível a desastres, quando parte da população fica em situação de vulnerabilidade em dias de chuvas extremas.

Fonte: A Tribuna (2010)

Na reportagem “Como combater alagamentos?” a entrevista é com os especialistas, e com os futuros prefeitos de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica. No caso de Vila Velha, a gestão de Rodney Miranda propôs medidas de desobstrução do Canal da Costa e a limpeza permanente dos canais e calhas dos principais rios.



A AVENIDA CÉSAR HILAL foi tomada pela água. Carros, motos e até ônibus tiveram dificuldade para atravessar a via na manhã de ontem. Em oito horas de tempo, choveu 80% do volume de água esperado para o mês inteiro.

CHUVA

Como combater alagamentos?

Novos prefeitos dizem como pretendem reduzir as consequências da chuva em bairros da Grande Vitória

As fortes chuvas que atingiram a Grande Vitória na madrugada da última terça-feira e na manhã de ontem causaram prejuízos à população e trouxeram à tona o antigo problema de alagamento de ruas e avenidas.

Os prefeitos eleitos da região metropolitana do Estado disseram que vão investir em infraestrutura para combater as enchentes.

Na capital, Luciano Rezende afirmou que o plano de macrodrenagem da cidade receberá total atenção do governo, principalmente as obras em andamento em Maruípe e outras já projetadas.

Já em Vila Velha, o prefeito eleito Rodney Miranda falou que vai tomar medidas nos primeiros meses de governo para enfrentar os alagamentos, que costumam trazer muito transtorno para a popu-

lação em geral do município. Algumas delas são a desobstrução do Canal da Costa e limpeza permanente dos canais e calhas dos principais rios.

Na Serra, o prefeito eleito Audiflex Barcelos disse que uma das obras mais urgentes no município para resolver os alagamentos é o desassoreamento (limpeza e dragagem) do Rio Jacaraípe.

Segundo o futuro prefeito, esta obra vai fazer com que a água em excesso da chuva escoe para dentro do rio, acabando com os alagamentos no bairro. “É uma obra bastante cara, mas é fundamental e urgente para a população”, disse, sem precisar o valor.

Em Cariacica, alguns pontos críticos são próximo ao Terminal de Itacibá e em Porto de Santana. Segundo o prefeito eleito Geraldo Luiz Junior, o Juninho, a solução será a limpeza dos valões. A longo prazo, o planejamento é fazer obras de drenagem.

A Defesa Civil Estadual informou que não houve graves ocorrências, exceto os alagamentos. Choveu em apenas oito horas 80% do volume de água que era esperado para o mês inteiro.

OS PROBLEMAS E AS ALTERNATIVAS EM VITÓRIA

Macrodrenagem e galeria pluvial maior

Avenida Norte-Sul

PROBLEMA

➤ QUANDO CHOVE NA CAPITAL, a avenida acumula água, principalmente próximo ao cruzamento com a Serra. Para evitar a pista alagada, motoristas se aventuram até pela contramão da via, causando muitos transtornos no trânsito.

SOLUÇÃO

➤ O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE Rodagem (DER-ES) conseguiu entrar no terreno do aeroporto para remover a água acumulada no sistema de drenagem. Posteriormente, os órgãos vão desenvolver uma solução definitiva para acabar com o alagamento na avenida.

Avenida Maruípe

PROBLEMA

➤ A REGIÃO DA GRANDE MARUIPE, principalmente a avenida principal do bairro e no cruzamento dela com a Leônida da Silva, tem histórico de ficar alagada, atrapalhando o trânsito. A administração atual está instalando uma rede de macrodrenagem, mas as obras já duram dois anos.

SOLUÇÃO

➤ O PREFEITO ELEITO LUCIANO REZENDE disse que vai dar um tratamento especial à região para acelerar e concluir as obras em andamento e programar de forma emergencial.

Avenida César Hilal

➤ PROBLEMA: ao menor sinal de chuva, a via acumula água, principal-



“Temos de aprender a nadar”

O piloqueiro Geraldo Rodrigues, 80, se arriscou a atravessar o alagamento na Praia do Canto para chegar até o Shopping Boulevard da Praia, onde estava o seu carrinho de pipoca. Para ele, os morado-

res de Vitória precisam praticar um novo esporte. “É preciso aprender a nadar para morar em Vitória ou então termos de ter coragem e paciência para enfrentar isso toda vez que chove”, ironizou Geraldo.

mente próximo à Sede. Trata-se de um dos pontos mais críticos da cidade e que influencia no trânsito.

➤ SOLUÇÃO: por ser um trecho relativamente pequeno que fica alagado, o professor de Engenharia Sanitária e Ambiental do Ifo Aurélio Azevedo Barreto Neto sugere aumentar a galeria pluvial e trabalhar a rede de macrodrenagem.

Avenida Leônida da Silva

PROBLEMA

➤ É UMA DAS PRINCIPAIS VIAS arte-

riais da cidade e possui um canal no canteiro central. Quando chove e alaga, o canal chega a transbordar em alguns pontos e causa grandes congestionamentos, refletindo também na avenida Maruípe.

SOLUÇÃO

➤ Para o engenheiro civil Ozimar Botelho, é preciso aumentar a galeria pluvial, inclusive próximo à rua Arlindo Sodré. Como a galeria já existente é da largura da via, mas não dá vazão para a precipitação de água, a ideia seria aumentar lateralmente.

EMERGÊNCIA

ALVARO HERTZ - JORNALIST



“Daremos um tratamento especial de acelerar e concluir as obras em andamento e programá-las de forma emergencial em todas as regiões da capital.”

Luciano Rezende, prefeito eleito em Vitória

No caso dos especialistas entrevistados na reportagem anterior, eles sugerem que prédios da capital tenham uma espécie de “piscina subterrânea” para que a água seja armazenada e não acumule nas ruas causando alagamentos. (A TRIBUNA, 2012, p.11). Para outro especialista da área ambiental, a solução sustentável e econômica está em:

[...] reter a água nas casas, armazenando por um período de mais intensidade de chuva, por meio do telhado e das casas em tanque interno ou externo. Isso reduziria e evitaria alagamentos. O custo inicial não é muito alto e poderia ser financiado pelo próprio governo. É válido para todos os bairros (A TRIBUNA, 2012, p.11).

No entendimento dos especialistas entrevistados, as bacias de retenção residenciais poderiam aliviar o próprio sistema de drenagem das ruas, por exemplo, a água da chuva poderia ser utilizada para outros fins como molhar plantas e limpeza de pátios ou mesmo ser eliminada para o mar depois. Na explicação deles, o fenômeno dos alagamentos é histórico em Vila Velha, sendo a cidade apontada como a mais problemática, seguida de Vitória e Cariacica. Outro especialista em recursos hídricos disse ao jornal que: “O crescimento desordenado das cidades, cada vez mais próximas dos canais, e a rede pluvial junto com a rede de esgoto fazem com que a cidades não suportem a demanda de chuva.” (A TRIBUNA, 2013, p. 14).

Já o professor na área ambiental defende o desassoreamento do Rio Jucu e a limpeza de seu leito e que essa iniciativa diminuiria consideravelmente os problemas em Vila Velha, mas seria necessário um serviço contínuo. Para isto, as soluções apresentadas precisam começar antes das chuvas, como a limpeza dos valões, a construção de grandes reservatórios e até mesmo legislações mais rígidas que dificultem as construções em áreas de risco no município (A TRIBUNA, 2013).

Cidades

CHUVA

Soluções para áreas que alagam

Especialistas apontam que nos pontos críticos de alagamento da Grande Vitória são necessárias drenagem e ampliação de canais

Carlos Moisés Vieira

Os 10 piores pontos de alagamento da Grande Vitória estão concentrados em três municípios: Vila Velha, Vitória e Cariacica. Especialistas em Engenharia e Recursos Hídricos apontaram algumas soluções para o problema, que é recorrente na região metropolitana.

As prefeituras destes municípios garantem que têm realizado obras para diminuir o transtorno que as chuvas provocam. Mas, a cada temporal, a situação das ruas fica cada vez mais complicada.

Vila Velha é apontada pelos especialistas como o município mais problemático, seguido de Vitória e Cariacica.

A especialista em Recursos Hídricos Maria Aparecida Vargas disse que o problema ocorre em outros grandes centros urbanos.

“O crescimento desordenado das cidades, cada vez mais próximas dos canais, e a rede pluvial

junto com a rede de esgoto fazem com que as cidades não suportem a demanda de chuva”, disse.

De acordo com a especialista, um conjunto de ações poderia melhorar as condições da Grande Vitória. “Não existe uma solução, mas várias pequenas ações, como reduzir a quantidade de lixo, criar calçadas ecológicas e ter mais espaços da cidade com terra ou grama, não só asfalto, além da melhoria das redes pluviais”, orientou.

Ela ainda fez uma observação: “A educação ambiental da população seria uma grande passo para as prefeituras diminuírem o problema dos alagamentos.”

Segundo o engenheiro civil Kelisson Peterli, as regiões de Cobalândia e Itapó, por exemplo, sofrem pela falta de drenagem dos canais e rios. Para ele, o primeiro passo é realizar a ampliação dos canais.

“É preciso fazer a limpeza dos

“A educação ambiental da população seria um grande passo para diminuir o problema dos alagamentos”

Maria Aparecida Vargas, especialista em Recursos Hídricos



MOTORISTAS, MOTOCICLISTAS E PEDESTRES enfrentaram inundações na avenida Maruípe, em Vitória

canais. Além de aprofundá-los e aumentar as dimensões e capacidade de escoamento, isso nas zonas urbanas. Já o rio Jucu requer o desassoreamento e a limpeza do leito”, disse o engenheiro.

Ele garante que essa iniciativa diminuiria consideravelmente os problemas em Vila Velha, mas seria necessário um serviço contínuo. E sugere ainda que as obras deveriam começar pelas zonas mais críticas.

Somente na capital, há seis pontos críticos de alagamento, entre eles a avenida Maruípe. Segundo a Prefeitura de Vitória, estão sendo gastos R\$ 49,5 milhões em obras de drenagem no município.

PONTOS QUE SOFREM COM ALAGAMENTOS

Vitória

1 AVENIDA LEITÃO DA SILVA: A prefeitura mantém contrato de limpeza das redes de microdrenagem, no valor de R\$ 3,1 milhões anuais. Embora as equipes de limpeza tenham feito 6.500 desobstruções nas redes entre janeiro e novembro, houve alagamento na região na manhã de ontem.

2 AVENIDA MARUIPE: A prefeitura planejou obras dividindo o sistema de drenagem em três etapas. O trecho 1 vai da avenida Leitão da Silva até o Horto de Maruípe; o trecho 2 vai do Horto de Maruípe até o bairro Fradinhos, além do reservatório de águas pluviais, com capacidade para 20 milhões de litros de águas das chuvas. Mas por enquanto continuam os registros de alagamento.

3 RODOVIA NORTE-SUL: Embora tenha ocorrido registro de pequenos pontos de alagamento, a prefeitura afirma que as obras de drenagem desta parte da cidade já foram realiza-

das. Essas intervenções aconteceram nas bacias de drenagem dos bairros Jardim Camburi, Mata da Praia, Morada de Camburi, Bairro República, Caratôira, Jaboar e Joana D'Arc.

4 CESAR HILAL: As galerias foram ampliadas e reformadas na avenida. No entanto, o trecho na altura da Sede ficou alagado ontem.

5 AVENIDA AMÉRICO BUAI: Transição em Brasília uma carta-concisa para viabilizar recursos do Programa de Aceleração do Crescimento para projetos de drenagem nos sistemas: Praia do Canto; Inhanguetá/Estrelina/Grande Vitória/Universitário; Santo Ferreira e Santo Antônio. A água ainda demora para escoar por completo na avenida, deixando o trânsito lento.

Vila Velha

6 COBALÂNDIA: Apesar da prefeitura ter concluído as obras que implantaram galerias pré-inclinação no



RUA JAIR DE ANDRADE, em Itapó, ficou alagada com as chuvas de ontem

canal de Marilândia e feito a substituição de fleiras de manilhas por galerias de concreto armado, o bairro é um dos mais problemáticos nos dias de chuva forte. A prefeitura ainda realizou obras em setembro para abertura das comportas de Marilândia na tentativa de melhorar o fluxo do rio Marinho.

7 ITAPOÁ: A rua Jair de Andrade e os trechos próximos à rua Francisco Sotol, no Centro, ficaram alagadas. A prefeitura garante que realizou obras na sub-bacia de Jaburuna, além das obras macrodrenagem. Mas não resolveu a situação dos bairros de Glória, Praia da Costa, Centro e Itapó.

8 AVENIDA CARLOS LINDENBERG: Foi feita a drenagem do canal do Congo, obras de dragagem da margem e pavimentação do Rio Jucu, além de obras na sub-bacia de Cocal. Foi rea-

lizada ainda a limpeza e a colocação de 22m de manilhas novas na rede pluvial, nos bairros Rios, Santa Mônica, Guarani e Araçá. No entanto, houve pontos de alagamento ontem.

Cariacica

9 BR-202: O trecho na altura da Ceasa é de responsabilidade do Dnit, que informa estar monitorando a rodovia. A prefeitura diz que choveu muito em pouco tempo, superando a vazão da rede de drenagem, e o lixo jogado na rodovia entope a rede.

10 ITACIBÁ: A prefeitura realizou a limpeza dos 166 canais da cidade e até o início deste mês, 95% dos valetos haviam sido limpos. A região não foi tão afetada pela chuva ontem.

Fonte: Prefeituras citadas.

Queda de barreira deixa rodovia José Sette bloqueada

Um deslizamento de encosta, de grandes proporções, entre os bairros Porto de Cariacica e Santa Luzia, em Cariacica, isolou o trânsito na rodovia José Sette, durante toda a manhã de ontem.

A pista ficou totalmente coberta pela lama das 4 até as 7 horas. Técnicos da Defesa Civil do município foram para o local e foi preciso a ajuda de uma máquina de uma empresa particular, que passava pela rodovia, para conseguir o serviço de retirada de terra.

Durante toda a manhã de ontem, máquinas da Secretaria Municipal de Serviços e Trânsito (Senset) foram deslocadas para o ponto do desmoronamento e fizeram o trabalho de retirada de mais de 80 toneladas de terra que desceram da encosta.

Segundo a Defesa Civil do município, a barreira foi coberta por uma lama para minimizar o risco de um novo incidente.

O trânsito fluiu em uma pista na rodovia, no sistema de pare e siga, até a liberação total do fluxo, por volta das 11 horas.

Em Vila Velha, foram registrados pontos de alagamento nas regiões de Itapó, Cobalândia, Cristóvão Colombo e avenida Carlos Lindenberg, mas não houve registros de desabrigados, segundo informou a assessoria da prefeitura na noite de ontem.

CICLISTAS e motoristas enfrentaram dificuldades para circular pela rua Jacinto Adimil, em Cobalândia, por conta dos alagamentos



Fonte: A Tribuna (2012)

Na reportagem do jornalista Carlos Moisés Vieira, alguns atores entrevistados disseram que as soluções devem começar pela educação ambiental “A educação ambiental da população seria um grande passo para diminuir o problema dos alagamentos junto com a rede de esgoto fazem com que as cidades não suportem a demanda de chuva”. E completam: “Não existe uma solução, mas varias pequenas ações, como reduzir a quantidade de lixo, criar calçadas ecológicas e ter mais espaços da cidade com terra ou grama, não só asfalto, além da melhoria das redes pluviais.” (VIEIRA, 2012, p.14).

Greve e mais chuva hoje

CENAS

LOUIS PELLIANI
néel, député du
Nord, est un
homme de
confiance et
de franchise.
Il a été élu
député en
1988, et a été
réélu en 1993.
Il a été élu
président du
conseil régional
du Nord-Pas
de Calais en
1995. Il a été
réélu en 2000.
Il a été élu
président du
conseil régional
du Nord-Pas
de Calais en
2004. Il a été
réélu en 2009.
Il a été élu
président du
conseil régional
du Nord-Pas
de Calais en
2013. Il a été
réélu en 2017.



ANTES QUE
SE HEMBRAS, OS
passageiros do
Touros-globo
vão ao túnel.
Depois, as equi-
padas se põem
de lado, de
lado a lado, no
túnel-gigante.
Nada mais
falta, não mais
compartimen-
tos. Só o

**FALA, LEITOR!**

“Tornar duas horas que antes eram perdidas. Isso é bom. E também é bom que a população que não trabalha a noite tenha um tempo livre.”



“Queste lezioni
a livello
sperimentale per
correlazione. Fino
adesso sempre con
grande cura, e
conque persone
non possono
non essere”



“A la prax
nacio pira
del de cura
consegui volu
Mauritiano pro
puffi aspiran
trous a propa
nacio prax volu
condiciona”



“A grande do preconceito é a ignorância que colhe o medo. Quando colhe o medo, colhe o preconceito que produz o medo. Então, a melhor maneira de acabar com o preconceito é a educação.”



“Solteira, mas sozinha nunca!” >A2



Meninas do Brasil ganham ouro inédito >32 e 33



Renato Gaúcho de volta ao Fluminense >40



R\$ 1,50

VITÓRIA-ES | SEGUNDA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2013 | ANO LXXV | Nº 24.753 | FUNDADO EM 22/09/1938 | EDIÇÃO DE 60 PÁGINAS

Chuva obriga 25 mil pessoas a abandonar casas no Estado

Já são 44 os municípios que enfrentam problemas e em alguns lugares moradores tiveram que ser resgatados com ajuda do Exército, como aconteceu em bairros de Vila Velha. >2 a 8



MORADORES DE SANTA LEOPOLDINA são transportados de barco no centro da cidade, que ficou isolada. A inundação ocorreu porque o rio Santa Maria da Vitória chegou a subir 10 metros



Deslizamentos e destruição nas rodovias
Barreiras caíram na BR-101. Em Colatina, na BR-259 (foto) parte da pista foi interditada. >6



Força Nacional chega para ajudar vítimas
São 72 bombeiros de todo o País preparados para atuar em casos de emergência. >2

Garota de 14 anos compra carro roubado por 200 reais e acaba presa >13

A capa do jornal a Tribuna destaca a chuva no ES e a situação dos moradores resgatados com ajuda das pessoas em Santa Leopoldina, município do interior do estado. No caso das páginas seguintes, as manchetes falam dos alagamentos em Vila Velha nas seguintes localidades: Rodovia Darly Santos, bairro Pontal das Garças, bairro Guaranhuns e bairro Araçás, além da região da Grande Cobilândia.

Reportagem Especial

CHUVA

Especialistas explicam inundações

Construções em Vila Velha estão abaixo do nível do mar e uma das alternativas é instalar bombas maiores para escoamento da água

Mesmo com a diminuição do volume de chuvas nos últimos dias, a água acumulada nos bairros de Vila Velha mais afetados pelos temporais não reduziu.

Segundo especialistas, isso acontece porque o município tem muitas construções abaixo do nível do mar e a água não tem para onde escoar quando chove na Grande Vitória e também na cabeceira do Rio Jucu. Com isso, a água fica parada nos bairros.

Doutor em engenharia de recursos hídricos, Antônio Sérgio Ferreira Mendonça contou que foi o que aconteceu na década de 1960, quando uma grande enchente alagou grande parte de Vila Velha.

“A partir dessa data, a prefeitura construiu o dique com as comportas que impedem que as águas do Jucu inundem a cidade. Porém, quando está chovendo na Grande Vitória e na cabeceira do rio, as comportas não deixam as águas



ALAGAMENTO NA DÉCADA DE 1960: na época, a prefeitura construiu um dique com comportas que impedem que as águas do rio Jucu inundem a cidade

inundarem nem deixam que elas escoem”, explicou.

De acordo com ele, uma das soluções para diminuir ou acabar com o problema seria instalar bombas maiores para ajudar no escoamento da água da chuva para o Rio Jucu.

“Uma bomba de capacidade maior lançaria a água acumulada nos bairros por cima do dique para o rio, que escoaria a água para o mar”.

Segundo o professor e coordenador do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental, Aurélio Azevedo Neto, a solução são as obras antes das chuvas, como a limpeza dos valões, a construção de grandes reservatórios e até mesmo legislações que dificultem as construções em áreas de risco.

SOLUÇÕES APONTADAS

Piscinões

> A PROPOSTA é represar as águas durante as chuvas fortes e liberar na rede de drenagem no período de estiagem. Assim, encharcamentos e alagamentos são evitados nos bairros. Outras como estas existem em cidades como Belo Horizonte.

> ESSES PISCINÕES podem ser superficiais ou subterrâneos, com sistemas de bombeamento que depois da chuva jogaria essa água reservada no mar.

> O IDEAL É CONSTRUIR em regiões menos ocupadas, para evitar desapropriações.

Reservatórios

> A IDEIA É que a população construa reservatórios de água para captação de chuva em suas próprias residências, como se fossem grandes caixas d'água, que captariam e reservariam a água da chuva. Para isso, o governo poderia oferecer incentivos financeiros, como uma ajuda de custo para essas construções.

> ESSA ÁGUA CAPTADA nesses reservatórios poderia ser usada pelos moradores em vasos sanitários e limpeza de pisos, ou apenas liberada na rede de drenagem quando a chuva forte acabar.

Legislações mais rigorosas

> A SUGESTÃO é que o município faça leis mais rígidas para que as pessoas não construam casas em lugares de risco de alagamentos, como a região de Pontal das Garças e Guaranihus.

> ESSAS REGIÕES de risco têm que ser mapeadas e analisadas e serem proibidos empreendimentos até que os riscos de alagamentos sejam extintos.

Fonte: Antônio Sérgio Mendonça, doutor em engenharia de recursos hídricos, Aurélio Azevedo Neto, coordenador do curso de engenharia sanitária e ambiental e Sandro Lobato, engenheiro civil.

Fonte: A Tribuna (2013)

Por outro lado, o jornal mostra a foto da inundação na década de 1960, época da construção do dique, nas proximidades do Rio Jucu, realizada pela prefeitura para acabar com os alagamentos na cidade. Para os especialistas entrevistados por A Tribuna, o problema em Vila Velha não tem a ver com as chuvas, mas sim com a característica do município. Além disso, citam as soluções apontadas tais como: piscinões, reservatórios e legislações mais rigorosas. Voltando ao comentário do Rio Jucu, este novamente passou receber medidas emergenciais pelo ator estatal, como mostra a reportagem a seguir.

Reportagem Especial

CHUVA

Caminho aberto contra enchente

O prefeito de Vila Velha Rodney Miranda decidiu adotar medidas emergenciais para acabar com as inundações dos bairros alagados na cidade por causa das fortes chuvas dos últimos dias. Ele disse que "rasgará" a Rodovia do Sol para facilitar a drenagem em Pontal das Garças, Parque das Galvotas, Guaranhuns e Jardim Guaranhuns.

Depois de ouvir a avaliação dos técnicos do governo do Estado, o prefeito decidiu primeiro ampliar a foz do Rio Jucu para hoje abrir um canal na Rodovia do Sol.

"Rasgar a rodovia é perigoso. É necessário diminuir o nível do Rio Jucu, que está a três metros acima do nível do mar. Vamos fazer o que for preciso, depois respondendo as consequências", disse Rodney, que informou que 10 bombas estão funcionando para escoar a água.

A obra de abertura do canal na rodovia será feita em duas etapas. A primeira começou e tem como objetivo diminuir o nível do rio.

As máquinas começaram a abrir um braço de 30 metros, próximo à Ponte da Madalena, fazendo uma espécie de atalho para a água desviar dos pilares da ponte, além da abertura da foz do Rio Jucu e abertura de uma passagem na reserva de Jacarenema.

Na segunda etapa serão colocados tubos de ferro com 90 centímetros de diâmetro embaixo da rodovia, para que as águas do canal Guaranhuns passem em direção



MAQUINA é usada pela Prefeitura de Vila Velha para abrir área de escoamento do Rio Jucu, na Barragem do Jucu.

ao canal Jucu.

A decisão de adiar a abertura da Rodovia do Sol deixou os moradores exaltados. Eles fecharam o local por quatro horas e só liberaram a pista para que uma das escavadeiras pudesse manobrar e entrar na área de preservação ambiental para dar início ao trabalho.

O subsecretário de obras do município, Gustavo Perini, disse que a

abertura do canal na rodovia ainda não é possível, já que o nível do Rio Jucu comprometeria ainda mais a situação dos bairros afetados.

ESPECIALISTA

Segundo o engenheiro em recursos hídricos e professor da Ufes, Antonio Sérgio Ferreira Mendonça, essa obra não tem uma garantia de eficácia.

"Trata-se de uma obra emergencial, que não deve ter levado em conta todas as variáveis. Pode dar certo, mas também pode não dar".



PROTESTO na Rodovia do Sol

CENAS

FOTOS: ANTONIO KREZEMAN



EM VILA VELHA, o dono do Guincho Félix, David Junior, já tirou mais de 40 veículos de regiões alagadas.



MESMO SEM CHUVA, on tem, a água não baixou em muitos bairros de Vila Velha. Locomoção, só de barco.



NO BAIRRO JÓQUEI, em Vila Velha, bombeiros levaram água para pessoas que não conseguiram sair de casa.

Obra será realizada em 2 etapas

Nível do rio será reduzido antes de fazer canal na Rodovia do Sol



Possibilidade de praia ficar imprópria para os banhistas

Há possibilidade da região do mar que receber a água de enchente em Vila Velha ficar imprópria para banho, mas a situação pode ser temporária se o canal for interrompido, segundo o doutor em oceanografia física e professor da Ufes, Renato Ghisolfi.

Porém, o especialista reforçou que ainda não é possível quantificar o impacto ambiental que as obras devem causar sem um estudo prévio. "Com o tempo, a própria dinâmica do mar mistura a sujeira, deixando-a diluída e o sal do mar mata as bactérias", explicou, reforçando que esse canal deve ser fechado e depois outras obras tragam a solução definitiva.

O secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas, Fábio Damasceno, está acompanhando as intervenções, mas não se pronunciou, assim como a Rodosol, concessionária responsável pela Rodovia do Sol.

As assessorias do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) e do Ministério Público Estadual (MP-ES) foram procuradas para informar se estavam monitorando possíveis impactos ambientais, mas não responderam até o fechamento.



A Tribuna (2013)

Sobre o título "Caminho aberto contra a enchente" a reportagem mostra com destaque obra da PMVV na Rodovia do Sol para dar vazão as águas dos bairros inundados na Região de Guaranhuns. Através do infográfico²⁸ o jornal ilustra o escoamento da água a ser realizada em duas etapas.

²⁸ Geralmente o infográfico serve como ferramenta para transmitir informações através do uso de imagens, desenhos e demais elementos visuais gráficos. Normalmente acompanha um texto funcionando como resumo didático.

ATUALIDADE VITÓRIA, 10. SETEMBRO 2013, 10 DE DEZEMBRO DE 2013

Reportagem Especial

RANSTORNS

Bairros com risco de deslizamento

Alto menos 22 bairros a Grande Vitória têm riscos para moradores e encostas. Na capital, população deixou casas ou podem deslizar

Em pelo menos 22 bairros da Grande Vitória há riscos de deslizamentos de terra devido a chuvas.

Em Vitória, de acordo com Defesa Civil municipal, ainda há risco em Macaé, Baía da Ilha, Porto São João e Mercado. Há também um risco de deslizamento em uma encosta das casas que correm risco de desmoronar e são acionadas as medidas de emergência.

Já em Cariacica, em Serra e em Vila Velha, há risco de deslizamento em algumas encostas. Na cidade de Vitória, há risco de deslizamento em algumas encostas.

Segundo o coordenador da Defesa Civil do município, João Batista, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Serra, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Vila Velha, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Cariacica, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Vitória, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Vitória, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Vila Velha, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Cariacica, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Serra, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Vitória, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Vila Velha, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Cariacica, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Serra, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Vitória, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Vila Velha, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Cariacica, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Serra, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.

Na Vitória, há risco de deslizamento em algumas encostas. Há também um risco de deslizamento em algumas encostas.



DESLIZAMENTO DE TERRA ameaça duas vilas de Norte-Itaí, na altura da Serra do Lapa, na Serra



FALAS COM A DEFESA CIVIL

Telefones de contato

DEFESA CIVIL MUNICIPAL (27) 327-4444

VITÓRIA (27) 327-4444

VILA VELHA (27) 327-4444

CARIACICA (27) 327-4444

SERRA (27) 327-4444

VITÓRIA (27) 327-4444

PREFEITOS FALAM SOBRE OS PROBLEMAS

Vitória



LUCIANO REZENDE
PREFEITO DE VITÓRIA

O que a prefeitura está fazendo para evitar novos deslizamentos de encostas, mas o que aconteceu na Curva da Salienta?

LUCIANO REZENDE - Em 2011, a prefeitura e a Defesa Civil fizeram um trabalho de mapeamento das encostas de risco. Hoje, estamos trabalhando para evitar novos deslizamentos.

Na encosta da Serra do Lapa, há risco de deslizamento. A prefeitura está trabalhando para evitar novos deslizamentos.

Na encosta da Serra do Lapa, há risco de deslizamento. A prefeitura está trabalhando para evitar novos deslizamentos.

Na encosta da Serra do Lapa, há risco de deslizamento. A prefeitura está trabalhando para evitar novos deslizamentos.

Vila Velha



RODNEY MIRANDA
PREFEITO DE VILA VELHA

A região de Colônia e Jardim Marília sempre sofre com deslizamentos. Quando vai um forte algo para evitar novos deslizamentos?

RODNEY MIRANDA - Já estamos trabalhando para evitar novos deslizamentos. Estamos trabalhando para evitar novos deslizamentos.

Por que não investiu a Vila Velha sempre em obras de obras?

O investimento em obras de obras é muito alto. Estamos trabalhando para evitar novos deslizamentos.

O investimento em obras de obras é muito alto. Estamos trabalhando para evitar novos deslizamentos.

Cariacica



GERALDO LÚCIA JÚNIOR
PREFEITO DE CARIACICA

Ainda não tinha chegado forte o início da temporada de chuvas de Pico de Pico. Já estava deslizando água. O que pode ser feito para melhorar essa situação?

GERALDO LÚCIA JÚNIOR - Já estamos trabalhando para melhorar essa situação. Estamos trabalhando para melhorar essa situação.

O que pode ser feito para melhorar a situação da cidade pelo E332 e pelo bairro Jardim América quando chover?

O investimento em obras de obras é muito alto. Estamos trabalhando para melhorar essa situação.

O investimento em obras de obras é muito alto. Estamos trabalhando para melhorar essa situação.

Serra



AURIFAX BARCELOS
PREFEITO DE SERRA

Encostas e estradas na Serra-Itaí e poderiam alagar estradas, causando acidentes graves. O que está sendo feito para evitar que novos deslizamentos aconteçam na região?

AURIFAX BARCELOS - Já estamos trabalhando para evitar novos deslizamentos. Estamos trabalhando para evitar novos deslizamentos.

Na região da Grande Vitória, o risco de deslizamento e deslizamento é grande. O que está sendo feito na região?

O investimento em obras de obras é muito alto. Estamos trabalhando para evitar novos deslizamentos.

O investimento em obras de obras é muito alto. Estamos trabalhando para evitar novos deslizamentos.

Fonte: A Tribuna (2013)

Quanto aos deslizamentos de terra no município de Vila Velha, a exposição desse tipo de notícia apareceu com menor frequência nas reportagens, em relação aos outros tipos de desastres informados pelo jornal A Tribuna. No entanto, em razão da ocupação urbana, e o tipo de solo nos morros, Vila Velha sofre com os deslizamentos de terras e de pedras em época de chuvas extremas, principalmente nas encostas do bairro Alecrim e do bairro São Torquato onde fica morro da Boa Vista.

Reportagem Especial

TEMPORAL

Chuva forte em oito cidades hoje

Embora a previsão indique que a tempestade é restrita a oito cidades, a chuva pode ser forte hoje. São elas: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Aracruz, Ilhéus e Santa Leopoldina.

O coordenador do Corpo de Bombeiros Militar, Carlos Wagner Borges, explicou ainda que hoje o Estado está em alerta vermelho, o que significa que são os locais próximos para atuar com toda a agilidade necessária.

A Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Corpo de Bombeiros Militar está em alerta vermelho em todo o Estado, mas em oito cidades tem previsão de chuva mais intensa amanhã (hoje) que podem se estender por todo o final de semana.

Wagner explicou que o sistema de Chuva de Quilômetros do Corpo de Bombeiros considera monitoramento diário em todo o Estado, durante 24 horas, até que a situação se normalize.

O coordenador estadual da Defesa Civil, coronel Alexandre dos Santos Corrêa, disse que o acumulado de chuva é maior na Grande Vitória e entorno, principalmente.

palmeira entre o município de Aracruz e Alfredo Chaves.

“Há municípios com mais de 100 milímetros de acumulado de chuva nas últimas 24 horas (mais de 100 milímetros de chuva equivale ao volume de um litro de água sobre uma superfície de um metro quadrado). Nós temos também oito alertas de Chuva de Quilômetros e Alertas de Defesa Civil (Nacional) de nível alto”.

Conforme o último boletim divulgado pela Defesa Civil Estadual, o total passou de 100 milímetros (quando uma família ou pessoa é atingida, por exemplo, em uma residência, de passagem ou antigas) e 100 desalojados. Também há pessoas fora de suas casas.

No capital, até três pessoas estão em situação de risco, segundo a Defesa Civil Municipal.

No município de Vitória, o governador Paulo Renato, acompanhado de uma delegação do Espírito Santo.

Não ficou claro se o Estado tem uma estrutura muito bem montada para lidar com o caso. “Temos conhecimento com os municípios, que fazem o primeiro atendimento, mas também com uma rede de apoio muito bem montada para fazer esse atendimento”.



DEPOIS DO TEMPORAL de quinta-feira, a esplanada tentou voltar à normalidade, mas muitas ruas ficaram alagadas.

OS NÚMEROS

109 desalojados
128 desabrigados
TOTAL 238

Sol deve voltar ao Estado amanhã

Apesar de hoje ainda ser de tempo fechado, a partir de amanhã o sol deve aparecer em algumas cidades do Estado.

É a previsão do Instituto Capixaba de Pesquisa, Análise e Informação e Rede de Monitoramento do Estado (Incaper) e do Instituto Climatempo.

“Amanhã, o final terá apenas chuva passageira. No interior, o sol

voltará a aparecer forte durante o dia e parcialmente da chuva com raios fortes apenas a partir da tarde”, afirmou Josélia Tognato, meteoróloga do Climatempo.

“No domingo o sol deve aparecer”, afirmou Thaísia Brito, do Incaper. Ela explicou que o tempo amarelado pode se manter no Estado no início de semana.

“Na segunda-feira, ainda há condição de chuva. Mas serão chuvas fracas e rápidas. O sol pode começar a aparecer”, disse ela.

“A duração do dia de hoje, segundo o Climatempo, não haverá alteração. Pode chover qualquer hora do dia no Estado, mas já tem alerta para temporais”, afirmou a meteoróloga Josélia Tognato.

O Incaper também destaca uma possibilidade. “A previsão é de chuva, mas os acumulados serão bem baixos”, explicou Thaísia Brito.

No dia de ontem, a Marinha do Brasil avisou no fim da tarde um ciclone tropical. Não, o informativo diz que se trata de uma tempestade tropical, não de um furacão.

“A área de instabilidade atmosférica e precipitação, conhecida como Zona de Convergência da Equinocal, passa sobre a costa brasileira”, diz trecho da nota.

“O fenômeno, iniciado hoje (quinta), deve persistir até domingo (sábado), ocasionando chuva significativa sobre o litoral do estado do Espírito Santo”, diz o informativo publicado no Facebook.



SOCIEDADE

Tratamento

Até 20 horas de ontem, o Corpo de Bombeiros recebeu chamadas de uma mulher que precisava ir para o aeroporto para o trabalho.

Os serviços de emergência de emergência, por sua vez, em Vitória, foram um metro de água e não pôde ser removido de casa.

Após três horas de espera, a mulher foi resgatada e levada para o hospital, onde foi submetida a uma cirurgia de emergência.

BALANÇO

Alerta

APOC: quantidade de chuva, volume de água, nível de inundação, e plano de emergência para alertar a população.

A APOC, em conjunto com o sistema de alerta de chuva de emergência, de 10 a 15 minutos, registrando acumulado de chuva de 40 mm.



MUNICÍPIO	QUANTIDADE	MUNICÍPIO	QUANTIDADE
1. Itapiranga	120,00 mm	11. Jilão Novo	72,00 mm
2. Cariacica	104,00 mm	12. Vila Velha	60,01 mm
3. Funilândia	100,75 mm	13. Nova Venécia	50,00 mm
4. Viana	98,22 mm	14. Espírito Santo	50,00 mm
5. Domingos Martins	92,00 mm	15. Água Doce do Norte	50,00 mm
6. Aracruz	87,33 mm	16. Santa Maria do Jetubá	50,00 mm
7. Vitória	86,33 mm	17. Mariscal Floriano	48,00 mm
8. Serra	84,33 mm	18. Guarani	46,94 mm
9. Linhares	72,60 mm	19. Colônia	46,30 mm
10. Santa Leopoldina	70,45 mm	20. Barra de S. Francisco	40,00 mm

Fonte: Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (coordenado: 10/11/2018)

SABIA MAIS

Novembro faz parte de período chuvoso

Temporário

A REDE DE MONITORAMENTO do Estado do Espírito Santo, que monitora o período chuvoso em todo o Estado.

Em 2018, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

Em 2019, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

Em 2020, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

Em 2021, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

Em 2022, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

Em 2023, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

Em 2024, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

Em 2025, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

Em 2026, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

Em 2027, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

Em 2028, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

Em 2029, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

Em 2030, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

Em 2031, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

Em 2032, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

Em 2033, o período chuvoso foi registrado em 100 municípios do Estado.

A Tribuna (2018)

No caso da reportagem “Chuva forte em oito cidades hoje”, o jornal mostra que os estragos causados pela chuva não acontecem por falta de aviso, isso porque as situações são previsíveis. O clima de cada região, por exemplo, pode sofrer influências de outras localidades, como afirmam os estudiosos na área. Neste caso, diversos meteorologistas de centros de pesquisa (local e nacional) buscaram explicar ao jornal A Tribuna o período chuvoso no estado.

Nesse cenário de transformações da mídia impressa local, é importante observar a trajetória das narrativas sobre os desastres citados pelo jornal A Gazeta e A Tribuna considerando o perfil de cada um deles, ou seja, levando-se em conta as suas respectivas identidades bem como os noticiários que ocupam as suas produções jornalísticas diárias. Para Bardin (2011) o conteúdo permite conhecer as formas de comunicação e a significação do enunciado fundamentado no levantamento de dados. Posto isto, a análise e problemas mais relevantes para ambos os jornais, visando interpretar e estabelecer parâmetros para uma análise do conteúdo voltada para a temática que interessa a essa pesquisa, será feito no próximo capítulo.

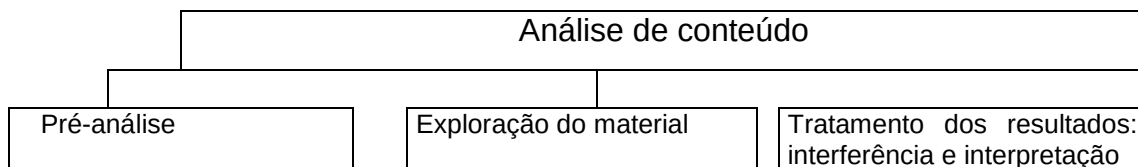
CAPÍTULO 3– ALAGAMENTOS EM VILA VELHA (ES) NAS NARRATIVAS DOS JORNAIS A GAZETA E A TRIBUNA

Este capítulo tem por objetivo analisar e discutir os dados obtidos do levantamento feito para auxiliar a interpretação da realidade dos jornais, enquanto atores contribuintes para a gestão da redução de riscos de desastres trabalhando o fenômeno dos alagamentos em Vila Velha, através de uma narrativa construída pelas suas reportagens. Com relação à metodologia, vale lembrar que ela foi detalhada anteriormente (ver introdução). No entanto, cabe ressaltar que, em particular, a técnica empregada com base no método da análise de conteúdo, com emprego das reportagens analisadas por jornal “[...] funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, categorias, segundo agrupamentos analógicos.” (BARDIN, 2011, p. 2011). Como primeira etapa operacional da análise, há a sua organização, que tem início com uma leitura flutuante do material bruto encontrado na busca inicial; em seguida, passa pela seleção do corpus da pesquisa ou universo dos documentos a serem analisados e depois, avança-se com a formulação das hipóteses e dos objetivos; e se encerra com a referenciação e elaboração dos indicadores, estes organizados por categorias (BARDIN, 2011).

Na Figura 11, por exemplo, revela as três fases de análise de conteúdo, sendo que a primeira etapa serviu para organizar a mensagem dos jornais compondo assim o corpus desta pesquisa. Na segunda fase, ou fase de exploração do material, permite escolher a mensagem do texto e o conteúdo orientados pela temática; e a terceira fase do processo de análise do conteúdo de Bardin (2011) é denominada de tratamento dos resultados, ou seja, considera retornar ao referencial teórico procurando embasar a análise dos dados dando sentido à interpretação da realidade que está sendo estudada.

Transpondo estas etapas para o caso da presente pesquisa, temos que o conjunto de notícias selecionadas como universo inicial ou material bruto para início desta análise contemplou todas as edições entre 2009 e 2018 dos jornais A Gazeta e A Tribuna. Então, foi feito um recorte mais específico para se chegar até o *corpus* de análise com base em meses com o acúmulo maior de chuvas dentre aqueles anos. Em seguida, foram selecionadas apenas as notícias que versam sobre a questão dos alagamentos em Vila Velha.

Figura 11 – Três fases da análise de conteúdo.



Fonte: Bardin (2011), adaptado pela autora.

Tendo em vista as três fases da análise de conteúdo como explorada na Figura 11, optou-se por abordar o fenômeno dos alagamentos elencando com uma série de palavras-chave relacionadas a esse fenômeno, a saber: alagamento, inundação, enchente, chuva e Vila Velha. Desse modo, procedeu-se a seleção de reportagens dando sentido, assim, ao estudo das matérias de A Gazeta e A Tribuna. Após esclarecimentos da proposta de análise, surgiu a necessidade de se comparar os enunciados dos quadros abaixo, de modo geral, aprofundar esse conteúdo comparativo com base nos autores que discutem a temática ambiental.

O Quadro 4 apresenta uma categorização dos problemas apontados pelos jornais em torno dos eventos de alagamento, buscando considerar o sentido que o conteúdo das diferentes fontes revela em seus trabalhos de reportar sobre tais fenômenos. Esse quadro assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos, conforme a análise de Bardin (2011). Esse recorte compreende a enumeração, a classificação ou agregação por categorias. Assim, foi gerada, no quadro abaixo, a listagem de resultados, apresentada na ordem alfabética. Realizada a análise quantitativa, segue-se para a conclusão da última técnica da análise de conteúdo, que consiste em determinar elementos da mensagem, com a qualitativa.

Quadro 4 – Problemas apresentados pelos atores sociais e estatais por jornal

Problema ambiental	
A Gazeta	A Tribuna
Acumulado de chuva maior que a prevista; Água de chuva misturada a esgotos. Alerta de riscos; Chuva; Chuva acima da média; Chuva forte e volumosa; Chuva intensa; Chuvas fortes; El Nino; Fenômeno climático El Niño; Frente fria; Influência da ZCAS; Maré alta.	Água com esgoto; Alto índice pluviométrico; Chuva acima da média; Chuva; Chuva acumulada; Chuva forte; Clima; Combinação de chuva forte mais maré alta; Elevação do Rio Jucu; Enxurradas; Fenômeno climático El Niño; Fenômenos meteorológicos Forte massa de ar quente e frente fria Influência da ZCAS; Influência das marés; Maré alta; Nível da chuva acima da capacidade; Planície de alagamento; Vegetação de restinga que foi retirada do bairro Itapuã.
Problema Estrutural	
A Gazeta	A Tribuna
13 edificações e 9 encostas correndo risco de deslizamentos; 14 bairros alagados; Água de valão do canal Guaranhus que traz lixo; Alagamentos; Ausência de canalização; Ausência de dragagem; Ausência de vazão do Dique Jucu que fica no Canal de Guaranhus; Bueiros entupidos e lixo jogado nos canais atrapalham a vazão da água; Buracos; Cheia do Rio Jucu; Desabamento de muro, no bairro Alecrim; Deslizamentos; Desmoronamento de terra; Destruição da ladeira do Convento; Dificuldade de escoamento da maré; Enchente; Erro ao fazer a macrodrenagem sem o Plano Diretor; Estacionamento do Shopping Praia da Costa alagado; Ladeira do convento destruída por entulho, lama e paralelepípedos; Muro de creche caído; Obra mal acabada por causa das intervenções do Programa Águas Limpa, em Itapoã; Obras de drenagem do Canal da Costa;	Alagamentos; Bairros formados de maneira desordenada em áreas antes alagadas ou a margem de rios e valões Buracos na avenida; Buracos escondidos por alagamentos; Caminhonete no valão; Canais entupidos por lixo e terra; Cobertura do valão não tem eficácia; Congestionamento; Construção em barrancos e beira de rios; Construções abaixo do nível do mar; Crescimento desordenado das cidades, cada vez mais próximo dos canais, da rede pluvial junto e da rede de esgoto; Deslizamentos; Enchente; Elevação do Rio Jucu; Falta de drenagem dos canais e rios nos bairros Cobilândia e Itapuã; Falta de escoamento das águas pluviais; Falta de obra de drenagem; Falta de planejamento das cidades; Inundação ocorrida na década de 1960; Muro desaba em cima de caminhão; Obras de drenagem do Canal da Costa Obras nas ruas; Ocupações irregulares no Canal Rio Marinho; Paralelepípedos das ladeiras do Convento da Penha arrancados pela força da chuva; Queda de muro no bairro Alecrim;

Obras de drenagem insuficientes; Obras de drenagem paradas no bairro Praia da Costa; Obras elevam o entupimento dos bueiros; Retirada dos canos, pela prefeitura, que a escoar água da chuva para o valão no bairro Itapuã; Rios assoreados; Ruas alagadas; Terminal de Vila Velha alagado; Transbordamento do canal Bigossi; Transbordamento do Rio Marinho; Vala aberta; Valão; Vias alagadas e interditadas.	Risco de deslizamento de terra; Ruas interditadas pelo transbordamento do valão (Canal da Costa); Solo encharcado; Soterramento e desabamento de casa Terminal alagado; Transbordamento do Canal Bigossi e Canal da Costa; Transbordamento e risco do rompimento do Dique de Guaranhuns Valão; Vila Velha recortada por canais. Terminal de Vila Velha alagado.
Problema Social A Gazeta A Tribuna	
122 pessoas desabrigadas e desalojadas; 14 famílias desabrigadas precisaram ir para o abrigo na igreja evangélica no bairro São Torquato; 15 funcionários resgatados do hospital no bairro Cobilândia; 15 mil desalojados; 200 pessoas tiveram que abandonar as casas; 21 famílias desalojadas; 22 famílias sem casas; 27 locais em situação crítica de alagamento; 348 desabrigados; 38 crianças entre as 85 pessoas deram entrada no abrigo oferecido pela prefeitura; 74 desapropriações imobiliárias por conta da obra do Canal Bigossi; Atendimento médico cancelado; Atendimento médico em hospitais reduzido; Atendimento reduzido nas Unidades de saúde nos bairros São Torquato e Jardim Marilândia; Aulas suspensas; Casas comerciais lotadas pelas águas; Culto na igreja impedido pelo alagamento; Desabrigados; Descuido da população que joga lixo nas áreas de drenagem; Doenças como cólera, dengue, leptospirose, diarreia, febre tifóide, hepatite A; Falta de atendimento médico hospitalar nos bairros São Torquato e Jardim Marilândia; Falta de energia;	100 pessoas resgatadas nos bairros Pontal das Garças e Guaranhuns; 119 desalojados; 12 mil afetados; 15 mil desalojados; 151 pessoas desalojadas; 20 linhas de ônibus tiveram seus trajetos alterados; 30 mil casas danificadas; 300 pessoas em abrigo na escola no bairro Parque das Gaivotas; 40 mil abrigados em casas de amigos e vizinhos; 40 veículos em regiões alagadas; 753 ocorrências de alagamento e deslizamento de terra; 884 desabrigados; Água contaminada nas casas e comércio; Alagamentos e infiltrações nas unidades municipais de educação infantil; Árvore caiu sobre caminhão; Atraso nas linhas de ônibus do sistema Transcol; Aulas suspensas nas creches; Barco improvisado pelos moradores Bloqueio do trânsito por moradores em protesto; Caixa d' água improvisada como meio de transporte; Carros alagados e abandonados; Carros caídos no valão; Carros parados nos alagamentos; Casa com cheiro de esgoto; Casas alagadas e moradores abandonando as casas; Casas desmoronadas e condenadas pela defesa civil; Comércio fechado; Congestionamento na Av Carlos Lindenberg; Contaminação por doenças como a Hepatite,

Falta de planejamento urbano; Hospital da mulher e pronto atendimento no bairro Cobilândia fechados; Improviso de bombas para retirar água do quintal de moradores; Lixo descartado de forma irregular pela população; Manifestantes na Rodovia Carlos Lindenberg ocupando vias; Missa no convento da Penha suspensa; Motoristas ilhados na descida da 3ª Ponte; Número reduzido de funcionários nos Postos de Saúde; Pessoas levadas para o abrigo em escolas; Prejuízos aos comerciantes; Pronto Atendimento suspenso, unidade de saúde ilhada, hospital alagado; Protesto de moradores na região de Guaranhus; Recém nascidos resgatados em um caminhão da maternidade no bairro Cobilândia; Resgate de mulher grávida no bairro Rio Marinho; Residências invadidas por água e lama; Transito caótico no terminal de Vila Velha tomado pela água; Verba mal utilizada: 35 milhões, sendo 12 milhões do ex-prefeito Max Filho [2005-2008] e 23 milhões de ex-prefeito Neucimar Fraga [2009-2012]	leptospirose e cólera; Convencer as famílias a deixar as áreas de risco; Dificuldade para sair dos bairros e acesso as ruas; Escola sem aula e reservada para desabrigados; Falta de iniciativa para prevenir os efeitos das chuvas; Famílias recusam sair das casas do bairro alagado por conta de saques; Funcionários passaram a noite no hospital de Cobilândia; Grávidas em trabalho de parto socorridas na maternidade do Cobilândia; Motoristas na 3ª Ponte parados; Mudança no horário das 24 linhas de ônibus; Ônibus (sem vítimas) caído no valão de Aribiri; Paciente em tratamento de câncer com dificuldade para embarcar para o Uruguai; Pedestre buscando abrigo nas árvores para se proteger dos alagamentos; Perigo para motociclistas e ciclistas; Praia imprópria para banho; Prejuízo no comércio; Protesto de moradores por causa dos alagamentos na Rodovia do Sol; Resgate de 10 famílias no bairro Pontal das Garças; Resgate de bebês da maternidade do bairro Cobilândia; Rios alagados que dão acesso aos bairros; Terminal de São Torquato lotado de passageiros; Unidade de ensino fundamental fechada; Vestibular suspenso das faculdades; Viagem de trem suspensa entre os municípios da Grande Vitória e Governador Valadares e vôos cancelados.
---	---

Fonte: Elaborado pela autora

Esses problemas presentes no Quadro 4 estão ligados a diferentes dinâmicas, como aquelas relacionadas a fenômenos climáticos e também às estruturas urbanas, tais como estações de bombeamento, obras de canalização, desassoreamento dos corpos hídricos, etc. Além disso, há também as questões sociais envolvidas nessas problematizações, que vão do cuidado aos desabrigados até os fatores econômicos do desastre. Nesses três problemas apresentados no Quadro 4 encontra-se em jogo o viés econômico na medida em que são necessários investimentos de alguma monta. Tais investimentos podem, inclusive, comprometer a efetividade das ações empreendidas pelo Estado com vistas a solucionar o problema das inundações, se eles forem insuficientes ou ausentes. No caso de A Gazeta, por exemplo, o

problema estrutural aparece predominantemente o que leva a crer que haja uma ausência ou insuficiência de investimentos do poder público em concluir obras na cidade, tais como canalização, dragagem, transbordamento de canal e de valão. Ou seja, o que está sendo revelado pelo Quadro 4 é o elo entre a esfera econômica e a esfera política com relação aos investimentos.

Por outro lado, visualiza-se, no Jornal A Tribuna, um elenco maior de problemas de caráter social podendo estar revelando um interesse maior deste veículo em mostrar para o leitor um viés social, sobretudo do ponto de vista dos entrevistados, do jornalista ou do redator do jornal podendo vir a contribuir para a conscientização dos cidadãos para a questão do risco de desastres. Essa contribuição dentro do debate sobre a redução do risco de desastres é um dos pontos centrais, podendo chamar o leitor para se sentir parte da problemática socioambiental, dando-lhes, por outro lado, a possibilidade de se ver como uma das chaves para a proposição de ações mitigadoras e transformadoras da insustentabilidade urbana (DA-SILVA-ROSA *et al.*, 2015).

Também a degradação ambiental pode ser considerada uma problemática mediante uma utilização desenfreada dos recursos, da produção de dejetos e poluição dos espaços bem como os problemas sociais decorrentes da desigualdade promovida dentro do próprio poder público vigente. Diante deste contexto, espera-se uma compreensão por parte do ator estatal sobre os desastres, em especial, nos diálogos com os diferentes atores envolvidos nas discussões socioambientais.

Valencio e Valencio (2017, p 167) nos ensinam que “[...] há uma pluralidade de compreensões sobre o que seja um desastre e a busca de consenso tem obtido resultados infrutíferos”. No entanto, os autores citam a visão de diversos pesquisadores para mostrar que há algumas convergências interpretativas e complementaridades interessantes no debate em torno da definição do que seja um desastre:

[...] tratar-se-ia de ocorrências trágicas que se desenrolariam num tempo social (Sorokin, 1942); um estresse coletivo relacionado a rupturas súbitas, múltiplas e concentradas na dinâmica da vida social de um dado grupo (Fritz, 1961); seria um tipo de evento crítico (Das, 1995); uma ocasião súbita, na qual uma séria ruptura de rotinas coletivas e perdas significativas levariam a uma inesperada mudança das histórias de vida (Quarantelli, 2005). Diria respeito, ainda, a uma circunstância de experimentação coletiva, súbita e involuntária de danos e prejuízos multidimensionais, os

quais inviabilizariam aos sujeitos afetados terem as devidas condições de manter minimamente as suas rotinas da vida cotidiana (Valencio, 2014), caracterizando-se como um tipo de episódio em que há uma 'quebra do acontecer' (Gaitán, Lozano, & Piñuel, 2013). (VALENCIO; VALENCIO, 2017, p. 167).

O debate dos autores acima leva a compreensão do tipo de desastre e como ele pode convergir, certo modo para as diferentes formas com as quais os dois jornais ou expuseram as possibilidades de solução para o conjunto de problemas descritos no Quadro 4. Tomamos alternativas ambiental, estrutural e social como categorias e as incluímos no Quadro 5 em soluções estruturais e no Quadro 6 soluções não estruturais, entendendo por “estrutura” o arcabouço urbanístico cuja função é oferecer os parâmetros para a dinâmica nos sistemas das cidades. Essa utilização da ideia de soluções estruturais e não estruturais se remete ao uso que Mendonça (2013) faz dos dois termos. A primeira solução diz respeito, entre outros aspectos, aos investimentos o que remete a uma relação ao custo/benefício para tenta mitigar os impactos dos desastres com intervenções diretas na cidade, por exemplo, com as obras de infraestrutura urbana. Este tipo de solução vai, de alguma forma, demandar uma cooperação com outros atores ou atores estatais da esfera federal ou de atores econômicos. A segunda solução, o referido autor destaca as ações socioeducativas em Educação Ambiental para mitigar o problema.

Dessa forma, quando os jornais falam de opções estruturais para a resolução de problemas relacionados a alagamentos, estão se referindo na capacidade técnica do conhecimento da engenharia, do urbanismo e das geociências em geral em prover ferramentas para intervenções localizadas no aparato urbano com vistas à resolução e estabilização de problemas bem delimitados. Quanto às opções não estruturais, elas se referem as atividades que não envolvem o manejo direto do território da cidade e nem de estrutura urbana, voltando-se mais para ações dirigidas, de diferentes formas, aos atores sociais envolvidos na arena da redução de riscos de desastres.

Para Valencio e Valencio (2017), os desastres podem ser considerados como um tipo de crise, ou seja, como um contexto do qual deriva e no qual emerge um somatório de crises. Assim, eles:

[...] corresponderiam às incapacidades/limitações/dificuldades sociais – de caráter cultural, econômico, político e afins – dos sujeitos envolvidos em lidar com certos fatores de ameaça. Disso resultariam graves rupturas nas

rotinas sociais, as quais passariam a exigir práticas de reparações urgentes para mitigar os danos decorrentes (VALENCIO; VALENCIO, 2017, p. 167).

Os autores afirmam que, ao analisar a realidade latino-americana, percebem-se vários conflitos sociais, de caráter estrutural, que favorecem tanto a proliferação quanto a duração alargada de ocorrências de desastres. Além disso, ainda conforme Valencio e Valencio (2017, p. 168) diversos grupos sociais que vivem sob condições habitacionais e de trabalho precárias e insalubres, radicados em áreas com infraestrutura urbana e rural suscetível, “[...] estão imersos em um processo histórico de vulnerabilização e, portanto, mais predispostos a sofrer as graves consequências de inundações e deslizamentos de terra.”

Quadro 5 – Soluções estruturais apresentadas pelos atores sociais e estatais por jornal.

A Gazeta Solução estrutural	A Tribuna Solução estrutural
11 bombas de funcionamento no Dique do Rio Jucu; Adoção de sistema de elevatórias com bombas de alta capacidade no Rio Jucu; Ampliação de ciclovias; Ampliação dos hospitais para desafogar os prontos atendimentos; Ao lado da ponte Madalena abertura de 30m para que a água do rio Jucu tenha escoamento; Asfaltamento de 100 Km no ano 2013 Bombas no Rio Jucu; Canal de Guaranhus (obras de canalização); Canal do rio do Congo e Canal da Costa (estações de bombeamento); Canal na Rodovia do Sol para escoar a água; Cinco bombas para Vila Velha (só o governo federal pode comprar); Colocação de bombas no Dique Jucu; Construção de comportas e caixas-ralo; Construir moradias para famílias que vivem em região de risco; Desassoreamento dos corpos hídricos; Desentupimento de bueiros na cidade; Desobstrução da passagem de água; Draga para desassorear a Foz do Rio Jucu; Dragagem de 23 canais e intervenções nos leitos; Dragas para desassoreamento; Drenagem do Canal da Costa; Escavamento de valas na Reserva de Jacarenema e em propriedades	14 Km de canais drenados; 22 manilhas novas na rede pluvial nos bairros Ibes, Santa Mônica, Guaranhuns e Araçás; Abertura das comportas de Marilândia; Abertura de canal na Rodovia do Sol para escoar a água do rio Jucu; Abrir escoamento do Rio Jucu com instalação de tubo de ferro 90 cm debaixo da rodovia do Sol; Alargamento da Avenida Cristóvão Colombo; Avaliação da instalação de novas bombas d' água no bairro Pontal das Garças; Bombas de 1.000 m cúbicos por hora de água no bairro Guaranhuns; Bombas maiores para escoamento de água; Canais de escoamento no Canal da Costa; Canal construído na foz do Rio Jucu foi coberto já que o resultado não foi o desejado; Canal Guaranhuns: dragagem, construção de estação de bombeamento com comportas entre o canal e o Rio Jucu; Canalização do Rio do Congo e Rio do Congo; Cobilândia: construir uma elevatória para bombear a água da chuva no bairro; Construção da galeria na Avenida Carlos Lindenberg; Construção de 240 casas populares para moradores afetados pelas chuvas; Construção de comportas e sistemas de bombeamento de água da chuva; Construção de comportas no encontro dos canais com a maré; Construção de estação de bombeamento; Construção de galerias (bairros Terra vermelha e Barra do Jucu); Construção de grandes reservatórios e redes

privadas para escoar a água do Rio Jucu; Escoamento do dique do canal de Guaranhuns; Estação de bombeamento com comportas inteligentes (alta potência); Estações de bombeamento no canal da Costa; Galeria do sistema binário 80 metros até a Avenida Cristóvão Colombo; Implantação de um modelo de estação de bombeamento no canal de Guaranhuns; Intervenções na Rodovia Darly Santos; Investir em micro e macrodrenagem; Ligação artificial entre o Rio Jucu e o mar; Micro e macrodrenagem; Novo Canal ligando a planície da região de Guaranhus, nas proximidades do bairro Pontal das Garças até Rio Marinho; Obras de macrodrenagem; Obras no Canal Bigossi (ligando a 3 ponte a Avenida Carlos Lindenberg); Obras no Canal Boa Vista; Passagem subterrânea pela Rodovia do Sol, para escoar a água do Canal Guaranhuns; Reconstrução de estradas; Recuperação das estruturas da cidade; Rio Aribiri (estação de bombeamento); Ruas recapeadas; Tentativa de ligar Rio Jucu com o mar; Trabalho de reconstrução de pontes, casas e estradas; Tubulação ligando o Canal de Guaranhus passando por debaixo da Rodovia do Sol; Vala canalizada e cobertura do canal Bigossi.	de drenagem; Criação de comportas e elevatórias para bombear a água; Desassoreamento de rios e dos canais da Costa e do Rio Jucu; Desobstrução do Canal da Costa; Dragagem canal Guaranhus; Dragagem e pavimentação do Rio Jucu; Dragagem de 23 canais no município; Drenagem do Canal do Congo e do Canal do Congo e Guaranhuns; Drenagem e pavimentação de 118 ruas; Drenagem nos bairros Pontal das Garças, Parque das Gaivotas e Jardim Guaranhuns; Estação de bombeamento no Canal de Guaranhuns; Galeria na Rodovia Carlos Lindenberg; Galeria pré-moldada no Canal de Marilândia; Galerias em Alvorada e Coqueiral de Itaparica; Instalação de 10 bombas hidráulicas; Instalar bombas maiores para ajudar no escoamento da água de chuva do Rio Jucu; Investimento de 50 milhões em obras no município; Ligação de canais e galerias; Ligação dos canais Cobilândia e Rio Marinho; Macrodrenagem da Bacia do Rio Aribiri; Melhoria das redes pluviais; Novas bombas d' água no bairro Pontal das Garças; Obras de dragagem e pavimentação a margem do Rio Jucu; Obras de drenagem e macrodrenagem na Bacia do Rio do Congo que vão contemplar 50 mil moradores da RGTV; Obras na galeria no bairro Ilha dos Aires e nas sub-bacias do bairro Jaburuna; Obras que integram o canal Rio Marinho; Passagem alargada da Ponte da Madalena para passagem do rio; Pavimentação e dragagem no bairro Ponta da Fruta; Piscinões para represar a água de chuva e liberar para rede de drenagem; Previsão de 600 milhões para obras do Plano de Aceleração do crescimento - PAC 2; Reativação das comportas dos bairros Cobilândia e Jardim Marilândia; Recuperação da estrada de acesso ao Convento da Penha; Retirada do obstáculo no Canal Marilândia; Rio Marinho e Rio Jucu mais profundos para dar vazão às águas; Sistema de drenagem: troca de manilhas menores por maiores.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora

(conclusão)

As discussões em torno da categoria “solução estrutural” apresentada no Quadro 5 em linhas gerais mostra o arranjo vigente dos atores para o plano estrutural dos alagamentos em Vila Velha. Conforme Valencio e Valencio (2017, p. 168) os meios de comunicação podem ser hegemônicos, pois:

[...] produzem e difundem informação ao largo da possibilidade de contribuição científica e se mantêm focados na imprevisibilidade das forças da natureza ou em dramas individuais interpretados de um modo estereotipado. É como se o processo social implicado inexistisse. Isso não se deve às deficiências de formação jornalística.

Esses pesquisadores citam a questão da formação jornalística para a abordagem do problema dos desastres, de um modo geral, mostrando que os meios de comunicação destacam as “forças da natureza” e sua imprevisibilidade, como se não houvesse um processo social envolvido, se posicionando longe dos conhecimentos científicos.

No entanto, ao analisar as matérias dos jornais pesquisados, percebe-se que os veículos apresentam sugestões de soluções estruturais para os desastres, não se restringindo aos problemas da natureza, o que não implicaria, contudo, que eles estejam próximos dos posicionamentos científicos.

Uma característica das intervenções estruturais apresentada por Mendonça (2013) é a ênfase dada à execução de obras de engenharia na maioria das vezes com investimentos assumidos pelos atores: estatal e municipal numa parceria com outros atores. Em alguns casos, a verba provém das outras esferas estatais, envolvendo a contratação de empresas privadas para executá-las, visto que, o Estado neoliberal não tem tantas condições de fazer a obra em si. No caso das empresas privadas que assumem projetos públicos, significa pensar nos aparatos legais permitindo as parcerias entre os diferentes níveis da esfera pública, e entre esta e a esfera privada. A citação da solução estrutural é mais recorrente (Quadro 5) para A Tribuna, porém enquanto , para A Gazeta, são os problemas estruturais (Quadro 4) que são mais citados em torno dos problemas hídricos pelos quais vivencia o município de Vila Velha. Dentre as ações destacam-se as obras de macrodrenagem que estão associadas ao elevado custo e investimento no plano estrutural por patê do ator estatal, por exemplo.

Nas obras estruturais, estão os canais construídos em Vila Velha e as três Estações de Bombeamento Pluvias - EBPs, sendo a primeira estação localizada no bairro Guaranhuns, a segunda no Canal da Costa, e a terceira no Sítio Batalha ambas no bairro Praia da Costa. A solução para o problema dos alagamentos pode estar relacionada a ações como o desassoreamento, desobstrução, escoamento mais rápido fundamentadas na capacidade técnica da engenharia e das estratégias eficazes do município. No entanto, isso esbarra em outras questões. Uma delas muito séria é o modo pelo qual a população faz o descarte do lixo quando o sistema de recolhimento municipal não é eficiente como é o caso na cidade. Uma segunda questão que se levanta é o uso feito das margens dos rios das bacias de Vila Velha pela população sem a devida intervenção estatal para regularizá-las. E uma terceira, se relaciona ao escoamento das águas pluviais e a grande impermeabilização do solo por conta da pavimentação das ruas da cidade.

Um desses pontos é levantado pelo Jornal A Tribuna. É o caso das construções de canais, principalmente, em Cobilândia com a elevatória para bombear a água da chuva. Além disso, o jornal cita a construção de comportas inteligentes, bombas para escoar, redes de drenagem, novas galerias para facilitar o escoamento. Outras ações se destacam, no entanto, elas vão esbarrar ainda na questão do elevado custo, tal como cita esse jornal com relação ao município, o qual precisaria da instalação de mais 10 bombas de alta potência para dar vazão às águas das chuvas além das três EBPs já instaladas em Vila Velha e outras diversas obras relacionadas ao plano de macrodrenagem. Quando se trata de solução estrutural, novas medidas por meio de obras ainda são citadas pela prefeitura quando entrevistada, tais como: alargamento da Avenida, mobilidade próximo aos Terminais de Vila Velha e de São Torquato que ficam alagados em período de chuva acumulada.

As observações ou colocações deste último jornal evidenciam, assim, uma deficiência de ações estruturais necessárias para a redução de desastres em Vila Velha. Diante desse cenário, emergem das reportagens uma série de ações de caráter não estrutural (ver Quadro 6) como modo de avançar em ações preventivas, tanto de mitigação como de adaptação as situações envolvendo possíveis futuros desastres. Dentre elas, Mendonça (2013) cita as atividades socioeducativas para a redução de desastres associados. Nesse sentido, é uma atividade que além de tentar transmitir conceitos ou orientações técnicas à população bem como de

comunicar dados ou informações, ela vai na direção de contribuir para o diálogo de diferentes atores na medida em que pode ser algo envolvendo setores municipais e estaduais tais como a Defesa Civil, a Educação, o Desenvolvimento Urbano entre vários outros.

Vejamos alguns componentes desta categoria apresentados pelo jornal A Gazeta. A esse respeito, o ator cita exemplos que visem ações de planejamento e conscientização da população. O instrumento desse processo diz respeito a educação ambiental, trabalhando com a ideia de conscientização sobre as situações de risco nas quais muitas comunidades vivem. De caráter mais assistencialista, podemos destacar: o papel emergencial que escolas e igrejas tem para funcionar como abrigo temporário e a doação de donativos para os moradores mais afetados, essa ação que precisa ser bastante organizada para que os donativos cheguem realmente a quem mais necessita. Vale resaltar a citação feita a uma política de preservação ambiental, podendo envolver ações municipais tais como um Novo Plano Diretor Urbano Sustentável, a reorganização das bacias do rio Formate, do Jucu e do Marinho, além do replanejamento para os Canais da Costa e Guaranhuns e Aribiri sem deixar de mencionara limpeza pública tanto de ruas como de canais. Nesse ponto vale atentar para a ausência de menção a um plano de contingência para a redução de risco de desastre - ou seria o seu desconhecimento por parte da mídia ou daqueles que são acionados como técnicos dos jornalistas. Uma segunda característica são as medidas emergenciais como o “Comitê Anticrise” ou “Comitê Intersetorial”, esse item deveria constar em um plano de contingência, mas pode ser ainda algo a ser constituído para funcionar ao lado da autoridade máxima municipal. A liberação do FGTS depende de algumas condições²⁹ que, em caso de desastre, envolve a decretação de estado de emergência (como citado no Quadro 6) ou de calamidade pública.

²⁹https://www.caixa.gov.br/downloads/fgts-informacoes-diversas/Condicoes_Saque_FGTS.PDF

Quadro 6 – Soluções não estruturais apresentadas nas reportagens estudadas

A Gazeta Solução não estrutural	A Tribuna Solução não estrutural
Abrigo igreja evangélica no bairro São Torquato e na escola no bairro Parque das Gaivotas; Aeronave da polícia federal para atender os municípios; Ajuda do exército para recolher os desabrigados; Distribuição de alimentos pela Rede Gazeta e Notícia Agora; Atendimento em prontos atendimentos (PAs) para pacientes com leptospirose; Bombeiros recebem doações em dinheiro na sede, para socorro às vítimas das chuvas; Cartão desastre para as famílias; Cartão do governo federal para auxiliar as cidades que decretaram emergência ou calamidade; Limpeza de 45 km de canais abertos; Comitê anticrise criado pelo estado e instalado no Ginásio Tartarugão (Corpo de Bombeiros, Guarda municipal, Polícia militar e Defesa Civil); Comunicado da defesa civil e corpo de bombeiros para os moradores deixarem as casas; Corrente de solidariedade; Decreto situação de emergência na cidade; Desentupimento de bueiros e caixas-ralo pela prefeitura; Distribuição de donativos e alimentos; Doações e trabalhos voluntários; Educação ambiental; Ajuda do governo federal em forma de remédios, material de limpeza, como mesa e banho; Envio de suprimento e transporte aos enfermos; Estudos ambientais técnicos na região de Jacarenema; Evitar que construções invadem os rios e suas proximidades; Fechar as comportas do Rio Jucu para evitar que Vila Velha inunde; Financiamento do Banestes e do Bandes com 0,9% ao mês de juros; Força-tarefa (polícia militar e exército) para ajudar vítimas das fortes chuvas; Kit contendo colchão, travesseiro, roupas de cama, vestuário e produtos de higiene pessoal e alimentos para os abrigos;	100 pessoas levadas para o abrigo na escola no bairro Parque das Gaivotas; 3 comportas do Dique Guaranhus abertas para escoar a água para o Rio Jucu; 4 projetos entregues ao governo federal para diminuir as enchentes; Abertura das comportas do bairro Jardim Marilândia; Abrigo na escola do bairro Cobilândia e na escola do bairro Parque das Gaivotas; Ação voluntária para arrecadar alimentos; Ajuda de militares para levar cestas básicas; Ampliação do canal de Guaranhus; Ampliar cota de investimentos do programa “Minha casa minha vida”; Atuação de militares na região 5 (bairros: 23 Maio, Barramares e Terra Vermelha); Auxílio às vítimas da enchente; Aviso de alerta meteorológico; Bacias de retenção residencial³²; Barco utilizado para resgate de 15 funcionários da maternidade do bairro Cobilândia; Barreiras em lojas para impedir a passagem da água; Caminhão do exército junto com a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros no resgate de pessoas; Comitê Intersetorial criado pelo Estado e instalado no Ginásio Tartarugão; Concentração de militares nos bairros de Cobilândia e Rio Marinho (120 ao todo); Criar calçadas ecológicas; Cuidar melhor da ocupação do solo; Decreto de emergência; Deixar as residências em casos de rachaduras, portas e janelas empenadas, podem indicar risco de desabamento; Depositar lixo nas áreas apropriadas; Disk Ceturb para divulgar o itinerário dos ônibus; Doações de água, alimentos e roupas no Ginásio do Tartarugão; Educação ambiental; Elaborar planejamento estratégico e executar algumas medidas emergenciais; Empréstimos para vítimas das chuvas; Evitar contato com a água poluída; Fiscalização nas construções (leis mais rigorosas); Guincho para recuperar os móveis de moradores; Implementação da infraestrutura turística para os bairros de Ponta da Fruta e Nova Ponta da Fruta;

³² Bacias de retenção residencial são como reservatórios e servem para armazenar a água da chuva em tanques, podendo ser de modo interno e externo, segundo o especialista.

Kits (higiene, cobertores, e água para desalojados e desabrigados); Legislação para construções em áreas de risco; Legislação para frear as construções em áreas com riscos de alagamentos; Liberação de dinheiro do FGTS; Limpeza das redes dos 45 km de canais; das ruas e bueiros; Limpeza de redes dos canais para facilitar a drenagem das águas; Linha de crédito para moradores e comerciantes de áreas prejudicadas Linhas de financiamento Banestes, Banco do Brasil e CEF; Mantimentos para as pessoas isoladas; Mapeamento de pontos de alagamentos; Mecanismo de alerta do governo federal como pluviômetros, radares, mapeamento de risco das cidades com histórico de inundação, desabamento e desmoronamento; Medicamentos com 10 kits para a população nos postos de saúde³⁰; Mutirão de limpeza pela prefeitura; Natal em abrigos feitos por voluntários; Natal Solidário com doações as vítimas de chuvas; Novo Plano Diretor de Drenagem Urbana apresentado pelo prefeito Neucimar Fraga; Novo Plano Diretor de Drenagem Urbana Sustentável; Pagamento às famílias pelas desapropriações; Parceria com a Defesa Civil e Exército; Perdão das multas em caso de perda de documentos em município com Decreto de estado de emergência ou calamidade pública; Pedido do governador do ES de doações em dinheiro em favor das vítimas das chuvas, em contas correntes criado pelo estado no Banestes, Banco do Brasil, CEF; Plano de ação: Planejamento estratégico; Preservação ambiental; Projeto da prefeitura para reorganizar a bacia dos Rios Formate, Jucu e Marinho e dos canais de Guaranhus; Projeto de moradias para as famílias que vivem em área de risco³¹;	Legislação mais rigorosa para que as pessoas não construam em áreas de riscos de alagamentos como nos bairros de Pontal das Garças e Guaranhus; Liberação de empréstimos e parcelamento de impostos para quem sofreu perdas; Liberação do FGTS; Limpeza do leito do Rio Jucu; Limpeza dos canais (bairros: Ilha dos Bentos, Aribiri e Guaranhus) Limpeza permanente das calhas principais dos rios; Linhas de financiamento com baixas taxas de juros para reconstrução de imóveis; Lixo em locais apropriados; Manter o efetivo do corpo de bombeiros disponível para socorro as vítimas das chuvas; Manter o sistema de bombeamento pluvial constante; Manter os níveis dos canais baixos para que o dique possa encher sem alagamentos; Melhorar a ocupação do solo e o reordenamento urbano; Número de telefone disponibilizado para acionar a defesa civil; Parcelamento de impostos; Parcelamento do ICMS relativo ao mês de dezembro para os comerciantes prejudicados; Pessoas que aceitaram sair de casa foram encaminhadas para casa de parentes ou abrigos da prefeitura; Planejamento estratégico de atuação para definir metas e coordenar os trabalhos de acompanhamento, salvamento e atendimento aos afetados pela chuva; Planejamento rigoroso para o desenvolvimento sustentável; Plano de manutenção para áreas alagadas; Plano Diretor Municipal para estipular as regras de fiscalização; Programas de educação ambiental com orientações e informações sobre o lixo e ocupação das margens dos rios; Projeto de dragagem do canal da Costa e de Guaranhus; Projeto para as áreas de mobilidade urbana; Recebimento de doações na secretaria de Assistência Social da PMVV ou no abrigo da escola municipal no bairro Parque das Gaivotas; Recolher e reduzir a quantidade de lixo na cidade. Resgate de 10 famílias pela Defesa Civil e Exército; Resgate de moradores em ação da Defesa Civil,
---	--

³⁰ Os kits doados pelo Ministério da Saúde e SUS, segundo A Gazeta (2013) têm a capacidade de atender cerca de 500 pessoas por um período de 3 meses. São remédios como antibióticos, antiinflamatórios e antitérmicos e insumos estratégicos, como sais para a reidratação, ataduras, catéter, compressa de gaze, seringas, luvas, máscaras entre outros itens.

Projeto “Calçada legal” para revitalizar ruas e melhorar a mobilidade urbana dos bairros Paul e São Toquarto; Projetos no rio do Congo, Canal da Costa, Canal de Guaranhuns, Rio Aribiri; Prorrogação de ICMS; Reativação da comporta do Rio Marinho; Rede Solidária para doação de alimentos; Reorganizar a bacia dos rios Formate Jucu e Marinho e dos canais da Costa e Guaranhuns; Revitalização da Praça do bairro Rio Marinho.	Corpo de Bombeiros, Marinha e Guarda Municipal; Resgate de pessoas de áreas alagados pelo Corpo de Bombeiros; Retirada das famílias dos locais inadequados e levadas para o abrigo; Revitalização do Canal Aribiri; Rios monitorados para evitar a cheia; Serviço preventivo de drenagem nos rios Marinha e Aribiri; Ter mais espaço na cidade com terra e grama, não só asfalto; Trabalho da guarda municipal na organização e sinalização do trânsito; Transferência do gabinete Max Filho [PDT/2005-2008] para a Praça do bairro Vale Encantado junto com a sede da Defesa Civil; Trator e caiaques usados como meios de transportes nos bairros inundados; Urbanização do Canal de Guaranhuns.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora

(conclusão)

Na categoria da solução não-estrutural, o jornal A Tribuna encadeia com alguns componentes já integrados no jornal A Gazeta. No entanto, outros podem ser apresentadas pelo primeiro ator. Cita, assim, a implantação de calçadas ecológicas³³, especialmente quando torna claro que há importância de um planejamento para o desenvolvimento sustentável, o que incluiria tópicos como a melhoria no processo de ocupação do uso do solo urbano e de desenvolvimento sustentável. Nessa direção, há a necessidade de um planejamento urbano envolvendo diretamente ações de prevenção de risco de desastres bem como de tópicos mais tradicionais como a limpeza de galerias, descarte de lixo em locais apropriados.

No jornal A Tribuna, a menção ao programa de educação ambiental diz respeito às orientações e informações sobre o lixo e a ocupação das margens dos rios. Esse programa pode contribuir para que os moradores potencialmente afetados, de certa forma, sejam incentivados a participar da mitigação do problema com o

³¹ Seria uma das ações para o futuro, em conjunto com os municípios, segundo o Secretario de Assistência Social do Estado. O mesmo disse a possibilidade de analisar o Programa “Nossa Casa” [<https://sedurb.es.gov.br/programa-nossa-casa>] que já tem sido oferecido para muitas famílias.

³³ As calçadas ecológicas (ver Quadro 6) são calçadas revestidas com materiais permeáveis que permitam a passagem da água para o solo.

planejamento rigoroso para o desenvolvimento sustentável; e efetivar ações públicas às famílias que residem em áreas inadequadas. Nesse sentido, tal como sugere Mendonça (2013), a atividade socioeducativa pode promover uma conscientização principalmente daqueles que moram em áreas de risco além de, como citado antes, o envolvimento de diversos atores na temática dos desastres, com uma gestão conjunta para a redução dos riscos em áreas vulneráveis.

Quadro 7 – Problemas dos bairros de Vila Velha destacados nas reportagens por jornal estudado

Região Administrativa1 (bairros e problemas) A Gazeta	Região Administrativa1 (bairros e problemas) A Tribuna
Centro de Vila Velha (transbordamento Canal Bigossi e buracos); Coqueiral de Itaparica (unidade de saúde fechada); Cristóvão Colombo (avenidas estreitas); Divino Espírito Santo (transbordamento Canal Bigossi, buracos e lixo nas ruas); Itapuã (sujeira nas ruas, bueiros, transbordamento do Canal Bigossi e buracos); Jaburuna (lixo nas ruas, deslizamentos de terras e inundações); Jockey de Itaparica (valão, buracos nas ruas, alagamentos, risco de enchentes/ abrigo na escola); Olaria (deslizamento de terras e inundações); Praia da Costa (transbordamento Canal Bigossi, buracos, trânsito congestionado e drenagem); Prainha (deslizamentos de pedra, e enxurradas, entulho, lixo, paralelepípedos da estrada do convento arrastados); Prainha da Glória (risco alto de deslizamentos de terras e inundações).	Centro de VV (buracos, alagamentos); Coqueiral de Itaparica (construção de comportas, inundações); Cristóvão Colombo (alargamentos nas vias); Divino Espírito Santo (alagamentos); Gloria (alagamentos); Itapuã (alagamentos); Jockey de Itaparica (alagamentos); Parque das Gaivotas (buracos, alagamentos e risco de contaminação por doenças); Praia da Costa (alagamentos, sujeira dos canais e das calhas dos principais rios) Prainha (deslizamentos); Soteco (alagamentos)
Região Administrativa 2 (bairros e problemas) A Gazeta	Região Administrativa 2 (bairros e problemas) A Tribuna
Ibes (buracos nas ruas); Jardim Colorado (alagamentos); Jardim Guaranhuns (alagamentos); Pontal das Graças (valão, buracos nas ruas, alagamentos, enchentes, mais bombas pluviais. Abrigos adequados para os desalojados e os desabrigados); Santa Inês (alagamentos); Santa Monica (alagamentos).	Araças (alagamentos); Darly Santos (vias alagadas); Garanhuns (buracos nas ruas, alagamentos, falta de dragagem nos canais e risco de contaminação por doenças); Ibes (falta de limpeza no canal Aribiri e troca de manilhas); Ilha dos Bentos (sujeira no canal); Jardim Guaranhuns (alagamentos); Nova Itaparica (alagamentos); Pontal das Garças (buracos, alagamentos e risco de contaminação por doenças e mais bombas pluviais); Vila Guaranhus (alagamentos).

Região Administrativa 3 (bairros e problemas) A Gazeta	Região Administrativa 3 (bairros e problemas) A Tribuna
Argolas (deslizamento de terras e inundações); Aribiri (alagamentos, sujeira nos bueiros, buracos nas ruas e canais abertos); Paul (alagamentos, dificuldade de acesso às unidades de saúde, deslizamento de terras, inundações, pessoas desabrigadas e desalojadas); Pedra dos Búzios (deslizamento de terras e inundações); Santa Rita (unidade de saúde fechada); Vila Batista (deslizamento de terras e inundações).	Argolas (apresenta risco alto de deslizamento de terras e inundações); Aribiri (risco alto de deslizamento de terras e inundações, sujeira no canal de Aribiri); Ataíde (queda de muro, alagamentos); Ilha dos Aires (falta de drenagem e pavimentação); Paul (alagamentos); Pedra dos Búzios (risco alto de deslizamento de terras e inundações); Santa Rita (alagamentos, posto médico fechado).
Região Administrativa 4 (bairros e problemas) A Gazeta	Região Administrativa 4 (bairros e problemas) A Tribuna
Alecrim (desabamento muro, famílias desalojadas); Alvorada (pessoas desabrigadas e desalojadas); Cobi de cima (buracos ruas e deslizamento); Cobilândia (alagamentos, inundação, valão, buracos, ruas alagadas, risco de enchentes, bueiros entupidos e dificuldade de acesso, unidades de saúde); Jardim Marilândia (alagamentos, enchentes, sujeira bueiros, transbordamento do valão, atendimento hospitalar reduzido); Ipressa (risco de deslizamento); Rio Marinho (alagamentos e inundações); São Torquato (alagamentos, deslizamentos, abrigo para famílias desalojadas/igreja e atendimento hospitalar reduzido).	Alvorada (alagamentos, construção de comportas); Cobilândia (alagamentos, valão, situação de risco para gestantes da maternidade e sujeira nos canais); Ipressa (risco de deslizamento); Jardim Marilândia (alagamentos e valão entupido); Rio Marinho (alagamentos); São Torquato (situação de risco em morros, inundação e deslizamento de terra).
Região Administrativa 5 (bairros e problemas) A Gazeta	Região Administrativa 5 (bairros e problemas) A Tribuna
Barra do Jucu (galerias); Barramares (galerias, famílias desalojadas que foram para abrigo da igreja em São Torquato e unidade de saúde fechada); Terra vermelha (macrodrenagem na bacia do Rio do Congo, unidade de saúde fechada); Ulisses Guimarães (unidade de saúde fechada).	23 de maio (alagamentos, deslizamento); Barra do Jucu (galeria, rede de manilhas e escoamento das águas insuficientes); Barramares (dificuldade de acesso à unidade de saúde); Ponta da Fruta (melhorar a pavimentação e a drenagem para a infraestrutura turística); Terra Vermelha (alagamentos, unidade de saúde fechada); Ulisses Guimarães (unidade de saúde fechada).

Fonte: Elaborado pela autora

(conclusão)

A partir da leitura do Quadro 7 observa-se que jornais A Gazeta e A Tribuna têm os alagamentos como evento mais frequente nas cinco regiões administrativa, isso se deve ao cenário de urbano permeado de asfalto e concreto em muitas ruas. Em outra análise, o transbordamento de canais e ou valões é mais intenso em bairros

como Praia da Costa, Itapoã, Guaranhuns, Cobilândia, Jardim Marilândia e Aribiri provavelmente por conta das ocupações de moradias em áreas a beira de córregos ou rios, situação que se agravou com a degradação das áreas de mananciais. Outra preocupação são os deslizamentos de pedras e de terras em áreas onde têm morros, é o caso da Prainha, Prainha da Glória e Olaria, este último fica perto do morro localizado no bairro Jaburuna. Já em Ipessa, São Torquato e Alecrim, situados na região 4, o risco maior nesses bairros, são as casas a beira de encostas, as quais muitas dessas moradias são condenadas pela defesa civil, observando o risco iminente de desastre.

Vale lembrar que esses problemas acarretam outros tais como: fechamento de unidade de saúde, por conta dos alagamentos, aparecimento de buracos devido a velocidade da água e da má qualidade do recapeamento das ruas, tais buracos são recorrentes no período de chuvas mais intensas. Por outro lado, o risco de contaminação e/ou transmissão de doenças, acarretadas pelos alagamentos e transbordamentos dos canais e valões que atravessam os bairros dessa região, nos quais os diversos esgotos sem tratamento pode virar um foco de doenças e vetores que irão colocar em risco a população mesmo em época de seca.

Dessa forma, algumas soluções podem ser ainda identificadas nas reportagens analisadas, como por exemplo, da construção de comportas, como visto antes, pode ser considerada como uma solução de caráter estrutural que demanda um investimento dos atores; ou ainda, a limpeza de canais também já visto anteriormente, demandando uma ação tanto da prefeitura quanto da população em si.

A partir da leitura do Quadro 7, o jornal A Gazeta evidencia seis bairros na Região 2, sendo Pontal das Garças, o bairro onde a situação é mais crítica em função da sua localização em relação ao rio Jucu (ao sul desse bairro). Já com relação A Tribuna, nove bairros são citados, com destaque para o bairro Guaranhuns seguido de Pontal das Garças.

Segundo o jornal A Gazeta (2013, p. 3) “[...] a cidade de Vila Velha é a segunda mais crítica da RMGV, seguida de Cariacica”, provavelmente por conta das inundações, deslizamentos e quedas de barreiras, o periódico disse que bairros inundados deixam muitas localidades prejudicadas e estradas interrompidas.

“Nessas cidades [Cariacica e Vila Velha], os rios transbordaram e há vários bairros inundados.” Já na reportagem de Vieira (2013, p.14), no jornal A Tribuna, a cidade aparece como terceira colocada, sendo que “Vila Velha é apontada pelos especialistas como o município mais problemático, seguido de Vitória e Cariacica”. Na época, um dos especialistas em engenharia civil, disse que os bairros de Cobilândia e Itapoã, por exemplo, sofrem pela falta de drenagem dos canais. Para o engenheiro, a ampliação dos canais pode ser uma solução “E preciso fazer a limpeza dos canais. Além de aprofundá-los e aumentar a dimensão e capacidade de escoamento, isso nas zonas urbanas. Já o rio Jucu requer o desassoreamento e a limpeza do leito.”

Mesmo se referindo ao ocorrido em 2013, essa é uma colocação importante com relação a singularidade de Vila Velha e, mais especificamente, da Região 2 por conta do principal rio que corta a região, quando muito cheio, piora a situação dos bairros próximos aos canais. Para recordar, a Região 2 teve obras estruturais feitas na década de 60 para a construção do dique do rio Jucu, expandindo, consequentemente, a área urbana em direção a área sul de Vila Velha. Sobre as ações estruturais para mitigar os recorrentes alagamentos nessa região, o prefeito na época, Sr. Rodney Miranda (DEM/ 2013-2016), afirmava que os pontos de alagamentos haviam sido mapeados, mas grandes obras estavam paradas.

Na Região 3, a categoria de problemas se assemelha nas duas mídias por conta dos riscos de deslizamentos de terra nos bairros Argolas, Pedra dos Búzios e Vila Batista. O que afeta também a população dessas áreas, são as pedras que descem dos morros, ou seja, ter uma chuva intensa combinadas com pessoas morando no local torna-se um risco. E isso pode intensificar o deslizamento, a enxurrada de terras devido às condições da área, predominantemente feita de maciços rochosos.

Com base nos itens listados no Quadro 7 para a Região 4, o ponto em comum dos dois jornais é a Grande Cobilândia com os problemas identificados, tais como: alagamentos, inundação, valão, buracos, ruas alagadas, risco de enchentes, bueiros entupidos e dificuldade de acesso à unidade de saúde. No mesmo período, as comportas do Rio Marinho foram reativadas e a ponte do Canal do rio, em Cobilândia, foi trocada. Além dessas intervenções, Vila Velha teve 45 km de canais abertos limpos, e 25 km de canais desassoreados na região (A TRIBUNA, 2013).

No entanto, o bairro de Cobilândia citado é considerado uns dos mais críticos do município, e quase todas as vias sofrem com o problema. De acordo com os especialistas entrevistados de A Tribuna (2013) a construção de uma elevatória, como uma grande rede hidráulica para bombear a água da chuva e lançar para o mar pode ajudar a região.

Enquanto na Região 5, de acordo com os jornais, é citado um problema que é característico do município como um todo, o fechamento da unidade de saúde numa época em que poderia ser importante o acesso da população. Além disso, outro ponto a se ressaltar é a dificuldade de encontrar atendimento nos postos de saúde dos bairros de Terra Vermelha e Ulisses Guimarães em período de chuvas intensas. Nesses dois bairros, a reportagem de A Tribuna (2013) considera que o atendimento social é indispensável às políticas voltadas para a realidade destas comunidades, visto que a maior concentração de pessoas que vivem em centros urbanos tende buscar os serviços básicos de saúde e transporte. Vale lembrar aqui, o estudo de Mattos (2011) que esta região administrativa engloba bairros da chamada Grande Terra Vermelha, um conjunto de bairros originados de invasões ocorridas durante o processo de expansão urbana em direção ao sul da cidade de Vila Velha. Além disto, a Grande Terra Vermelha se situa nas margens sul do Rio Jucu, onde havia e ainda há uma extração clandestina de areia (DA-SILVA-ROSA; MATTOS, 2012).

A título de ilustração trazemos abaixo o debate controverso sobre possíveis soluções de mitigação para a redução de riscos de desastres nessa região. Nessa controvérsia, diferentes atores se posicionam acionando diversos conhecimentos e temas para fundamentarem seus argumentos. O que está em jogo, na realidade, é o risco que muitos habitantes estão expostos a partir da expansão urbana que deveria ser regulada pelo ator estatal com o propósito de mitigar as inundações recorrentes nesse território.

De acordo os especialistas entrevistados de A Tribuna (2013), uma das possíveis soluções para diminuir ou acabar com o problema das inundações em Vila Velha seria instalar bombas maiores para ajudar no escoamento da água da chuva para o Rio Jucu. “Uma bomba de capacidade maior lançaria a água acumulada nos bairros por cima do dique para o rio, que escoar a água para o mar.” Segundo o professor entrevistado, a solução são as ações antes das chuvas, como a limpeza dos valões,

a construção de grandes reservatórios e até mesmo legislações que dificultem as construções em áreas de risco.

Com relação ao novo canal construído para ligar o Rio Jucu ao mar, isso não vai resolver o problema dos alagamentos em Vila Velha, garantiu o mestre em geotécnica, citado por A Tribuna, (2013, p. 1) “O problema é que grande parte do município é uma planície quase localiza abaixo do nível do mar, e a região que hoje está alagada já foi um manguezal.” Segundo o especialista, já existe tecnologia capaz de evitar esses alagamentos. Contudo, as obras são extremamente caras, demoradas e também precisam de um grande investimento em manutenção. “O ideal era que não houvesse ocupação naquele local, mas como existe, o melhor a fazer é orientar as pessoas a aumentarem o piso das casas, deixar construir a casa cerca de 1, 5 metro acima do nível do solo.” (A TRIBUNA, 2013, p.1).

Para os ambientalistas do Instituto Jacarenema, o método proposto pela Prefeitura de Vila Velha para abrir um canal de escoamento na Rodovia do Sol, não vai solucionar o problema da água acumulada na região de Guaranhuns. “A saída do rio foi feita na direção errada. O curso da água passa direto e não entra no canal que foi feito. Então, o estrago foi feito para a obra não funcionar”. O ambientalista chegou na Rodovia do Sol, com o intuito de interromper os serviços da prefeitura. Mas quando a população chegou, o ambientalista explicou aos moradores que o serviço que estava sendo executado não resolveria o problema (A TRIBUNA, 2013).

Para o presidente da Câmara Municipal de Vila Velha da época, Sr. Ivan Carlini, ainda a prefeitura fez uma ligação entre o bairro Pontal das Garças e uma fazenda localizada em Vale Encantado. Enquanto isso, a situação dos canais no Rio Jucu estava em percurso para ser resolvida. Dos três canais que estavam previstos, somente próximo à Ponte da Madalena localizado no bairro Barra do Jucu estava sendo utilizado. O outro canal que foi construído na foz do rio foi novamente coberto, já que o resultado não foi o desejado “Perto da Ponte da Madalena, alargamos a passagem e a água passou a fluir melhor. Na foz do rio Jucu, encontramos algumas rochas e a água não passou como esperávamos, então já fechamos esse segundo canal”, explicou o subsecretário de Obras de Vila Velha da época (A TRIBUNA, 2013, p.1). Já o terceiro canal, que passaria pela Rodovia do Sol não teve a obra concluída por conta da chuva que atingiu a região. Ou seja, 35 mil pessoas

continuavam ilhadas em suas residências nos bairros de Guaranhuns, Jóquei de Itaparica e outros bairros da localidade (A TRIBUNA, 2013).

Diante desse cenário de controvérsia, dentre os quais também estão situados os dois atores aqui em tela, cabe se remeter a Valencio e Valencio (2017) que salientam que os meios de comunicação de massa ainda funcionam em um mercado em que a notícia em primeira mão é algo que conta na disputa pela audiência. Isso exige que os mesmos se mantenham aferrados às fórmulas convencionais de sucesso como é o caso da “espetacularização” das situações de risco de desastres, as quais, sem sua maioria, atingem as populações vulnerabilizadas pelo processo de desenvolvimento periférico.

Dentre elas, a da espetacularização dos desastres (Alexander, 2005), que apela para o suspense – por exemplo, focalizando a fragilidade de algumas vítimas em risco iminente à vida e a bravura de quem as resgata – ou para a compaixão, destacando as ações voluntárias voltadas para a reabilitação dos grupos mais prejudicados no acontecimento. Porém, fórmulas fáceis cobram um alto preço do público, pois o entretém sem esclarecer o processo social desencadeador da situação desoladora (VALENCIO; VALENCIO, 2017, p. 168).

Assim, ao enumerar os problemas mais citados nas reportagens por região (Quadro 8) e os atores sociais e estatais entrevistados nas reportagens por jornal (Quadro 9) que oferece uma visão ampla do espaço urbano em questão e seu cenário de risco. Ainda dentro desse aspecto, Vila Velha abarca a fragilidade de suas áreas naturais, parcialmente comprometidas com a supressão da vegetação em seu território pelo processo de ocupação do solo urbano.

Quadro 8 – Problemas mais citados nas reportagens estudadas por região administrativa de Vila Velha.

Problemas	Região1	Região 2	Região 3	Região 4	Região 5
Alagamentos	14	11	10	10	-----
Atendimento suspenso nas unidades de saúde	3	0	0	6	4
Deslizamento de terra	-----	-----	6	7	-----
Limpeza urbana (lixo, bueiros entupidos)	9	5	4	6	-----
Mobilidade urbana (trânsito congestionado)	11	4	3	4	5

Fonte: Elaborado pela autora

Ainda no Quadro 8, o número elevado de problemas com relação aos alagamentos revela que as estruturas hidráulicas, galerias pluviais precisam melhorar. Admitindo a mobilidade das pessoas nas ruas, é necessário elaborar planos de prever melhorias no transporte público e acesso as vias com segurança. Em certa forma em muitos locais a água não consegue escorrer por conta do entupimento dos bueiros e lixo nas ruas, como analisado nas reportagens. Posto isto, a complexidade do desastre urbano no território vila velhense emerge na vulnerabilidade dos espaços especialmente quando se trata do acesso à saúde, justamente por conta do fechamento das unidades em dias de chuvas intensas. Igualmente aos riscos elevados, está o deslizamento de terra, em locais como as Regiões 3 e 4, onde predomina as áreas de morros.

Por isso, é importante compreender o modo pelo qual a comunicação de como o ator mídia constrói suas próprias interpretações sobre os desastres a partir dos eventos que noticiam. Isso requer a disponibilidade de estar constantemente em processo de construção de conhecimento; daí a fundamental e necessária consciência da história do território. Desse território canela verde, parece ser mais provável que se possam relatar as histórias dos atores que vivem a realidade socioambiental. Em primeiro plano permitir o leitor compreender a natureza complexa do ambiente, tal modo que as relações humanas possam criar laços de interdependência para satisfação das necessidades da humanidade.

No Quadro 9, a seguir, a mídia impressa analisada oferece um panorama da diversidade de atores sociais, estatais e não estatais frente aos fenômenos recorrentes na cidade, indo da instância federal até a municipal passando pela produção de moradores de bairros. Vale lembrar que é o contexto jornalístico que faz com que tais atores sejam acionados, por ambos os jornais aqui estudados, de esclarecimento ou de posicionamento frente aos desastres em Vila Velha.

Nesse cenário de diversidade de atores, Valencio e Valencio (2017) chamam a atenção para o fato de que a imprensa pode atuar de forma parcial e tender para mostrar uma visão mais oficial ou de atores que dominem de certa forma, a arena do desastre, tornando-a assim, como a realidade.

[...] os atores sociais que estão no centro da crise – aqueles que efetivamente sofreram as perdas e danos involuntários –, não conseguem expressar sua perspectiva sobre os fatos que modificaram,

substantivamente e para pior, suas vidas. Os atores dominantes acabam difundindo privilegiadamente não apenas o seu olhar sobre o problema, mas também sobre as soluções a serem adotadas, o que pode ser considerado como um tipo de violência contra os grupos afetados, os quais se sentem socialmente silenciados e subjugados (VALENCIO; VALENCIO, 2017, p. 170).

No cenário, para estes atores, ao privilegiar a fala de alguns atores sociais, considerados como sendo dominantes, como representantes oficiais de órgãos públicos, especialistas ou parlamentares, em detrimento dos que são afetados diretamente pelos desastres, a mídia deixa de abordar outra perspectiva e soluções para esses problemas. Esta perspectiva ou visão de cenário do desastre é a dos afetados, aqueles que estão “no centro da crise” segundo esses autores. Nesse sentido, cabe atentar para o fato de que a desigualdade socioeconômica pode estar sendo refletida na desigualdade da representatividade daqueles que têm a ou não têm voz nas reportagens. E aqueles que estão no centro da crise não terem como expressar toda a complexa dimensão de suas situações.

O Quadro 9 a seguir, é possível verificar os representantes de órgãos públicos federais, estaduais e municipais entrevistados para as reportagens dos jornais A Gazeta e A Tribuna.

Quadro 9 – Atores entrevistados para as reportagens analisadas por jornal

Ator estatal: Esfera estadual	
A Gazeta	A Tribuna
Banestes BANDES Meteorologistas do CECAM (do Incaper) CESAN Corpo de Bombeiros Defesa Civil Estadual DER-ES Diretor presidente do Incaper Governador Sr. Renato Casagrande (2011-2015) (2018 e atual - partido PSB) Vigilância em Saúde do Estado IEMA Meteorologistas do Incaper Polícia militar Secretaria de Agricultura Secretaria de Assistência Social Secretaria de Saúde Secretaria de Serviços Urbanos Secretaria de Transportes Secretaria de Estado da Fazenda	Banestes CESAN CETURB Corpo de Bombeiros Defesa Civil Estadual DER- ES Diretor presidente do Incaper Governador Sr. Renato Casagrande (2011-2015) (2018 e atual partido PSB) IEMA Meteorologistas do Incaper Polícia militar Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos Secretaria de Defesa Social Estadual Secretaria de Estado da Assistência Social Secretaria Saúde Secretario Civil Estadual Secretário de Defesa Civil Estadual Secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas Secretaria de Meio Ambiente Secretaria Estadual de transporte Sedurb Subsecretário de Obras

Ator estatal: Esfera federal	
A Gazeta	A Tribuna
Caixa Econômica Federal Cemaden CENAD CPTEC (do INPE) Defesa Civil Nacional Exército Infraero Inmet Ministro da Integração Nacional Presidenta Dilma Roussef (partido PT)	Caixa Econômica Federal CPTEC/Inmet Exército Marinha Ministro da integração Nacional Presidenta Dilma Roussef (partido PT) Ministro da Defesa Civil
Ator estatal: Esfera municipal (Vila Velha)	
A Gazeta	A Tribuna
Defesa Civil Municipal Ex prefeito Max Filho (2001-2008 partido PDT) Guarda Municipal Prefeito Max Filho (2017-2020 partido PSDB) Prefeito Neucimar Fraga (2009-2012 partido PR) Prefeito Rodney Miranda (2013-2016 partido DEM) Presidente da Câmara Ivan Carlini (partido DEM) Secretário de obras Secretário de serviços urbanos Subsecretário de municipal de obras Vice-prefeito Rafael Favato (2013-2016 partido PRB)	Defesa Civil Municipal Guarda Municipal Prefeito Max Filho (2017-2020 partido PSDB) Prefeito Neucimar Fraga (2009-2012 partido PR) Prefeito Rodney Miranda (2013-2016 partido DEM) Presidente da Câmara Ivan Carlini (partido DEM) Secretaria de obras Secretaria de Trânsito Secretário de Defesa Social e trânsito Secretario de Meio Ambiente Seminfro Subsecretario de obras da Defesa Civil Vice-prefeito Rafael Favato (2013-2016 partido PRB)
Ator não estatal	
A Gazeta	A Tribuna
Pessoas entrevistadas pelo jornal por bairro (total 31): Araçás - morador Centro de Vila Velha - chefe de cozinha Centro de Vila Velha - moradora Centro de Vila Velha - vendedor Cobilândia - cobradora Cobilândia - comerciante Cobilândia - paciente da maternidade do bairro Guaranhuns - aposentado Guaranhuns - autônoma Guaranhus - dona de casa Guaranhus - trabalhador construção civil Ilha dos Bentos - moradora Itapuã - advogada Itapuã - atendente de farmácia Itapuã - dona de casa Itapuã - funcionário público Jardim Guaranhus - assistente social Jardim Guaranhus - porteiro	Pessoas entrevistadas pelo jornal por bairro (total 45): Araçás - freteiro Ataíde - moradora Carlos Lindenberg - mecânico Centro de Vila Velha - aposentado Centro de Vila Velha - carpinteiro Centro de Vila Velha - dona de casa Cobilândia - comerciante Cobilândia - costureira Cobilândia - motoboy Darly Santos - auxiliar de serviços gerais Guaranhuns - morador Guaranhus - comerciante Guaranhus - morador Guaranhus - morador Guaranhus - pedreiro Itapuã - advogada Itapuã - aposentado Itapuã - morador Jardim Guaranhuns - morador Jardim Guaranhus - domestica Jardim Marilândia - comerciante

Jardim Guaranhus - recreadora infantil Jardim Marilândia - dona de casa Jockey de Itaparica - moradora Nova Itaparica - ajudante de gesso Nova Itaparica - comerciante Nova Itaparica - dona de casa Nova Itaparica - Office boy Nova Itaparica - Pintor Parque das Gaivotas - ajudante de descarga Parque das Gaivotas - dona de casa Praia - vendedor Santa Mônica - morador Vila Guaranhus – morador Outros atores entrevistados pelo jornal (total 16): Amunes Arcebispo metropolitano de Vitória Azeiteira Assessoria de imprensa do Shopping Praia da Costa Climatempo (empresa) Engenheiro ambiental Fórum Popular em Defesa de Vila Velha Gazeta online Guardião do Convento da penha Instituto Somar de Meteorologia Líderes comunitários da região de Guaranhus Médico infectologista Notícia Agora Pastor Igreja Presbiteriana Professor de direito constitucional FDV Professor em Engenharia Recursos Hídricos Rádio CBN	Jardim Marilândia - líder de turma Jardim Marilândia - moradora Jardim Marilândia - pescador Jardim Marilândia - vendedor Morada da Barra - supervisor de vendas Nova Itaparica - aposentado Parque das Gaivotas - assistente social Parque das gaivotas - casal de idosos Parque das Gaivotas - empresário Parque das Gaivotas - morador Paul - auxiliar de produção Pontal das Garças - ajudante de pedreiro Pontal das Garças - auxiliar administrativo Pontal das Garças - metalúrgico Pontal das Graças - aposentado Pontal das Graças - morador Praia da Costa - empresário Praia da Costa - universitária Praia da Costa - veterinária Rio Marinho – garçom São Torquato – vendedor e passageiro no terminal rodoviário São Torquato – auxiliar de serviços gerais e passageira do terminal rodoviário São Torquato – bancário e passageiro do terminal rodoviário São Torquato – copeira e passageira do terminal rodoviário. Outros atores entrevistados pelo jornal (total 19): Ambientalista do Instituto Jacarenema Associação dos amigos do convento da Penha Câmara de Dirigentes Logistas Climatempo (empresa) Doutor em Oceanografia Engenheiro ambiental e ambientalista Engenheiro civil Engenheiro civil e diretor da faculdade UCL Engenheiro civil e especialista em Drenagem Engenheiro civil e professor Fecomércio Guardião do Convento da Penha Mestre em administração Mestre em Goetécnica Presidente da UniGlória Presidente do Conselho Regional de Engenharia Professor universitário e engenheiro de recursos hídricos Professor em Engenharia Sanitária e ambiental Representante do Fórum Popular em Defesa de Vila Velha Sindirodoviários
--	---

Fonte: Elaborado pela autora

(conclusão)

De acordo com os objetivos deste estudo, observa-se que os jornais aqui em foco, enquanto atores da arena dos desastres podem contribuir para a construção de um

discurso sobre o desastre que parece estar refletindo a perspectiva privilegiada de certos atores desta arena em detrimento de outros. Isso é fundamental para ser colocado em relevo porque emerge, daí, uma dada compreensão do desastre que pode não estar comunicando a realidade na sua complexidade. Para Thompson (2008), os meios de comunicação de massa se tornaram uma das principais fontes de informação e entretenimento social. Além disso, segundo o autor, a mídia tem assumido um novo grau de independência para lançar a sua própria voz no diálogo público, transformando-se em importante ator político.

Levando em consideração que os episódios sobre os alagamentos impactam diretamente a dinâmica urbana local de Vila Velha, o posicionamento dos atores sociais de diferentes esferas (federal, estadual, municipal e não estatais) no contexto dos desastres pode representar dispositivos de colaboração para a construção de um discurso midiático sobre desastres elaborado pelos veículos de imprensa. Assim, o jornal impresso, enquanto ator dessa arena, opera para oferecer um espaço de comunicação frente aos desafios da cidade e, em específico, um espaço de comunicação sobre os desastres em Vila Velha.

Esta comunicação do desastre feita pela mídia, na medida em que se refere a um discurso que veicula uma informação ou um conhecimento, deve procurar ter uma responsabilidade quanto ao conteúdo divulgado. Na visão de Valencio e Valencio (2011) o discurso sobre os desastres pode ser apreendido como sendo instrumental ao projeto de poder de quem o emite visto que ele estaria sujeito a influências de interesses como os dos atores anteriormente mencionados. Isto levanta a questão da responsabilidade na medida em que o discurso de quem emite:

[...] distorce o seu compromisso na função pública para agir como grupo de interesse, visando o reforçamento financeiro da máquina estatal sob o seu controle e passível de desvio; é instrumental, ainda, ao prestígio personalista dos heróis de ocasião e ao atendimento aos lucros dos negócios dos setores de abastecimento e construção que estão articulados rapineiramente ao contratante estatal. (Valêncio; Valencio, 2011, p.148)

Ou seja, o discurso se revela, assim, como tendo um caráter complexo que, muitas vezes escapa a leitura daqueles que buscam se informar sobre os acontecimentos da cidade. Ao dar voz aos diferentes atores do cenário de desastres em Vila Velha, a mídia não só dialoga, mas mostra quais são os grupos de interesse. Isto é, quem são aqueles atores que podem estar participando do jogo de poder político tanto em

nível local como estadual mesmo que a voz seja dada, também, aos moradores. Ambas as mídias aqui estudadas têm elaborado um discurso, portanto, que pode ser caracterizado como instrumental, segundo Valencio, Valencio (2017).

O Quadro 9 mostra, assim, não só a diversidade de atores sociais acionados, mas também, aponta para esse jogo de poder priorizando muito mais o Estado e deixando a margem a população na medida em que a voz que lhes foi dada não parece ter o mesmo peso. Ademais, essa forma de construção do discurso pode se remeter ao que Valencio e Valencio (2017) chamam de “*imprensa mainstream*”, a qual é responsável por um discurso sobre o desastre estereotipado.

Assim, na perspectiva destes autores o poder público oferece ganhos os quais os meios de comunicação não querem abrir mão, em que:

[...] visões mais estreitas de ordem social e normalidade possam, eventualmente, prevalecer, isso não condiz com as formas complexas como o mundo realmente funciona. Tem havido uma crescente percepção pública de que a imprensa *mainstream*, que cobre desastres de um modo estereotipado, adota focos condizentes com os de classes privilegiadas enquanto ignora totalmente outros que seriam do interesse de grupos marginalizados. Ademais, a cobertura excessiva na crise aguda contrasta com o esquecimento do assunto algum tempo depois, quando as medidas de recuperação ainda são insuficientes e mereceriam uma pauta (Biernacki, 2013); (Shah, 2005). (VALENCIO, VALENCIO, 2017, p. 171).

A citação acima chama a atenção para o fato de que já há uma percepção pública de que os meios de comunicação hegemônicos atuam como uma cobertura que, além de privilegiar o estereótipo, favorece a visão das classes dominantes e restringem a cobertura ao momento de emergência – o que eles chamam de “crise aguda.” Isso pode incitar a compreensão do desastre como algo que se restringe a somente este momento, o que é falso e ilusório. O desastre é um evento que se prolonga depois dessa fase mais emergencial que, quase sempre, a mídia não retoma e nem dá voz aos afetados, isto é, aqueles que experienciam esse efeito de longo prazo em seus cotidianos. É essa a pauta que, segundo os autores, fica, muitas vezes, ausente dos meios de comunicação em geral.

Para finalizar este capítulo, retornaremos à análise dos dados levantados acima sobre os alagamentos em Vila Velha, construída através da narrativa das reportagens dos jornais estudados. Um primeiro ponto a se atentar é o relativo a dinâmica contextual dos problemas de alagamentos com relação ao conteúdo das reportagens apresentadas pelos jornais.

Dessa forma, o jornal A Gazeta expressa um perfil mais econômico nas reportagens, com predomínio de matérias que dão voz aos representantes ligados de alguma maneira ao Estado; ou presentes na atuação política de diferentes esferas. Ou seja, o jornal desponta com mais frequência para a análise discursiva desses atores do meio institucional. Posto isto, A Gazeta incorpora, em suas reportagens, dentre outros aspectos, à atuação dos agentes públicos do Estado. Isso pode ter um viés político, até como estratégia para poder levar suas notícias para as diferentes plataformas digitais, valendo-se do poder que o jornal tem sobre determinado público leitor.

Já o jornal a tribuna tem o perfil voltado mais para o social sendo um jornal que fala dos problemas das pessoas afetadas e daquelas que costumam circular em diferentes espaços públicos durante os períodos de eventos extremos em vila velha, tais como os terminais de transporte coletivo, demonstrando um panorama diversificado das análises discursivas dos atores envolvidos. Essa divergência de abordagem entre os dois meios aqui analisados mostra que A Tribuna incorpora, em seu jornal, os diferentes diálogos com a população, como por exemplo, dando a voz, na maioria das vezes, aos atores sociais em uma dinâmica mais interativa com a sociedade e menos institucional. Desta forma, A Tribuna tem uma abordagem mais voltada para a experiência do cotidiano dos desastres enquanto A Gazeta tem um discurso mais institucionalizado, voltado para as autoridades locais, estaduais ou federais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco central deste trabalho teve a mídia e os desastres relacionados a alagamentos nas últimas décadas em Vila Velha (ES), visando discutir o conteúdo das mídias impressas de maior circulação estadual - os jornais A Gazeta e A Tribuna - e como eles noticiam tais eventos para os seus leitores. A pesquisa compreende o impacto das chuvas extremas entre 2009 e 2018, dando destaque para os anos com maior índice pluviométrico - 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2018. Dessa forma, foi realizada uma análise de conteúdo das reportagens das duas mídias noticiadas em meses com eventos pluviométricos extremos nestes seis anos. Em geral, tais eventos tendem a ocorrer nos meses março, outubro, novembro e dezembro, períodos mais típicos de chuvas de verão.

Se a área dos desastres na área das Ciências Sociais no Brasil ainda está em desenvolvimento, os estudos associando mídia e desastres, principalmente, alagamentos, no país não são tão usuais quanto pode parecer, donde se justifica a contribuição do presente estudo para esse campo que está em construção.

Para entender o histórico das inundações no município canela-verde, tão importante é compreender que desastre representa um problema de vulnerabilidade social e ambiental. Um exemplo desse problema é o destaque dado às áreas vulneráveis aos fenômenos climáticos na mídia estudada aqui. O que se verifica é que nos períodos com maior acúmulo de chuvas em Vila Velha, a mídia impressa estudada aponta que as regiões privilegiadas pelo poder público recebem intervenções de obras estruturais mais do que ações não estruturais. No entanto, o espaço urbano vilavelhense é bastante consolidado e a problemática dos desastres ambientais compreende a antiga apropriação de seu espaço em todas as suas regiões administrativas.

No que se refere ao cenário urbano, as reportagens estudadas mostram que as regiões mais vulneráveis aos desastres relacionados a alagamentos, são àquelas suscetíveis por conta de um planejamento urbano local que contribui para a construção de um território desorganizado e desigual. Além disso, vale atentar para a ausência de uma atuação mais efetiva dos atores estatais e com base em políticas ambientais capazes de lidarem com a gestão do território voltada para lidar com os

desastres aqui estudados. A falta ou poucos investimentos na área aliado a exclusão social faz com que eventos meteorológicos extremos atinjam recorrentemente as populações mais vulnerabilizadas pela dinâmica sociopolítica local. Isto porque os bairros suscetíveis aos eventos de chuvas extremas são os que mais sofrem com a precarização, em geral, bem como a da rede hídrica, muitas vezes modificados por canais que se tornam sujos e poluídos por falta de saneamento básico. Face aos desastres, pode ser situado o desenvolvimento econômico como um fator da construção dos mesmos, os quais são, muitas vezes, drásticos para a população.

Tendo em vista os conteúdos dos jornais de A Gazeta e A Tribuna, a situação dos bairros mais afetados pelas chuvas extremas é antiga. Essa problemática ambiental envolve uma composição discursiva trazendo a antiga apropriação dos espaços livres, a precariedade da atuação do ator estatal, políticas que não atentam diretamente para tais desastres e a compreensão dos eventos extremos além do desenvolvimento da crescente urbanização territorial local.

No contexto geral, a cidade de Vila Velha passou por transformações a partir da década de 1950 sem levar em conta a natureza característica desse território, como é o caso do curso dos rios ou da vegetação predominante localmente. Assim, a cidade de Vila Velha foi crescendo desrespeitando a preservação da vegetação de áreas naturais, principalmente da vegetação de restinga, manguezais, campos e pastagens, as quais são fragilizadas. Esse processo de ocupação alterou, portanto, a paisagem do território vila velhense devido a um processo de urbanização distanciado das singularidades do território. Para Siqueira (2010) a urbanização se relaciona ao processo de desenvolvimento, quando a cidade passou a receber habitantes em busca de trabalho que contribuiu para a expansão do mercado imobiliário local até meados de 1980.

Afinal, na composição das características do território, as áreas ocupadas de forma desordenada, são as que apresentam maior risco em termos de deslizamentos, enchentes, inundações e alagamentos. Cabe ressaltar que a estruturação territorial e a degradação ambiental em áreas de desenvolvimento periférico tardio desencadearam graves situações de risco em Vila Velha. Devos (2014, p. 302) afirma que as transformações históricas nas paisagens do território configuram novos arranjos da cidade pela perda de seus rios, e justamente essas áreas naturais

o lugar na paisagem urbana destinado às populações empobrecidas. “[...] a presença de populações empobrecidas nos matos, mangues, beiras de arroios aparece na memória da cidade como parte de um processo de modernização e remodelação do espaço urbano e de segregação espacial.”

O conhecimento sobre a perda do espaço comum e a crise ambiental pode ser um desafio para a dinâmica da ocupação do solo urbano dentro de uma perspectiva dos impactos causados pelo homem, principalmente através de transformações sociais e ambientais. Para Moura (2016) seja na modalidade local, nacional ou internacional muitas vezes, as mudanças ambientais e, mais especificamente as mudanças climáticas nos tempos futuros parecem tornar os eventos com magnitudes e intensidades maiores do que as presentes. Ou seja, a percepção da área urbana pelos diversos atores pode contribuir para a tomada de decisão dos governantes no sentido de se evitar possíveis impactos catastróficos (DA-SILVA-ROSA, *et al.*, 2015).

Percebe-se que a história da ocupação urbana contribui no fenômeno dos alagamentos Vila Velha, sendo este um processo antigo. Essa relação compreende, indispensavelmente, os fatores da interferência humana, de caráter econômico, na dinâmica natural do território. A partir disso, podemos pensar como era a cidade canela-verde antigamente, quando rios e córregos eram totalmente preservados e corriam em direção ao mar naturalmente. Isso leva a compreender que processo de urbanização em torno das áreas de rios comprometeu a dinâmica natural dessas áreas alagáveis, sobretudo, com a construção de moradias ocupando margens dos rios.

Tendo em vista a complexa relação entre o ambiente urbano e o ambiente natural, é preciso entender que cada região administrativa do município tem as particularidades por conta da infraestrutura precária das mesmas. Alguns bairros situados em áreas vulneráveis sofrem com a falta do acesso à saúde, igualmente com os problemas de alagamentos, lixo espalhados pelas ruas, bueiros entupidos, trânsito congestionado em períodos de chuvas intensas.

Por isso, é importante compreender a comunicação da mídia com o seu público leitor. Entender como o jornal constrói suas próprias interpretações sobre os desastres a partir dos eventos que noticiam é um passo para estabelecer analiticamente essa relação mídia-leitor. Isso requer a disponibilidade da mídia em

estar constantemente em processo de construção de informação acionando os atores que vivem o espaço urbano e a complexa relação com o ambiente.

Desta forma, o jornal A Gazeta tem direcionado o seu conteúdo para um determinado tipo de público quando, ao entrevistar atores, dá preferência a ouvir fontes ligadas ao poder estatal quando trata o tema do desastre. Nas categorias de análise, por exemplo, os bairros apresentados nas reportagens estudadas sinalizam para áreas mais privilegiadas do município, essencialmente, da Região Administrativa 1 de Vila Velha. Isso pode parecer de certa forma posicionamento conservador elitista deste jornal.

Aliás, o jornal A Gazeta insiste em falar das obras inacabadas, das redes de drenagens direcionando mais o seu conteúdo para a ação do poder público federal, estadual e municipal em detrimento do ponto de vista da população quanto a sua percepção de área de risco em localidades mais vulneráveis. Dessa forma, a seleção do tipo de ator a ser incluso como interlocutor para a reportagem é elemento importante para a sua marca jornalística. Para Valencio e Valencio (2017), essa seletividade do foco da notícia é um traço da posição não neutra que os meios de comunicação ocupam no campo dos desastres.

Enquanto isso, os resultados da pesquisa indicam que o jornal A Tribuna dá mais voz às comunidades desassistidas pelo poder público. Um exemplo é o posicionamento desse jornal para o público de classe menos favorecido. Quando a reportagem mostra os entrevistados moradores nos bairros da Região Administrativa 5, 4 ou 2 que sofrem com alagamentos, A Tribuna se revela como um veículo de comunicação popular. Desta forma, observa-se que A Tribuna tende a atuar na direção oposta do jornal A Gazeta; isto é, quando os atores como os especialistas e leigos entrevistados mobilizam suas opiniões e reflexões sobre o assunto. A partir dos resultados deste estudo, sugere-se que pesquisas futuras examinem questões relacionadas de como a mídia impressa dá cobertura aos desastres reforçando a ideia de como a mídia impressa interage com o ator que lhe interessa.

Logo, a motivação desse trabalho está diretamente ligada à cidade de Vila Velha, a cidade berço da colonização do solo espírito-santense com potencial turístico e paisagístico, haja vista a existência de consequências previsíveis dos alagamentos

em períodos de chuvas fortes. Os meios de comunicação colocam este ponto, mas tais eventos demandam outro olhar, ou seja, mais integrativo sobre o território.

Isto significa apreender o território na sua complexidade com todas as suas variáveis seja de caráter social, de caráter natural interdisciplinarmente ao se referir a vulnerabilidade. Essa medida pode contribuir para integrar conhecimentos das áreas sociais e naturais com vistas à compreensão dos processos de construção de riscos. O descrito no conteúdo dos jornais mostra que obras estruturais como barragens ou diques proporcionadas pela ação de atores estatais nem sempre se reverberam em impactos tão positivos como esperado. Se esta ação falhar, o impacto negativo do desastre pode ou até mesmo piorar, expondo com mais intensidade a população local ao risco. Invariavelmente, a mídia local, através do modo pelo qual ela aborda ou divulga os problemas das inundações pode permitir como o conteúdo e a produção de suas narrativas são padrões de sua própria representação jornalística.

De um lado, o argumento do Jornal A Gazeta mostra que razões do desastre recaem sobre as chuvas intensas ou acumuladas, como se fosse um problema estritamente meteorológico. Ele critica a ausência do Estado pela falta de ações quando destaca em reportagens, por exemplo, “Alagamentos sem obras, verão será de chuvas” (A GAZETA, 2012, p.3) e “R\$ 35 milhões sem obras e alagamentos continuam” (A GAZETA, 2012. p. 7), além dos problemas associados às enchentes e aos deslizamentos.

Das matérias destacadas, em A Tribuna podemos observar que as discussões dos atores sociais apresentam críticas a condição de vida da população situada em áreas mais pobres. O jornal apresenta moradores cansados com o descaso ou falta de investimento da prefeitura, provocado pelos transtornos tais como: a presença contínua de água suja nas casas, buraco nas ruas, falta de transporte, terminal alagado, pronto socorro e maternidade fechados por conta dos alagamentos. Nos dois jornais, a população reage com protestos, fechando os acessos de sua comunidade, barricadas reforçadas com pneus ou o que estiver à frente em épocas de alagamentos.

É interessante notar como a situação é colocada nas reportagens mais como um problema econômico que um problema social, tal como nas manchetes “Dilma fica 3

horas e não libera dinheiro” (A GAZETA, 2012, p. 6) e no caso de A Tribuna “Prejuízo milionário no comércio” (A TRIBUNA, 2013, p. 9). Apesar disto, a população entende o território como lugar de pertencimento, ela se vê como habitante de áreas sujeitas a alagamentos e definem táticas de apropriação do território e de convivência com tais eventos. Muitas vezes, isso ocorre por falta de opção de locais mais seguros de moradia e de uma política de habitação municipal capaz de dar conta destas especificidades locais.

Nessa condição, foi visto como o trabalho da mídia estadual, enquanto ator da governança ambiental local pode influenciar na compreensão, não apenas, para a difusão das notícias sobre os alagamentos como para a dinâmica de produção social dos desastres como uma questão política.

REFERÊNCIAS

- A GAZETA. “A prioridade é salvar vidas”, diz o governador. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 9.
- A GAZETA. “Nenhum presidente veio aqui no Natal”. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 7.
- A GAZETA. 15 mil estão fora de casa em Vila Velha. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 9.
- A GAZETA. A chuva vai embora, e ficam as doenças. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 13
- A GAZETA. **A Empresa**. Disponível em: <https://www.redegazeta.com.br/a-empresa/>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- A GAZETA. Água começa ser escoada hoje no rio Jucu. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 8.
- A GAZETA. Água não baixa em bairros de Vila Velha. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 11.
- A GAZETA. Alagamento não acaba em bairros de Vila Velha. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 4
- A GAZETA. Bairros inundados. **Jornal A Gazeta**, Vitória, nov., 2013. Cidades, p. 10.
- A GAZETA. Bombeiros recebem doação em dinheiro. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 5.
- A GAZETA. Caos da chuva traz de volta o medo de 2013. **Jornal A Gazeta**, Vitória, nov., 2018. Cidades, p. 3
- A GAZETA. Cartão-Desastre 45 cidades recebem. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 3.
- A GAZETA. Ceia para desabrigados. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 11.
- A GAZETA. Chuva de meio ano em Vitória. Em 23 dias, foram 700 milímetros. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 14.
- A GAZETA. Chuva faz mais de 2 mil pessoas deixar suas casas. **Jornal A Gazeta**, Vitória, out. 2009. Dia-a-dia, p. 3.
- A GAZETA. Chuvas e vento forte devem durar até amanhã no Estado. **Jornal A Gazeta**, Vitória, mar., 2010. Cidades, p. 12.
- A GAZETA. Contra enchentes. **Jornal A Gazeta**, Vitória, nov., 2012. Cidades, p. 3.
- A GAZETA. Convento cancela missas. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 13.

A GAZETA. Corrente do bem: 450 toneladas de alimentos. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 10.

A GAZETA. Dilma fica 3 horas e não libera dinheiro. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 6.

A GAZETA. Em dois dias, 7,5 mil prejudicados pela chuva. **Jornal A Gazeta**, Vitória, out. 2009. Cidades, p. 3.

A GAZETA. Em Vila Velha. **Jornal A Gazeta**, Vitória, nov., 2013. Cidades, p. 11.

A GAZETA. Estado recebe remédios. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 11.

A GAZETA. Força-tarefa na chuva. Exército e bombeiros vão resgatar vítimas. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 3.

A GAZETA. Governo promete liberar o FGTS. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 13.

A GAZETA. Igreja vai fazer protesto contra alagamentos. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 12.

A GAZETA. Morador vai poder sacar até 6 mil. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 12.

A GAZETA. Moradores continuam deixando suas casas. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 12.

A GAZETA. Moradores protestam pelo fim das enchentes. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 12.

A GAZETA. Nível dos rios sobe e cidades do interior ficam debaixo d'água. **Jornal A Gazeta**, Vitória, out., 2009. Dia-a-dia, p. 4.

A GAZETA. Nova família nasce de um pedido por algodão doce. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 12.

A GAZETA. População forma rede de solidariedade. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 8.

A GAZETA. Prefeito de Vila Velha em Nova York. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 11.

A GAZETA. Primeiro dia do verão com dobro de chuva. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 15.

A GAZETA. Rastro de destruição, cidades estão isoladas. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 3.

A GAZETA. Rodney não desiste de ligar o rio com o mar. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 9.

A GAZETA. Rodney quer abrir Canal na Rodovia do Sol. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 11.

A GAZETA. Tempo chuvoso continua hoje. **Jornal A Gazeta**, Vitória, out. 2009. Dia-a-dia, p. 4.

A GAZETA. Terceira ponte fecha por mais de 4 horas. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 11.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. Lei nº 5.250, de 9 de Fevereiro de 1967. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/leis/104-leis/571-lei-de-imprensa.html>

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. Imprensa Brasileira: Dois Séculos de História. 2017. <https://www.anj.org.br/site/servicos/menindjornalistica/107-historia-do-jornal-no-brasil/738-imprensa-brasileira-dois-seculos-de-historia.html>

A TRIBUNA. 4.669 vão passar Natal em abrigo. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 2.

A TRIBUNA. Ajuda no exército em Vila Velha. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 6.

A TRIBUNA. Alagamento não acaba em bairro de Vila Velha. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 4.

A TRIBUNA. Ameaça em mais de 60 bairros. **Jornal A Tribuna**, Vitória, mar., 2011. Noticiário, p. 11.

A TRIBUNA. Bairros com riscos de deslizamento. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 6.

A TRIBUNA. Bairros sem obras inundados. **Jornal A Tribuna**, Vitória, out., 2009. Noticiário, p. 2.

A TRIBUNA. Caminho aberto contra enchente. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 11

A TRIBUNA. Canal não resolve, dizem técnicos. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 11.

A TRIBUNA. Casas desabam na Grande Vitória. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 4.

A TRIBUNA. Chuva derruba casas e interdita a BR-262. **Jornal A Tribuna**, Vitória, mar., 2011. Noticiário, p. 2.

A TRIBUNA. Chuva forte como em São Paulo. **Jornal A Tribuna**, Vitória, mar., 2010. Noticiário, p. 2.

A TRIBUNA. Chuva forte em oito cidades. **Jornal A Tribuna**, Vitória, nov., 2018. Noticiário, p. 3.

A TRIBUNA. Como combater os alagamentos. **Jornal A Tribuna**, Vitória, mar., 2012. Noticiário, p. 11.

A TRIBUNA. Destruição e pânico no Estado. **Jornal A Tribuna**, Vitória, out., 2009. Noticiário, p. 2.

A TRIBUNA. Doações estão suspensas por 48h. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 9.

A TRIBUNA. Em Vila Velha, 7 bairros isolados. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 5.

A TRIBUNA. Emergência em todo Estado. **Jornal A Tribuna**, Vitória, nov., 2013. Noticiário, p. 6.

A TRIBUNA. Emergência em todo o Estado. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 6.

A TRIBUNA. Emergência em Vila Velha. **Jornal A Tribuna**, Vitória, out., 2009. Noticiário, p. 8.

A TRIBUNA. Emoção em resgate de bebês. **Jornal A Tribuna**, Vitória, nov., 2018. Noticiário, p. 4.

A TRIBUNA. Empréstimo e liberação do FGTS. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 4.

A TRIBUNA. Escolas fechadas e vestibular suspenso. **Jornal A Tribuna**, Vitória, out., 2009. Noticiário, p. 3

A TRIBUNA. Especialistas explicam inundações. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 12

A TRIBUNA. Exército resgata 10 famílias. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 8.

A TRIBUNA. Exército vai às ruas ajudar vítimas. **Jornal A Tribuna**, Vitória, nov., 2018. Noticiário, p. 2.

A TRIBUNA. Exército vai construir ponte. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 2.

A TRIBUNA. FGTS liberado para 170 bairros. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 8.

A TRIBUNA. Governador diz que é hora de ajudar famílias. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 6.

A TRIBUNA. Governo fecha pela primeira vez. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 6.

A TRIBUNA. Governo federal oferece ajuda. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 8.

A TRIBUNA. Greve a mais chuva hoje. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 2.

A TRIBUNA. Mais de 4 mil estão fora de casa. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 9.

A TRIBUNA. Maré alta deixa Estado em alerta. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 10.

A TRIBUNA. Motoristas parados mais de 4 horas na 3ª ponte. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 5.

A TRIBUNA. Natal será dentro de abrigos. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 5.

A TRIBUNA. Ninguém escapa dos buracos. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 11.

A TRIBUNA. Obras em mais de 100 bairros. **Jornal A Tribuna**, Vitória, mar., 2010. Noticiário, p. 4.

A TRIBUNA. Prejuízo milionário no comércio. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 9.

A TRIBUNA. Previsão é que chuva perca força hoje. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 8.

A TRIBUNA. **Rede Tribuna De Comunicação**. Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/p/rede-tribuna-institucional>. Acesso em: 5 nov. 2019.

A TRIBUNA. Ruas de Vila Velha viram rios. **Jornal A Tribuna**, Vitória, nov., 2018. Noticiário, p. 5.

A TRIBUNA. Sem prazo para solução definitiva. **Jornal A Tribuna**, Vitória, mar., 2012. Noticiário, p. 13.

A TRIBUNA. Situação das cidades capixabas. **Jornal A Tribuna**, Vitória, out., 2009. Noticiário, p. 3

A TRIBUNA. Só guincho para sair dos bairros. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 6.

A TRIBUNA. Tempo melhora só em 2014. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 12.

ALEXANDER, D. Modelos de vulnerabilidade social e desastres. **Revista crítica de Ciências sociais**, n. 93, p. 9-29, jun. 2011.

ALVES D. de C.; TEIXEIRA, R. M. **Estudo comparativo das técnicas de tratamento do chorume utilizadas em alguns aterros sanitários**. São Paulo: Instituto de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento Sustentável, 2004. Disponível em: <https://www.ipen.br/biblioteca/cd/ictr/2004/ARQUIVOS%20PDF/12/12-019.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.

ALVES, V. M. S.; CAMPOS JÚNIOR, C. T. de. Do estuque ao tijolo: as formas de produção do espaço urbano de Vitória- ES entre o final do século XIX e inícios do século XX. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 56, 2019.

AMARAL, M. F. **Jornalismo popular**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. Coleção Comunicação & Políticas Públicas, Vol. 19.

AMARAL, R.; RIBEIRO, R. R. 2012. Inundação e Enchentes. *In*: TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. **Desastres Naturais**: conhecer para prevenir. São Paulo, Instituto Geológico, 2012, p. 39-52.

BOURGUIGNON, Juliana; REZENDE, Letícia; ARRUDA, Patrícia; A Gazeta: uma longa história de tradição e transformações. *In*: MARTINUZZO, J. A. (org.)

Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005. p. 67-101. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/ea000207.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei n.12. 651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Biblioteca Nacional. **Catálogos de autoridades**. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/explore/catalogos>. Acesso em: 12 nov. 2019.

CAMPOREZ, Patrick. Ano novo com cheiro de esgoto. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 7

CARDOSO, Letícia. Rodney volta às pressas de Nova York. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 11.

CARPI JÚNIOR, Salvador. Identificação de riscos ambientais e proteção da água: uma proteção necessária. *In*: GUIMARÃES, Solange T. de L.; CARPI JÚNIOR, S.; GODOY, Manuel B. R. B. (Orgs.) **Gestão de áreas de riscos e desastres ambientais**. Rio Claro: IGCE: UNESP, 2012, p.32.

CELANTE, Suellen; SATLER, Marcelo; DA-SILVA-ROSA, Teresa. Histórias de vida no resgate da história da ocupação do solo de Vila Velha (ES). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17., 20 a 23 de julho de 2015, Porto Alegre (RS).

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

COMPANHIA DE PESQUISA E RECURSO MINERAIS - CPRM. Processos Hidrológicos Inundações, enchentes, enxurradas e alagamentos na geração de áreas de risco. *In*: CURSO DE CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MUNICIPAIS PARA PREVENÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS, 02 a 06 de outubro de 2017 Vitória/ES.

CONSELHO METROPOLITANO DE DESENVOLVIMENTO DA GRANDE VITÓRIA – COMDEVIT. **Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana da Grande Vitória**: diagnóstico município de Vila Velha, 2009. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/comdevit/124-projetos-especiais/comdevit>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CUTTER, Susan L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 93, p. 59- 69. jun. 2011.

D' ALCANTARA, Edward. **Ensaio sobre os alagamentos do município de Vila Velha**. 2012. Disponível em: <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/ensaiosobre-os-alagamentos-do-municipio-de-vila-velha-.html>. Acesso em: 5 nov. 2019.

DA-SILVA-ROSA, T. et al. A educação ambiental como estratégia para a redução de riscos socioambientais. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.17, n. 3, p. 211-230, jul./set. 2015.

DA-SILVA-ROSA, T.; MATTOS, R. Exclusion, vulnerabilities, and Climate Change. In: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 30, 2012, LASA, São Francisco, 2012.

DEINA, M. A. **Alterações hidromorfológicas no Baixo curso do Rio Jucu (ES)**. 186f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

DEINA, M. A.; COELHO, A. L. N. As inundações no município de Vila Velha e a importância das bacias hidrográficas no suporte ao planejamento. **Revista Geonorte**, edição especial 4, v.10, n.1, p.198-203, 2014.

DEINA, M. A.; COELHO, A. L. N. Zoneamento e análise das consequências Socioambientais das Áreas Inundáveis no Baixo Jucu em Vila Velha (ES) com emprego de Imagens Temporais CBERS-2B/CCD. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO - SBSR, 16., **Anais [...]** Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE, p. 1758-1765. Disponível em: <http://marte2.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/marte2/2013/05.28.23.10.34/doc/p0246.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

DEVOS, R. V. A crise ambiental sob a perspectiva da memória e dos itinerários no mundo urbano contemporâneo. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.12, n.2, p. 293-306, jul./dez. 2009.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

DUARTE, Brunelli. É só chover que os buracos nas ruas voltam a aparecer. **Jornal A Gazeta**, Vitória, mar., 2011, p. 2.

FERRI, Vitor. R\$ 35 milhões em obras, e alagamentos continuam. **Jornal A Gazeta**, Vitória, mar., 2011, p. 7.

FIGUEIREDO, Rosana. De ônibus, carro, moto, a pé... Foi difícil chegar a algum lugar. **Jornal A Gazeta**, Vitória, nov., 2012. Cidades, p. 5.

FIGUEIREDO, Rosana; GOULART, Frederico. Mau tempo continua até o fim de semana, dizem meteorologistas. **Jornal A Gazeta**, Vitória, nov., 2012. Cidades, p. 4.

FIGUEREDO, Daniel. Máquinas vão tirar areia de rios. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 9.

FORTUNATO, Ivan; FORTUNATO NETO, José. Risco ambiental à luz dos princípios da precaução e da prevenção. *In*: GUIMARÃES, Solange T. de L.; CARPI JÚNIOR, S.; GODOY, Manuel B. R. B. *et al* (Orgs.). **Gestão de áreas de riscos e desastres ambientais**. Rio Claro: IGCE: UNESP, 2012, p.32.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GOULART, Frederico. Alagamentos sem obras. **Jornal A Gazeta**, Vitória, nov., 2012. Cidades, p. 3.

GUERRA, A. J. T. A contribuição da geomorfologia no estudo dos recursos hídricos. **Bahia, Análise & Dados**, Salvador, v. 13, n. especial, p. 385-389, 2003.

GUERRA, João Cláudio de Santana. **Mudanças estruturais do Jornalismo: o caso do Jornal A Gazeta ES**. 121f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades do Centro de Artes) - Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades do Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **etc ..., espaço, tempo e crítica**, n. 2, v.1, ago. 2007.

IBGE. **População**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vila-velha/panorama>. Acesso em: 15 jan. 2020.

HJARVARD, Stig. **A midiatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Unisinos, 2014.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL- INCAPER. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Proater 2011 – 2013**. Vila Velha. Disponível em: https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Centro_cerrano/Vila_Velha.pdf. Acesso em: 2 set. 2019.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL- INCAPER. **Sistema de informações meteorológicas do Incaper**. 2019. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/meteorologia>. Acesso em: 2 set. 2019

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA – Inmet. Região Sudeste. **Boletim Agro climatológico mensal**, v. 47, n. 12, dez. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. **Como se mede a chuva?** 2019. Disponível em: <http://clima1.cptec.inpe.br/estacoes/pt>. Acesso em: 2 out. 2019.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio. A produção do espaço. **Estudos avançados**, v. 27, n.79, p.123-132, 2013.

LEFF, H. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p.309-335, 2011.

LEFF, H. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

LIMA, Venício A. de. Revisitando as sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Comunicação & Sociedade**, Ano 30, n. 51, p. 13-37, jan./jun. 2009.

LIMONAD, E. Cidades: do lugar ao território. *In*: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DACIDADE E DO URBANISMO, 5., Pernambuco, UFPE, 1998.

LOBÃO, S. M. Por onde andam as garças? *In*: **Revista Instituto Jones**. Região Metropolitana, Vitória, abr./jun. 1995.

LOPES, Raquel; SCALZER, Patrícia. 240 fora de casa. **Jornal A Gazeta**, Vitória, nov., 2013. Cidades, p. 4

MAIA, Andréa Casa Nova; SEDREZ, Lise. Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966. **História Oral**, v. 2, n. 14, p. 221-254, jul./dez. 2011.

MARCHEZINI, V. A produção simbólica dos desastres naturais: composição, seleção e recortes. **Interseções**, v. 16, n. 1, o. 144-196. 2014.

MARCHEZINI, Victor. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. *In*: VALENCIO, N. *et al.* (org.) **Sociologia dos desastres** – construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima editora, 2009., p. 48-57.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATTOS, R. F. da S. R. **Expansão urbana, segregação e violência**: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: EDUFES, 2011.

MATTOS, R. F. da S. Reestruturação econômica e segregação socioespacial. *In*: SIQUEIRA, M. da P. S (Org.). **Desenvolvimento brasileiro**: alternativas e contradições. Vitória: Grafitusa, 2010. p.13-37.

MEDEIROS, Flavia Natércia da Silva; RAMALHO, Marina; MASSARANI, Luisa. A ciência na primeira página: análise das capas de três jornais brasileiros. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.17, n.2, abr.-jun. 2010, p. 439-454.

MELLO, F. C. de; DA SILVA ROSTA. Desastres relacionados a deslizamentos de terra no discurso do Legislativo Fluminense, 2011-2018. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS ASSOCIADAS, 42., Caxambu, MG, 2018.

MENDES, Fernando. Prefeitos anunciam obras. **Jornal A Tribuna**, Vitória, mar., 2010. Noticiário, p. 28.

MENDONÇA, Marcos Barreto de. Atividades socioeducativas sobre desastres associados a deslizamentos de terra – estudo de caso numa comunidade em Niterói, RJ. *In*: FÓRUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA, 9, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, v. 9, n. 6, 2013, p. 1-10.

MONTEIRO, Túlio Gava. **Do privado ao público em um contexto de injustiça ambiental**: um estudo de duas comunidades às margens do canal da costa. 260f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2016.

MORAES, M. E. B. Por que estudar as bacias hidrográficas?. *In*: MORAES, M. E. B. de; LORANDI, R. **Métodos e técnicas de pesquisas em bacias hidrográficas**. Ilhéus, BA: Editus, 2016. p. 9-14.

MOREIRA, T. H.; PERRONE, A. **História e Geografia Espírito Santo**. Vitória: Sodré Gráfica e Editora, 2008.

MORRO DO MORENO. **O Rio Jucu e seus canoieiros**. 2013. Disponível em: <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/o-rio-jucu-e-seus-canoieiros.html>. Acesso em: 26 nov. 2019

MORRO DO MORENO. **Rio Marinho**. 2013. <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/rio-marinho.html>. Acesso em: 26 nov. 2019

MOURA, Adriana Maria Magalhães. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. *In*: Moura, Adriana Maria Magalhães (org.). **Governança ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas: Brasília: Ipea, 2016.

MOURA, Alexandrina Sobreira de; BEZERRA, Maria do Carmo. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. *In*: Moura, Adriana Maria Magalhães (org.). **Governança ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas: Brasília: IPEA, 2016.

NASCIMENTO, Carla. Canal Bigossi: segunda fase começa em quatro meses. **Jornal A Gazeta**, Vitória, mar., 2011, p. 5.

NASCIMENTO, Geraldo. Bueiros entupidos + maré alta + chuva= cidade debaixo d'água. **Jornal A Gazeta**, Vitória, mar., 2010. Dia-a-dia, p. 3.

NUNES, Andréia *et al.* Governo cria 6 pontos de doação. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 8.

OLIVEIRA, P. V. S. Na mira das enchentes: mundo natural e pobreza suburbana (Parnaíba-PI, anos 1970). **Revista História e Cultura**, v. 8, n. 1, p. 1-20. 2019.

ORIGGE, Jonathan Tesch *et al.* Mapeamento de risco em áreas urbanas densamente habitadas: o morro do Jaburuna (Vila Velha, ES, Brasil). **Revista Territorium**, v. 27, n. 1, 2020.

PAULA, Alessandro de *et al.* Comércio perde R\$ 30 milhões. **Jornal A Tribuna**, Vitória, nov., 2018. Noticiário, p. 9.

PEREIRA, W. B. de S. **Aprendendo com os desastres naturais**: inundações e resiliência em Vila Velha. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

PIERANTI, Octavio Penna; MARTINS, Paulo Emílio Matos. O Estado e a imprensa no Brasil: uma análise da obra de Nelson Werneck Sodré. **Revista Esboços**, n. 15, UFSC, 2007, p. 215-229.

PMVV. Secretaria Municipal de Obras. **Plano municipal de contingência**: Vila Velha/ES. 2018a. Disponível em: <http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/2%20PLANO%20DE%20CONTINGENCIA.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

PMVV. Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos Estratégicos. **Vila Velha em números**. Diagnóstico municipal 2018b. Disponível em: http://www.vilavelha.es.gov.br/files/destaques/destaque_12.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

RUPF, Karlos Felipe da Vitória. **Vitória das águas**: proposta de projeto para um hidroanel metropolitano. 122f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2016.

SALLES, Marilene Lemos Mattos. **Valores em circulação**: A Gazeta na sala de aula. 160f. Tese (Doutora em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012

SARTORI, Juliana. **Como esquecer?** Memórias de um desastre vivenciado. 198f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SARTÓRIO, Marcus Vinícius Oliveira. **Desnaturalização dos sistemas fluviais urbanos**: o Caso do Canal da Costa e do Canal Bigossi. 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SILVA, J. G. F. da *et al.* Estimativa da precipitação mensal e anual para a região metropolitana da Grande Vitória. **Revista Facevv**, n.7, jul./dez., 2011.

SILVA, J. M. **Aspetos de paisagem, memória e esquecimento de um rio urbano**: lembranças do Rio Marinho (ES). 140f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

SIQUEIRA, M. da P. S. **Industrialização e empobrecimento**: o caso da Grande Vitória 1950-1980. Vitória: Grafitusa, 2010a.

SIQUEIRA, M. da P. S. Os grandes projetos industriais: desenvolvimento econômico e contradições urbanas. In: SIQUEIRA, M. da P. S (org.). **Desenvolvimento brasileiro**: alternativas e contradições. Vitória: Grafitusa, 2010b. p.13-37.

SIQUEIRA, M. da P. S. Vitória além dos limites. In: **Revista Instituto Jones**. Região metropolitana, abr./ jun. 1995, p.5-12.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1998.

SOUZA FILHO, E. V. de S.; FERREIRA, G. A. C. O rio da Costa e suas fases de transformação: de rico manancial hídrico ao “valão”. In: ENANPUR, 18., Natal, 2019, p.1-17.

THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

TUCCI, C. E. M. Gerenciamento integrado das inundações urbanas no Brasil. **Rega**, v. 1, n.1, p. 59-73, jan./jun. 2004.

UNESCO. **Desenvolvimento da mídia no Brasil**. 2017.

<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/freedom-of-expression/media-development/>

VALÊNCIO, N. F. L. da. A produção social do desastre: dimensões territoriais e político institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. **Teoria e pesquisa**, 44 e 45, jan./jul. 2004.

VALENCIO, N., VALENCIO, A. Cobertura jornalística sobre desastres no Brasil: dimensões sociopolíticas marginalizadas no debate público. **Anuário Electrónico de Estudios em Comunicación Social “Disertaciones”**, v. 10, n. 2, p. 165-186, 2017.

VALENCIO, N.; VALENCIO, A. Os desastres como indícios da vulnerabilidade do sistema nacional de defesa civil: o caso brasileiro. **Territorium** n. 18, p. 147-156, 2011.

VALFRE, Vinícius. Parcerias vão ajudar a concretizar promessas. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 4.

VALFRE, Vinícius. Rodney “Estrago seria pior”. Prefeito de Vila Velha cita ações contra alagamentos. **Jornal A Gazeta**, Vitória, dez., 2013. Cidades, p. 23.

VEYRET, Y. **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 200

VIANNA, George; TETE, Gleyson; NUNES, Guido. A Tribuna: memórias de um jornal sem registros. In: MARTINUZZO, J. A. (org.) **Impressões capixabas**: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005. p. 81-98.

VICTOR, Duilo. Rodney viaja para Nova Iorque. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 48.

VIEIRA, Carlos Moisés. Soluções para áreas que alagam. **Jornal A Tribuna**, Vitória, dez., 2013. Noticiário, p. 14.

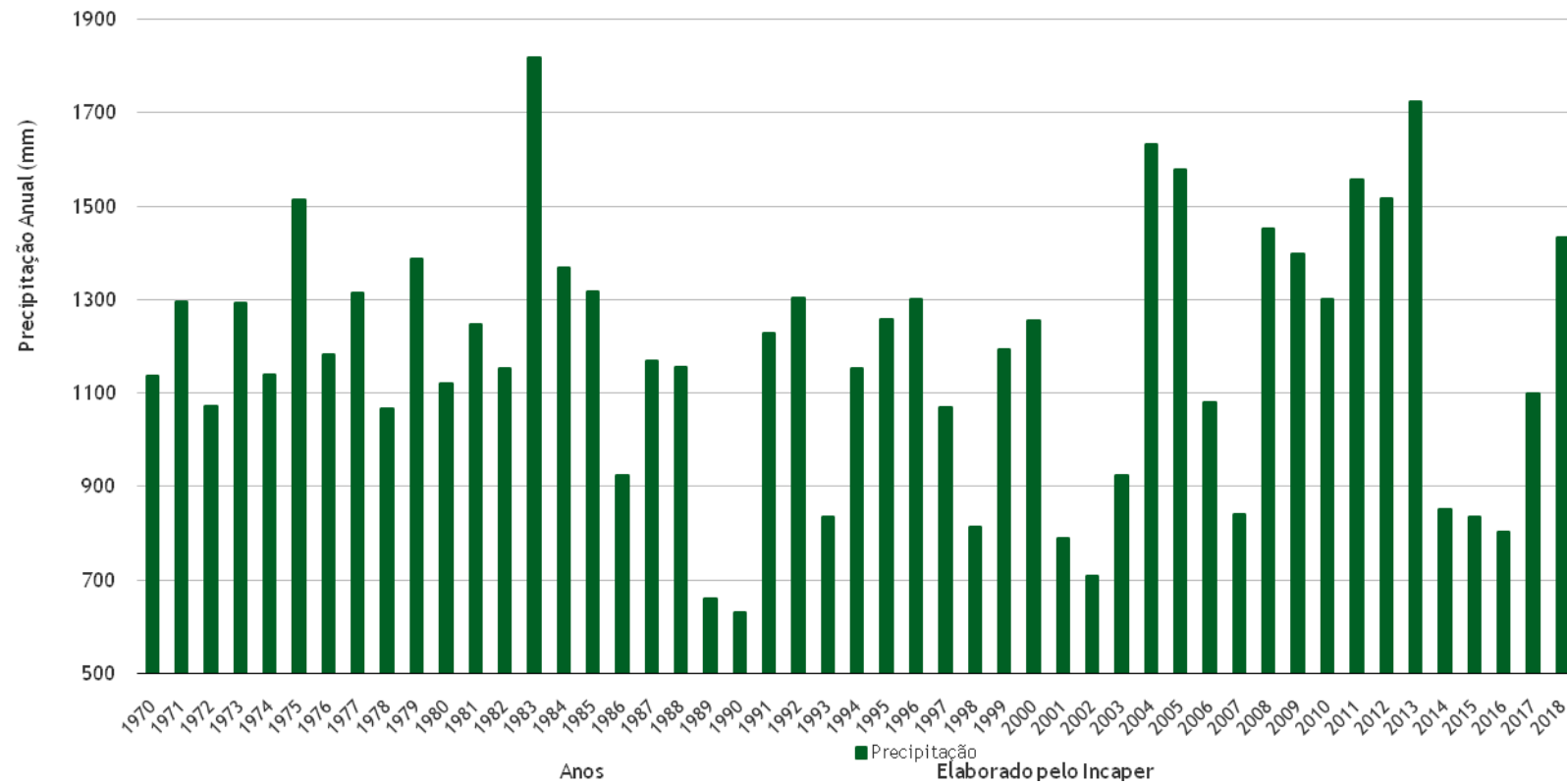
ZANOTTI, Daniella. Contra enchentes. Obras só ficam prontas após o período de chuvas. **Jornal A Gazeta**, Vitória, nov., 2012. Cidades, p. 3.

ZANOTTI, Daniella. Em um dia chovei mais do que o esperado para março. E vem mais. **Jornal A Gazeta**, Vitória, mar., 2010. Dia-a-dia, p. 4.

ANEXOS

ANEXO A – Gráfico histórico de 1970 a 2018

Gráfico 1 – Gráfico da série histórica anual de precipitação (mm) na região de Vila Velha – ES, no período de 1970 a 2018.

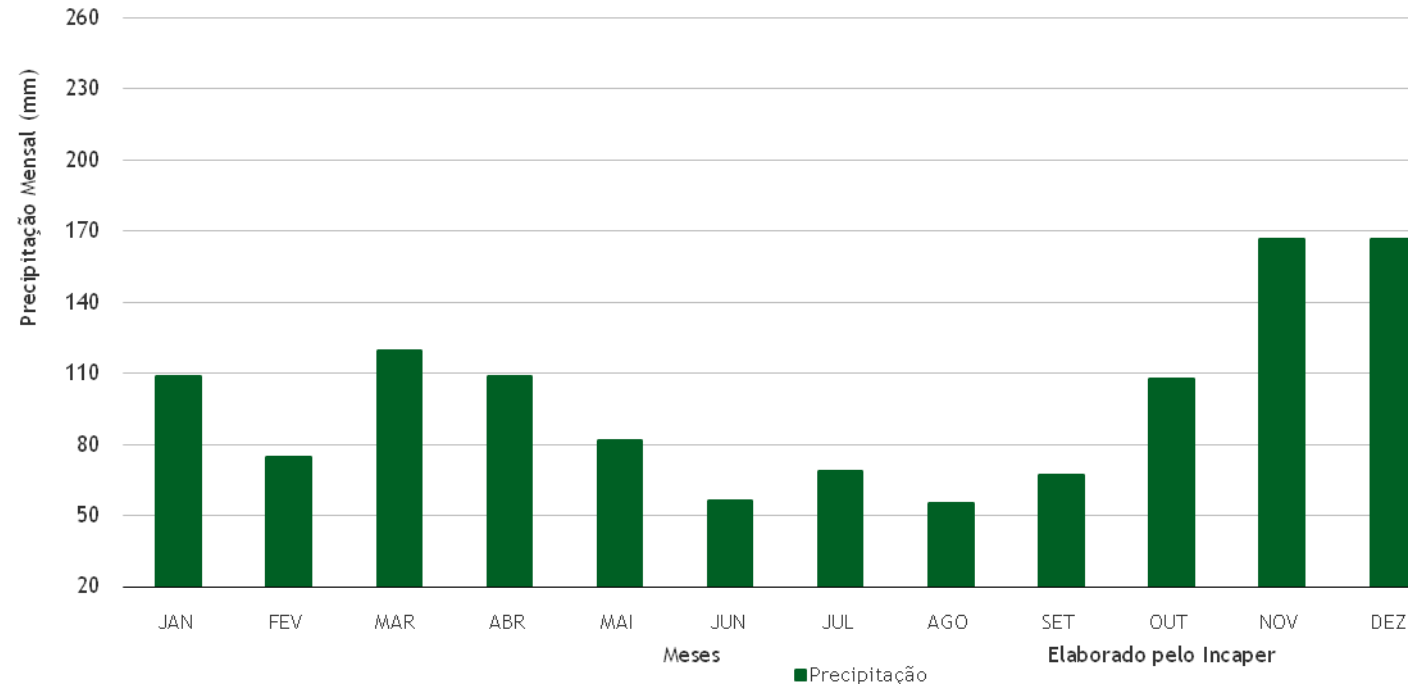


Fonte: Incaper (2019)

Nota: Informações hidrológicas da Agência Nacional de Águas – ANA (SILVA *et al.* 2011).

ANEXO B – Média mensal de 1970 a 2018

Gráfico 2- Média mensal de precipitação (mm) na região de Vila Velha – ES, no período de 1970 a 2018.



Fonte: Incaper (2019)

Nota: Informações hidrológicas da Agência Nacional de Águas – ANA (SILVA *et al.* 2011).

ANEXO C – Série histórica de precipitação acumulada dos meses e anos para Vila Velha (ES)

ANO / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Precip. Acum. anual
2009	133,5	41,3	277,6	201,3	32,5	53,0	49,8	77,9	30,0	349,6	69,4	82,2	1398,1
2010	1,9	44,8	267,4	91,4	128,7	29,7	130,9	11,9	45,2	39,0	266,0	243,9	1300,8
2011	72,9	248,5	494,1	239,9	26,0	21,6	55,7	12,7	9,3	SEM	216,5	160,7	1557,9
2012	292,0	35,8	60,8	46,6	297,8	73,6	36,1	264,6	38,7	29,0	320,6	19,5	1515,1
2013	182,9	15,9	407,0	39,7	70,1	34,1	51,9	69,5	20,3	40,6	203,4	588,5	1723,9
2014	32,2	65,2	101,3	105,1	12,4	187,7	105,2	23,7	6,5	78,2	76,8	56,5	850,8
2015	0,0	43,6	111,6	31,2	213,5	109,0	33,7	34,8	67,3	72,0	44,7	72,6	834,0
2016	106,5	1,5	82,4	9,2	4,8	77,3	61,4	8,0	29,4	103,8	177,6	140,8	802,7
2017	17,8	94,2	28,3	78,4	177,0	97,8	217,4	23,5	21,1	40,1	123,6	180	1099,2
2018	57,8	179,6	142,3	171,2	164,7	48,7	0,4	84,1	44,5	155,9	260,8	122,7	1432,7
Média	109,1	74,8	119,7	108,7	81,8	56,7	68,7	55,3	67,4	107,8	166,6	166,8	1181,2

Fonte: Incaper (2019).

Notas:

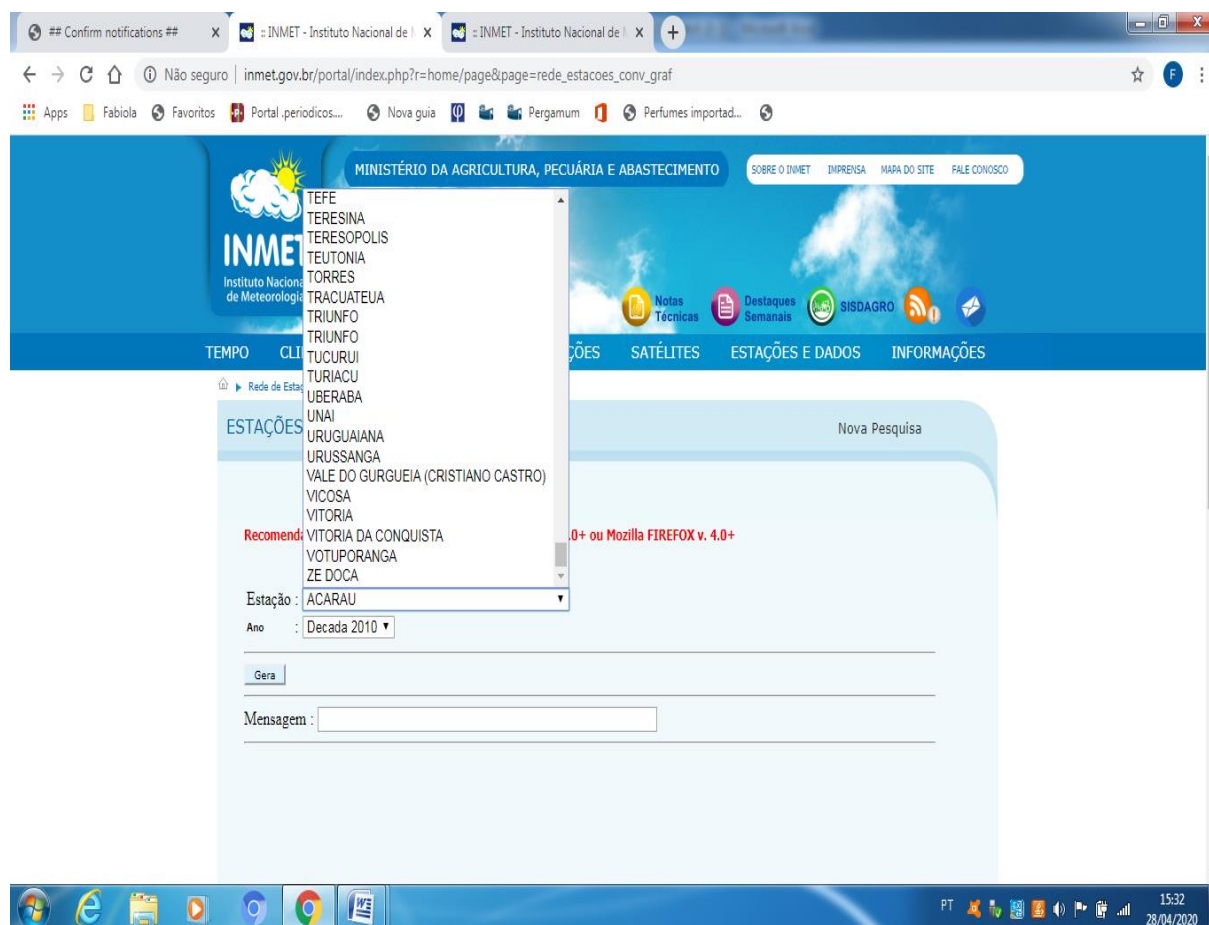
Informações hidrológicas da Agência Nacional de Águas – ANA (SILVA *et al.* 2011).

SEM a validação dos dados por problemas na estação meteorológica de Ponta da Fruta/VV/ES: outubro/2011.

Na cor cinza, o acumulado anual apresentou precipitação inferior a 1.181,2 mm de chuvas

Na cor azul, o acumulado anual apresentou precipitação superior a 1181,2 mm de chuvas (os meses com níveis - em milímetros- mais altos registrados foram os escolhidos para a pesquisa)

ANEXO D – Dados pluviométricos de Vitória



Fonte: Inmet (2019)

ANEXO E – Registros pluviométricos inexistentes para Vila Velha

Confirm notifications

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

inmet.gov.br/portal/index.php?r=home/page&page=rede_estacoes_auto_graf

Apps Fabiola Favoritos Portal.periodicos... Nova guia Pergamum Perfumes importad...

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SOBRE O INMET IMPRENSA MAPA DO SITE FALE CONOSCO

Notas Técnicas Destaques Semanais SISDAGRO

TEMPO CLIMA AGROMETEOROLOGIA APLICAÇÕES SATÉLITES ESTAÇÕES E DADOS INFORMAÇÕES

Rede de Estações

ESTAÇÕES AUTOMÁTICAS - GRÁFICOS Nova Pesquisa

Recomenda-se o uso dos navegadores Google CHROME v. 11.0+ ou Mozilla FIREFOX v. 4.0+

Estação : VILA VELHA

Ano : 2010

Gera

Mensagem :

Confirm notifications

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

inmet.gov.br/portal/index.php?r=home/page&page=rede_estacoes_auto_graf

Apps Fabiola Favoritos Portal.periodicos... Nova guia Pergamum Perfumes importad...

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SOBRE O INMET IMPRENSA MAPA DO SITE FALE CONOSCO

Notas Técnicas Destaques Semanais SISDAGRO

TEMPO CLIMA AGROMETEOROLOGIA APLICAÇÕES SATÉLITES ESTAÇÕES E DADOS INFORMAÇÕES

Rede de Estações

ESTAÇÕES AUTOMÁTICAS - GRÁFICOS Nova Pesquisa

Recomenda-se o uso dos navegadores Google CHROME v. 11.0+ ou Mozilla FIREFOX v. 4.0+

Registro Inexistente - SELECT remaestacao,remadata,remahora,remamensagem from cadrema2009 WHERE remaestacao='A634' AND (remadata BETWEEN '2009-01-01' AND '2009-12-31') ORDER BY remaestacao,remadata,remahora

ANEXO F – Palavra autorizada na Biblioteca Nacional: “Chuvas”

The screenshot displays the Biblioteca Nacional website interface. At the top, there is a dark header with the library's logo and name. Below this, a search bar contains the text 'chuva'. To the right of the search bar, there are links for 'Acessibilidade' and 'Alto contraste'. Below the search bar, there are tabs for 'Autoridades', 'Termo tópico', and 'Iniciado com'. The 'Termo tópico' tab is selected, showing the term 'Chuvas' with the subtitle '(Subdividido geograficamente)'. Below the term, there are buttons for 'Ficha completa' and 'MARC tags'. The main content area lists related terms under the heading 'Remissiva Ver Também (TR)'. These include 'Precipitação (Meteorologia)' with tag 'TG', 'Chuvas - Frequência da intensidade' with tag 'TE', 'Chuvas ácidas' with tag 'TE', and 'Influências florestais' with tag 'TE'. Below this, there is a section for 'Fonte positiva dos dados' with the value 'LCSH'. At the bottom, there is a section for 'Outros vocabulários' which includes 'Library of Congress' and 'Rain and rainfall'.

Biblioteca Nacional

Acessibilidade Alto contraste

Todos os acervos

Autoridades Termo tópico Iniciado com chuva

Busca avançada

Chuvas (Subdividido geograficamente)

Termo tópico

Ficha completa MARC tags

Remissiva Ver Também (TR)

Precipitação (Meteorologia) TG

Chuvas - Frequência da intensidade TE

Chuvas ácidas TE

Influências florestais TE

Fonte positiva dos dados

LCSH

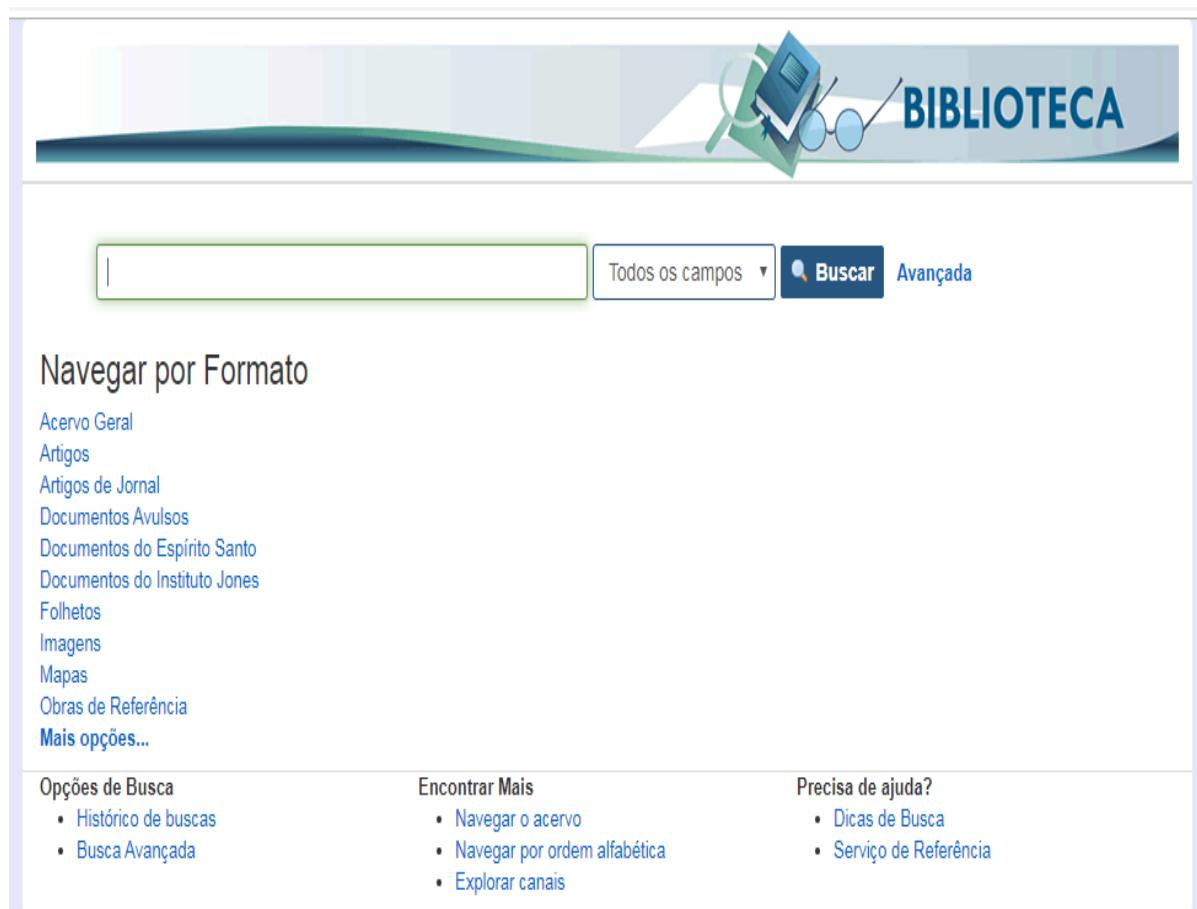
Outros vocabulários

Library of Congress

Rain and rainfall

Fonte: http://acervo.bn.gov.br/sophia_web/autoridade/detalhe

Nota: A palavra “Chuvas” é um termo autorizado pela BN para buscas em catálogos de pesquisa.

ANEXO G – Biblioteca on-line do Instituto Jones Santos Neves.

BIBLIOTECA

Todos os campos **Buscar** [Avançada](#)

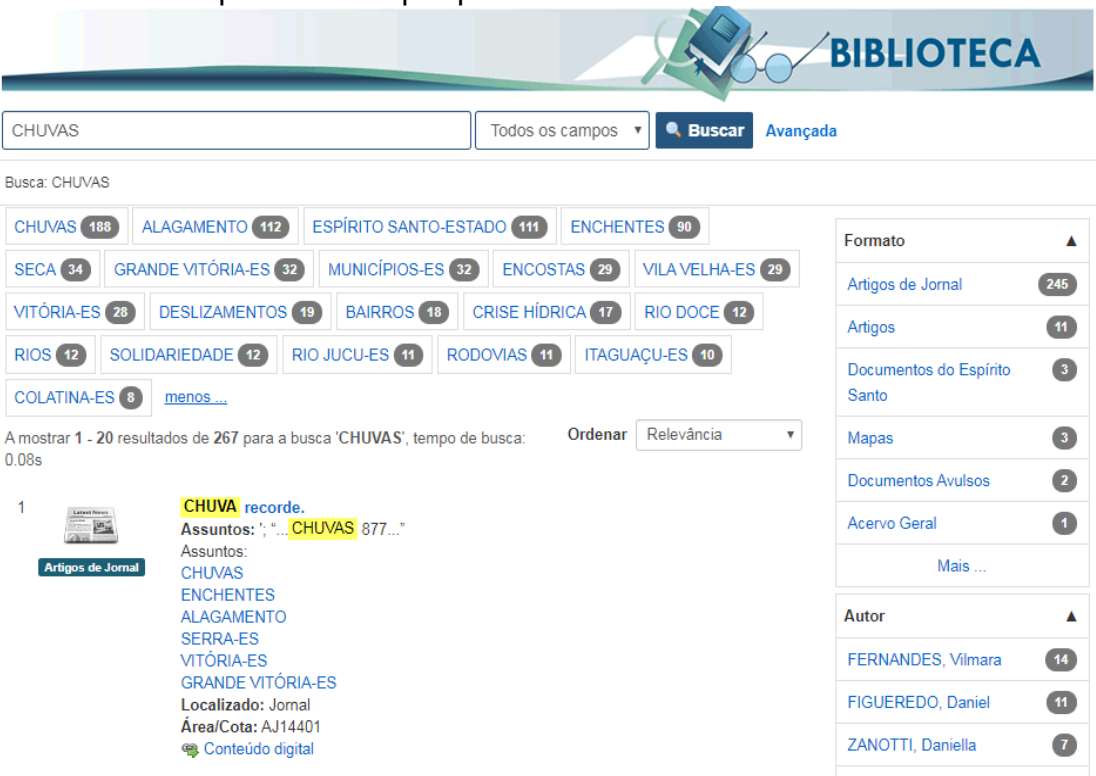
Navegar por Formato

- [Acervo Geral](#)
- [Artigos](#)
- [Artigos de Jornal](#)
- [Documentos Avulsos](#)
- [Documentos do Espírito Santo](#)
- [Documentos do Instituto Jones](#)
- [Folhetos](#)
- [Imagens](#)
- [Mapas](#)
- [Obras de Referência](#)
- [Mais opções...](#)

Opções de Busca	Encontrar Mais	Precisa de ajuda?
Histórico de buscas Busca Avançada	Navegar o acervo Navegar por ordem alfabética Explorar canais	Dicas de Busca Serviço de Referência

Fonte: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/>

ANEXO H – Campo de busca por palavras-chave - IJSN



CHUVAS

Todos os campos **Buscar** Avançada

Busca: CHUVAS

CHUVAS 188 ALAGAMENTO 112 ESPÍRITO SANTO-ESTADO 111 ENCHENTES 90

SECA 34 GRANDE VITÓRIA-ES 32 MUNICÍPIOS-ES 32 ENCOSTAS 29 VILA VELHA-ES 29

VITÓRIA-ES 28 DESLIZAMENTOS 19 BAIRROS 18 CRISE HÍDRICA 17 RIO DOCE 12

RIOS 12 SOLIDARIEDADE 12 RIO JUCU-ES 11 RODOVIAS 11 ITAGUAÇU-ES 10

COLATINA-ES 8 [menos ...](#)

A mostrar 1 - 20 resultados de 267 para a busca 'CHUVAS', tempo de busca: 0.08s

Ordenar Relevância ▼

1  **CHUVA recorde.**
Assuntos: "... CHUVAS 877..."
Assuntos:
CHUVAS
ENCHENTES
ALAGAMENTO
SERRA-ES
VITÓRIA-ES
GRANDE VITÓRIA-ES
Localizado: Jornal
Área/Cota: AJ14401
 Conteúdo digital

Artigos de Jornal

Formato ▲

Artigos de Jornal 245

Artigos 11

Documentos do Espírito Santo 3

Mapas 3

Documentos Avulsos 2

Acervo Geral 1

[Mais ...](#)

Autor ▲

FERNANDES, Vilmara 14

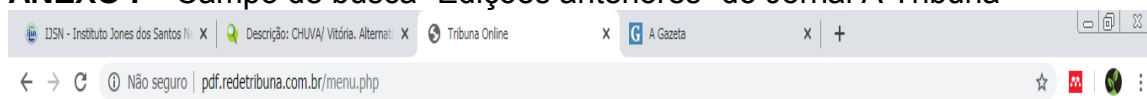
FIGUEREDO, Daniel 11

ZANOTTI, Daniella 7

CHUVAS, Kátia 6

Fonte: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Search/Results>

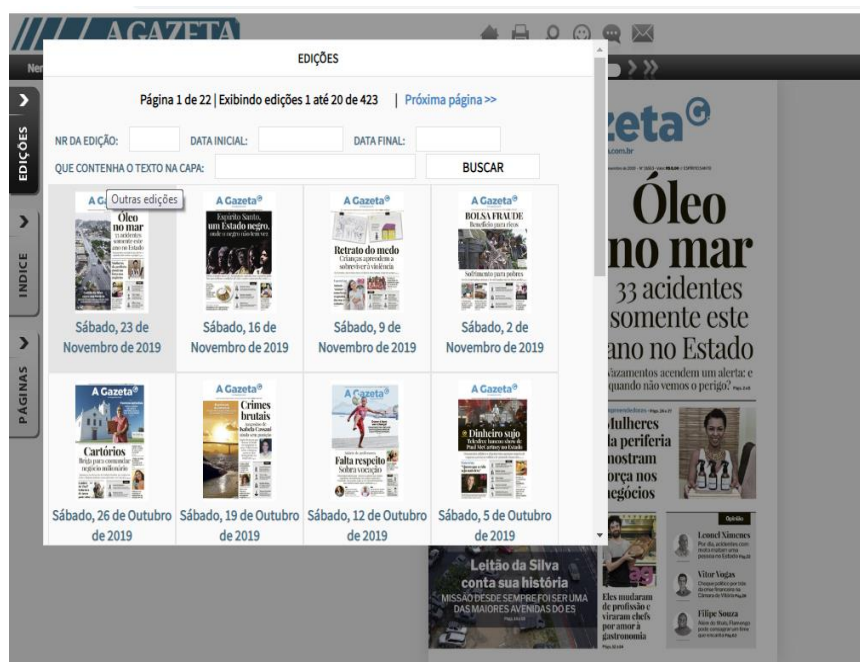
ANEXO I – Campo de busca “Edições anteriores” do Jornal A Tribuna



Fonte: <http://pdf.redetribuna.com.br/menu.php>

ANEXO J – Versão digital para assinantes do jornal A Gazeta (2018 - 2019).

2019



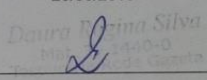
Fonte: <https://digital.agazeta.com.br/pub/agazeta/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10385#>

2018



Fonte: <https://digital.agazeta.com.br/pub/agazeta/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10385#>

ANEXO K – Recibo da pesquisa realizada no Centro de Documentação (CEDOC) do Jornal A Gazeta.

1		Recibo Nº.007	
Dados do Emitente		Valor R\$60,00	
 REDE GAZETA		Sessenta reais	
S/A A Gazeta CNPJ: 28.133.619/0001-93 Insc. Estadual: 080.260.59-4 Insc. Municipal: 001.534-0 Rua Chafic Murad, 902, Monte Belo CEP: 29053-315 Tel.: (27)3321-8333 Vitória - ES			
Recebemos de Fabiola Ferreira Soares, [REDACTED] a quantia supra de R\$ 60,00 referente pesquisa sobre Enchente em Vila Velha no jornal A Gazeta de 2009 a 2019.			
Para clareza firmamos o presente.			
26/06/2019  Daura Regina Silva Diretora de Redação S/A A Gazeta			
S/A A Gazeta Nome do recebedor			
CONTA CONTÁBIL 422.103 UNIDADE NEGÓCIO 110			

Fonte: A Gazeta (2019).

ANEXO L – Planilha Excel para análise das reportagens estudadas

E7 Local das enchentes							
A	B	C	D	E	F	G	H
1	Jornal	Ano do Mês e dia	Título	Local das enchentes	Fonte		
2	A Gazeta	2009 Outubro, dia 31	Chuva faz mais de 2 mil pessoas deixar suas casas	Cobilandia, Jardim Marilândia, Guaranhuns, Barramares	USN		
3	A Gazeta	2009 Novembro, dia 1	Número de desabrigados quadruplica e chega a 1,3 mil	Grande Cobilandia, Jardim Marilândia, Guaranhuns, Barramares	USN		
4	A Gazeta	2009 Novembro, dia 3	Sete municípios em situação de emergência	Grande Cobilandia	USN		
5	A Gazeta	2009 Novembro, dia 4	10 mil desabrigados à espera de solidariedade	Pontal das Garças	USN		
6							
7	Jornal	Ano do Mês e dia	Título	Local das enchentes	Fonte		
8	A Tribuna	2010 Abril, 7	Entulho e lixo nas margens	Rio Jucu	USN		
9							
10	Jornal	Ano do Mês e dia	Título	Local das enchentes	Fonte		
11	A Tribuna	2011 Janeiro, dia 16	Alagamentos têm solução, sim!	Canal da Costa, Canal Guaranhuns, Rio do Congo,	USN		
12				Canal Aribiri, Grande Cobilândia			
13	A Tribuna	2011 Abril, 29	Nada mudou depois de 40 anos	Praia da Costa e Itapuã, Canal Guaranhuns, Cobilândia	USN		
14	A Gazeta	2011 Março, 28	Manifestantes pedem que governo crie secretarias para águas		USN		
15	Jornal	Ano do Mês e dia	Título	Local das enchentes	Fonte		
16	A Tribuna	2012 Novembro, dia 8	Chuva: alternativas para avenidas	Canal da Costa, Darily Santos, Canal da Costa, Cobilândia, Pontal das Garças	USN		
17	A Tribuna	2012 Agosto, dia 3	Alagamentos incomodam moradores	Cobilândia	USN/ Arquivo A GAZETA		
18	A Gazeta	2012 Dezembro, dia 2	Grande Vitória: chuvas afetam quase metade da população		USN		
19	A Tribuna	2012 Julho, dia 13	Mais buracos na Lindenberg		USN		
20	A Gazeta	2012 Novembro, dia 6	Contra enchentes obras só ficam prontas após período de chuvas	Praia da Costa, Soteco, Jaburuna, Itapuã, Coqueiral Itaparica	USN/ Arquivo A GAZETA		
21				Santa Mônica, Aribiri	USN		
22	A Gazeta	2012 Novembro, dia 8	Alagamentos sem obras, verão será das chuvas				
23	Jornal	Ano do Mês e dia	Título	Local das enchentes	Fonte		
24	A Tribuna	2013 Abril, dia 7	Prevenção contra enchentes	Aribiri, Canal da Costa, Cobilândia, Congo, Jardim Marilândia	USN		
25	A Tribuna	2013 Novembro, dia 27	E aí, prefeitos? Ilhados por conta dos alagamentos em Vila Velha	Cobilândia, Itapuã, Alvorada e Glória	USN		